

# Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 12 de Outubro de 1998 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1302 • Director: José Casanova

## A propósito da alternativa

A evolução do País coloca cada vez mais a necessidade de uma profunda viragem política de esquerda e de uma solução de governo que a viabilize e concretize.



■ Francisco Lopes

Pág. 19

## Reflexão em tempo de 1.º balanço

Fez-se da criação concreta das regiões um assunto que justificava consulta directa aos cidadãos, mesmo depois dos representantes eleitos por estes terem decidido o que estava na competência dos seus mandatos. Desde logo, essa manobra, esse «negócio» entre o PSD e o PS, que fez da criação concreta das regiões matéria com exigência constitucional de referendo descredibilizou a Assembleia da República.

■ Sérgio Ribeiro

Pág. 20

## Pacote laboral da Função Pública

## Desregulamentar e precarizar o emprego

■ Paulo Trindade

Pág. 22

## O Governo contra os trabalhadores

## Nem segurança nem direitos

Trabalhar à hora e receber à hora – incerto e inseguro – é a excepção. O Governo PS quer transformar em regra essa excepção, para gáudio dos patrões e desgraça dos trabalhadores, tal como fez, há anos, com os contratos a prazo.

■ Manuel Guerreiro

Pág. 23

## Defesa Nacional e Forças Armadas

## Atrás do pelotão

A revisão do artigo 31.º da Lei de Defesa Nacional é um imperativo democrático.

■ Rui Fernandes

Pág. 24

## Mais um Orçamento para a moeda única

# VOTAMOS CONTRA

## Entrevista com Octávio Teixeira

Págs. 5 e 6

«É um Orçamento de continuidade dos anteriores orçamentos dos governos do PS (e em larga medida do próprio PSD), um Orçamento de continuada injustiça, um Orçamento do “deixa estar como está”, enfim, um Orçamento em que quem está primeiro é a moeda única e não as pessoas, os portugueses, os trabalhadores.»

## Referendo sobre a Regionalização

Perdeu-se uma boa oportunidade. Prossegue a luta pelos valores e objectivos que orientaram a nossa campanha.



Declaração de Carlos Carvalho

Pág. 7

Resultados nas Págs. 15 a 18

# Consciência tranquila

**S**ublinhar a seriedade, o didactismo, o rigor, a coerência, o conteúdo democrático que caracterizaram a intervenção do PCP na batalha do referendo é um imperativo que se coloca a quem quer que seja que, sem preconceitos ou sectarismos, analise essa intervenção - aliás, só possível, na dimensão que adquiriu, graças ao esforço e ao empenhamento de milhares de militantes comunistas. É evidente que esta postura dos comunistas é ainda mais digna de nota se se tiver em conta o vale-tudo que dominou a campanha da generalidade dos defensores do "não". Não se trata, aqui, de puxar nenhuma brasa a nenhuma sardinha: trata-se, isso sim, de olhar a realidade de frente e com objectividade, de avaliar e comparar atitudes, práticas, comportamentos, argumentos, objectivos. Trata-se, ainda, no que aos comunistas diz respeito, de nos recusarmos terminantemente a cair na armadilha de, para não sermos apelidados de "maus perdedores", silenciarmos agora o que muito justamente denunciámos no decorrer da campanha eleitoral.

**É** uma realidade que a vitória do "não" no referendo de domingo passado adia, por muito tempo, a concretização da regionalização e que esse adiamento comporta sérios prejuízos para o povo e para o País. Assim sendo, pode dizer-se que têm razão para estar satisfeitos, por verem atingido um dos seus objectivos, aqueles que congeminaaram e deram expressão à baixa manobra que foi instituir a obrigatoriedade de referendar uma matéria que constitui imperativo constitucional. O PS pode continuar a assobiar para o ar e a fingir que não tem nada a ver com isso; o engenheiro Guterres pode persistir na mal disfarçada "alegria de derrota" que ostentou na noite de domingo aquando da sua primeira aparição para apreciação dos resultados do referendo... mas isso não os ilibará das pesadas culpas que têm em todo este processo, das responsabilidades que, de facto, têm no adiamento por tempo indeterminado da implementação da importante reforma administrativa que é a regionalização. Da mesma forma que, por idênticas razões, não se livrarão de idênticas responsabilidades no que toca ao protelamento da aprovação da despenalização da interrupção voluntária da gravidez.

**G**erada, assim, por uma escandalosa golpaça, a vitória do "não" viria depois, no decorrer do processo eleitoral, a ser alimentada por todo um conjunto de argumentos primários, organizadamente mistificadores e manipuladores, com uma indisfarçável carga terrorista e que lograram impor a significativos segmentos do eleitorado a ideia da regionalização como coisa negativa, perigosa, diabólica; que lograram levar milhares e milhares de pessoas a abster-se ou a votar, não na proposta concreta sujeita a referendo mas contra um sinistro "projecto de regionalização" concebido e divulgado sem vergonha nem pudor pelos líderes da direita.

Segundo eles, regionalizar significava criar "tachos", multiplicar a corrupção, dividir e retalhar o País, semente

guerras e ódios - e espalhavam estas enormidades com um ar sério, de cidadãos ímpolitos, como se os partidos que representavam não tivessem uma larga experiência de exímios distribuidores de "tachos", de peritos experimentados na arte da corrupção, de dinâmicos geradores e propagadores de divisões, violências, guerras e ódios.

Baralhar para reinar foi o caminho escolhido por estes assanhados inimigos da regionalização. E se é forçoso reconhecer o êxito que obtiveram, é indispensável sublinhar e deixar escrito que estamos perante pessoas que jamais hesitarão na utilização seja de que meios forem para alcançar os fins que se propõem.

**D**urante a campanha, e de forma mais acentuada depois de conhecidos os resultados, vários foram os "observadores" que insistiram na cassette da "colagem do PCP ao PS".

É necessário avivar-lhes as memórias e recordar-lhes que, como a campanha mostrou e a votação evidenciou de forma clamorosa, o PCP foi, de facto, o núcleo essencial, o motor decisivo da batalha pelo "sim" à regionalização - pelo que, se alguma colagem houve, ela foi de sentido oposto ao que esses "observadores", por dever de ofício, badalaram.

O PCP desenvolveu indiscutivelmente a mais intensa, organizada, eficaz e coerente campanha pelo "sim". E situações houve em que os militantes comunistas em campanha tiveram que se bater não só contra os inimigos declarados da regionalização mas também contra práticas demagógicas e confusionistas de uns peculiares amigos da regionalização que pautaram a sua intervenção pela prioridade à defesa de mesquinhos interesses particulares em prejuízo da conjugação de

esforços para a vitória do "sim". A acção desenvolvida pelo PS no distrito de Beja é disso exemplo relevante.

Quanto aos resultados do referendo, só por cegueira incurável se pode ligar a derrota do "sim" a qualquer "quebra eleitoral do PCP". Os resultados obtidos nas zonas onde é maior a influência eleitoral dos comunistas - nomeadamente no Alentejo e no distrito de Setúbal -, e que coincidem com os melhores resultados nacionais do "sim", são prova irrefutável de que o PCP e o eleitorado comunista, mais uma vez, cumpriram e honraram as suas responsabilidades, confirmando a importância e o papel indispensável e insubstituível do PCP na luta pelas grandes causas e na vida política nacional.

**M**as, apesar disso tudo, o "não" ganhou - dir-se-á. É verdade. Mas também é verdade que uma ideia justa não deixa de o ser pelo facto de ter sido derrotada numa batalha eleitoral ou em qualquer outro tipo de batalha. E se, como acontece neste caso, os defensores dessa ideia justa não desistem de lutar por ela, mais tarde ou mais cedo, mas inevitavelmente, a vitória chegará. Por isso, o processo de implementação da regionalização no nosso país é um processo imparável e a sua concretização é apenas uma questão de tempo.



Encerramento da campanha pela regionalização, em Lisboa

## RESUMO

### 4 Quarta-feira

A Associação Académica de Coimbra convoca uma greve de três dias, em defesa de «um ensino de qualidade» ■ A Comissão Europeia aprova a retirada do embargo à carne de vaca proveniente de Inglaterra ■ Os estudantes do ensino secundário franceses voltam a manifestar-se contra a falta de condições de ensino nas escolas ■ Os ministros de Defesa da União Europeia, reunidos em Viena, sublinham a necessidade da criação de uma força especial para situações de crise ■ A Nato aprova uma operação para proteger os verificadores da OSCE que se deslocarão ao Kosovo.

### 5 Quinta-feira

O Conselho de Ministros aprova um decreto-lei que prevê o encerramento das clínicas de tratamento de toxicodependentes que funcionem sem os requisitos mínimos de qualidade ■ Estudantes franceses do ensino secundário manifestam-se em Paris pelo cumprimento das promessas do governo ■ Depois da ruptura com os inspetores da ONU, o Iraque mobiliza a população contra um eventual ataque americano... ■ ... enquanto o Conselho de Segurança da ONU adopta por unanimidade uma resolução exigindo que o Iraque retome a cooperação com os inspetores da Unscop ■ Magistrados da Câmara dos Lordes britânica retomam audiências sobre o caso Pinochet e aceitam ouvir, excepcionalmente, advogados das vítimas e organizações de defesa dos direitos humanos.

### 6 Sexta-feira

PCP realiza no Pavilhão Carlos Lopes um comício de encerramento da campanha para o referendo sobre regionalização ■ Incêndio numa fábrica de munições, nos Olivais, provoca três mortos e dezassete feridos ■ Jaime Gama discute em Paris com Hubert de Védrine as grandes questões europeias e as políticas africanas de Portugal e França ■ O governo de Benjamin Netanyahu adia sine die a aprovação do acordo de Wye Plantation devido a um atentado verificado à entrada de um mercado, em Jerusalém Ocidental.

### 7 Sábado

O governador civil de Faro apresenta ao ministro da Economia um protesto pela redução de número de voos regulares da TAP na ligação Algarve-Lisboa ■ Democratas-cristãos alemães elegem, em Bona, o novo presidente do partido, Wolfgang Schäuble ■ Comunistas russos, contra decisão do presidente Boris Ieltsin, comemoram, em Mos-

covo, o 81.º aniversário da Revolução de Outubro ■ A JIHAD Islâmica reivindica o atentado perpetrado junto do mercado Mahane Yehuda, em Jerusalém ■ Regresso do vauvém Discovery à Terra processa-se sem problemas para John Glenn, como se temia.

### 8 Domingo

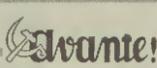
Referendo dá vitória ao «não» à regionalização, ganhando o «sim» apenas no Alentejo ■ O Iraque emite um apelo aos estados árabes para que o apoiem no seu conflito com os países ocidentais do Conselho de Segurança da ONU ■ Especialistas na região dos Balcãs alertam para nova desestabilização na antiga Jugoslávia caso não seja resolvida a crise que afecta a província sérvia do Kosovo ■ Milhares de sobreviventes do furacão «Mitch», vindos de todos os cantos da Nicarágua, buscam os seus familiares nas regiões mais devastadas ■ Unicef alerta para a existência de 250 milhões de crianças maltratadas no mundo.

### 9 Segunda-feira

Na sequência dos resultados do referendo, o primeiro-ministro, António Guterres encomenda um estudo de popularidade... ■ ... e José Silvano, presidente da Câmara de Mirandela, demite-se da Assembleia Distrital do PSD de Bragança ■ O deputado comunista Lino de Carvalho apresenta um relatório na Assembleia da República que aponta para uma «enorme responsabilidade» do Governo na gestão da crise das vacas loucas ■ Wiranto, ministro da Defesa indonésio, anuncia em Jacarta que os militares irão diminuir o seu papel na esfera sociopolítica ■ Projecções dos resultados das eleições legislativas em São Tomé e Príncipe apontam para uma maioria absoluta do MLSTP/PSD.

### 10 Terça-feira

Termina, no Porto, Conferência Europeia das Comissões Nacionais de Ética do Conselho da Europa, onde é divulgado um inquérito, segundo o qual a Comissão Nacional de Ética para as Ciências da Vida é considerada pela população portuguesa como conservadora e monolítica ■ Câmara de Alcobaça, do PSD, proíbe conferências de imprensa da oposição no edifício da Câmara ■ A União Europeia abre discussão sobre adesão de novos membros da Europa Central e do Leste, juntamente com Chipre ■ É lançada, na Sicília, uma operação anti-Mafia que emite 47 mandados de captura ■ O presidente americano, Bill Clinton, discute com conselheiros da Casa Branca intervenção militar no Iraque ■ Sessão extraordinária da Assembleia Consultiva do Povo indonésia debate a marcação de eleições.



## ALTERAÇÃO AO CÓDIGO POSTAL

Chama-se a atenção para o novo Código Postal da Redacção do Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português  
Rua Soeiro Pereira Gomes, 3  
— 1600 — 196 Lisboa. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:  
Rua Soeiro Pereira Gomes, 3 — 1600 — 196 Lisboa  
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390  
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A,  
1100 Lisboa.  
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.  
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:  
DISTRIBUIÇÃO ADE's  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A,  
1100 Lisboa  
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11  
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:  
Até às 17 horas de cada sexta-feira:  
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL  
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:  
Tapada Nova  
Capa Rota — Linhb — 2710 Sintra  
Tel. (01) 924 04 47

Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua B Lt. 227 — 4470 Maia  
Tel. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A 1100 Lisboa  
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A 1100 Lisboa  
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e impressão  
Heska Portuguesa, SA  
R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova — 2700 Amadora  
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS\*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 46 100\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 28 600\$00	50 números: 33 800\$00

\* IVA e portes incluídos

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

## O epístolo Paulo

Sabe-se bem porquê, Paulo Portas é uma atracção irresistível e fatal para a generalidade da comunicação social, cuja tem como preocupação prioritária fazer-nos chegar, em cima das horas todas, a opinião do frenético líder do PP sobre tudo o que ocorreu ou vai ocorrer em Portugal. Vimo-lo na campanha do referendo, apóstolo impune da demagogia, da mentira, da mistificação, da desvergonha; vimo-lo toda a santa noite de domingo, apóstolo eufórico das virtudes da demagogia, da mentira, da mistificação, da desvergonha - e exibindo a notável capacidade de convencimento com que a Divina Providência, por intermédio dos media, o bafejou.

Contudo, na segunda-feira passada, o apóstolo virou epístolo. É o próprio que, através do prestimoso Diário de Notícias, nos faz chegar a importante informação de que "Passei o dia a receber e a escrever cartas". Cartas para todas as "estruturas distritais e concelhias do partido" que, segundo o epístolo, "foram decisivas para a vitória do

'não'; cartas para "os militantes do PP", felicitando-os "pelos resultados obtidos no referendo"; e carta especial para o autarca de Vagos, concelho de maioria PP no qual "o 'não' à regionalização teve a maior percentagem nacional - 92,5 por cento", e onde, sempre segundo o epístolo, se situa a freguesia, (curiosamente chamada Covão do Lobo) que "alcançou o recorde das negas: 97,4%" - resultado que, pelo jeito, pela forma e pelo tom utilizados no seu enaltecimento, nos traz à memória tempos do antigamente. Diz-nos ainda o DN, no cumprimento da sagrada missão de bem informar, que "este foi um dos dados que provocaram um verdadeiro frenesim na sede do Caldas", tanto mais que "nos restantes sete municípios do PP", "também os resultados obtidos foram significativos", embora aquém dos acima destacados - o que me leva a crer que a extraordinária capacidade de convencimento do apóstolo Paulo é irregular e necessita de alguns apuros e ajustamentos nas diversas fases do processo, desde a argumentação utilizada até à contagem dos

votos, passando pelas formas de mobilização para o acto de votar.

De qualquer forma, 97,4% é obra! E a epístola de Paulo há-de ter posto ao rubro, salvo seja, os protagonistas do "recorde das negas"... Só que, e sem querer ser desmanchados, manda a verdade que se diga que o epístolo, por ignorância ou por exigência de apostolado, mentiu aos seus seguidores de Covão do Lobo! De facto, há pelo menos uma freguesia onde a percentagem de negas foi superior - por sinal em zona de maioria PSD, o que conta a favor de Marcelo. Trata-se da freguesia de Goujoim, concelho de Armamar, na qual a totalidade dos votantes - 100%! - votou "não"! Mais: enquanto que em Covão do Lobo ainda houve 5 votos brancos e nulos, em Goujoim foi conseguido o supremo milagre de todos os votos terem sido válidos, de não haver um único voto branco ou nulo. E há-de ter sido a pensar em votações destas que Cavaco falou do "bom senso do povo".

■ José Casanova

## Bom trabalho, Miguel!

Apesar de o «não» ter ganho, Miguel Sousa Tavares não descansa e, por isso, para marcar com nitidez a infinita arrogância dos vencedores, se deu ao trabalho de, em artigo no «Público» de terça-feira e como se ainda estivesse em campanha, repetir 18 porquês contra a regionalização.

E, assim sendo, quase apetecia atirar-lhe à cara com outros tantos 18 contra-argumentos, quanto mais não fosse para que ele e outros percebessem que uma coisa é o nosso respeito pelos resultados e outra é aceitar que eles rasurem as convicções e a verdade e sirvam de eterna absolvição para a demagogia, a mentira e a desonestidade.

Mas mais importante que isto seria desvendar o que há de retintamente totalitário, intolerante e mesquinho na afirmação de MST de que a votação mostraria que «os eleitores foram capazes de se libertar da tutela mental dos partidos e pensar pela própria cabeça - excepção feita à gerontocracia comunista».

Pois é, são assim estes excelsos democratas de cuspo, sempre prontos a ver magníficas autonomias de pensamento nos dois milhões e meio que votam como eles e sempre prontos a ver menoridades cívicas, tutelas e arreatas no milhão e meio de portugueses que votou diferentemente. E isto para já não falar da repugnante falsidade e insolência desta referência à «gerontocracia comunista» por parte deste «jovem» a quem a face precocemente flácida e enrugada já deveria ter avisado para onde caminha.

Em alternativa a tudo isto, preferimos porém estragar o merecido descanso de Miguel Sousa Tavares avisando-o de que o país inteiro confia, espera e anseia que ele perceba que, vencido um «perigo» e um «erro», já outros espreitam sorrateiramente sob a capa das «postas descentralizadoras» de Marcelo Rebelo de Sousa.

Sim, o país confia que MST e os seus amigos se levantem já de seguida contra a estuporada ideia de, sem que os portugueses o tenham «pedido ou desejado» e sem qualquer referendo, «dividir» e «retalhar» Portugal em 8-Áreas Metropolitanas-8 (malfadado número!), criando seis novas - as de Aveiro, Braga, Coimbra, Faro, Leiria e Viseu - estragando o nosso rico mapa de um Portugal único com o desenho de oito enclaves.

O país espera que MST desanque a fábrica de «tachos» que se está a preparar pois só a criação de Conselhos Directivos nos 18 distritos criará 54 novos cargos políticos (mais do que as Juntas Regionais criavam), o que, somado com os membros das novas Assembleias Metropolitanas, fará o número total ultrapassar os 500.

O país anseia que MST organize a resistência ao escandaloso «cheque em branco» que resulta de Marcelo não explicar «de onde virá o dinheiro e quem pagará», e de, no projecto apresentado, nem sequer ter sido capaz de explicar quais os concelhos que serão integrados nessas seis novas Áreas Metropolitanas ou quais são os limites para a capacidade de endividamento que lhes é atribuída.

E finalmente, entre tantas outras coisas, o país confia, espera e anseia que MST, pensando no resto de Portugal (Alentejo, Trás-os-Montes, Beira Interior, etc.), levante a justa bandeira de que «a solidariedade interterritorial» não pode ficar dependente «de um leilão de egoísmos e protagonismos» metropolitanos.

Bom trabalho, Miguel!

■ Vítor Dias

# MÉXICO

## e os ideais de Outubro

O 8.º Encontro do Forum de São Paulo - em que participam quase cem partidos e organizações de esquerda da América Latina e Caraíbas - realizou-se este ano na Cidade do México, o que permitiu colher informação e ter um contacto mais directo com a realidade económica, social, política e cultural deste grande país. E aquilo que tínhamos como certo tornou-se aqui uma evidência. A "globalização" imperialista é uma autêntica "fábrica de pobreza e exclusão social", que conduz o mundo por um caminho cruel, desumano e suicida.

No México, os contrastes adquirem tonalidades de grande violência. Uma riqueza absurda e provocante frente à miséria insuportável das maiorias. Uma enorme centralização e concentração do capital, em grande medida assente no esbulho privatizador da propriedade pública que fizera o orgulho e o exemplo mexicano no tempo de Lázaro Cardenas, contraposta à fome de terra e de emprego de grandes massas crescentemente empobrecidas e marginalizadas. O cosmopolitismo de uma burguesia subserviente e entreguista, frente a um povo orgulhoso da sua revolução, da sua civilização milenária, das suas ricas tradições étnicas e culturais. Uma burguesia profundamente corrupta e mafiosa que tem sempre na boca o credo da revolução e da soberania nacional, mas que nega ao povo direitos fundamentais, nomeadamente em relação às comunidades indígenas (como em Chiapas) e submete o país ao "grande vizinho do Norte" no quadro de um tratado de Livre Comércio (ALENA) que, aliás, e nos seus aspectos centrais, os EUA pretendem estender a todo o continente latino-americano até ao ano 2005.

Salta à vista a agudização das contradições que percorrem a sociedade mexicana e a exigência de profundas transformações socioeconómicas que as superem. Disso nos apercebemos sem grande esforço ao deslocarmo-nos nesta imensa cidade de 20 milhões de habitantes e quando os camaradas do PRD (Partido da Revolução Democrática, o principal partido anfitrião do 8.º Encontro) nos referem a colossal dimensão dos problemas que se colocam à administração de Cuauhtémoc Cardenas recentemente eleito governador da Cidade do México. Ou ainda quando afloramos o conhecimento da riquíssima história do México e das tradições revolucionárias do seu povo. Ou mesmo quando numa curta visita às pirâmides de Teotihuacan, na passagem por uma inesquecível Exposição de Arte Popular Mexicana, ou simplesmente numa deambulação pela avenida da Reforma e pelo Sokolo em "Dia dos Mortos", tocamos a realidade e o imaginário de um povo multifacetado que tendo sofrido o genocídio e a opressão colonial, sido esbulhado pelos "ianques" de metade do seu território, e hoje sujeito a sofisticados esquemas de dominação pelo imperialismo norte-americano, luta contra os ventos destruidores do neoliberalismo, afirma a sua própria identidade e soberania nacional, é solidário com outros povos.

Dos debates e informação colhida durante o 8.º Encontro do Forum de São Paulo e do contacto mais directo com a realidade mexicana, resulta ainda mais fortalecida a convicção de que, sejam quais forem os sacrifícios e dificuldades, os povos acabarão sempre por encontrar os caminhos e forjar as armas da sua própria libertação. E que é no rumo desvendado por Marx e Engels e empreendido pelo partido de Lênine com a Revolução de Outubro, que é necessário persistir, vendo sempre nas massas trabalhadoras e na sua luta o factor decisivo do progresso social e humano. A crise económica e financeira em que mergulhou o sistema capitalista, mais não faz do que sublinhar a actualidade e urgência do combate dos comunistas e outras forças de esquerda e progressistas e a necessidade do fortalecimento da sua solidariedade internacionalista. O Forum de São Paulo insere-se positivamente num tal processo.

■ Albano Nunes



Foto: Jorge Carria

## SEMANA



## TVI de novo vendida

A TVI voltou a ser vendida, sendo «readquirida» pelo grupo de Miguel Paes do Amaral, que já controlou esta estação de televisão. A nova aquisição fez-se através do grupo Media Capital, de Miguel Paes do Amaral, e as acções vendidas foram subscritas no quadro do aumento de capital da TVI a uma entidade bancária, o Central Banco de Investimentos, que se apresentou em representação de alguns accionistas da estação. Em comunicado, a Media Capital anunciou que «a operação envolveu mais de 12

milhões de novas acções, o que representa 94% do capital da estação de televisão». Com esta nova «arrematação», o consórcio formado pela Sonae, a Lusomundo e os Cisneros desistiu da compra e controlo da antiga «estação da Igreja», vendendo todas as suas posições e realizando um «negócio vantajoso», nomeadamente a Lusomundo que, segundo apurou o *Diário de Notícias*, conseguiu realizar um proveito bruto de 2,4 milhões de contos com esta operação, dando assim o «caso TVI» por encerrado.

## Morre Jean Marais

Morre em Cannes, aos 84 anos, o actor francês Jean Marais, que durante décadas foi uma das grandes estrelas do cinema europeu, protagonizando, geralmente, papéis de herói-aventureiro, insuperável na espada e na luta pela justiça. Tornou-se lendária a sua recusa em se deixar substituir por duplos nas cenas arriscadas, protagonizando ele próprio todas as situações, fosse a escalar as muralhas de um castelo, a mergulhar num abismo, a rolar por escadarias, a saltar em movimento ou a voltear a espada e o florete em duelos apaixonantes. O seu sucesso como herói-romântico foi esmagador, competindo, na Europa, com todos os Errol Flynns impingidos pela omnipresente máquina de Hollywood. Todavia, Jean Marais não se limitou a ser um herói na tela, ele próprio teve uma vida aventureira e apaixonante. Na II Guerra Mundial foi combatente antinazi, batendo-se como soldado na Alsácia e Alemanha, recebendo a Cruz de Guerra, sendo conhecida a sua consciência social e posições progressistas ao longo da vida, que lhe valeram a hostilidade dos sectores mais reaccionários da sociedade francesa. Foi também um brilhante actor de teatro, pisando os palcos pela última vez o ano passado, em 1997, compondo um poderoso e trágico *Rei Lear*. Também pintor, ceramista, decorador, escreveu livros de memórias e declarou um dia, com a vivacidade e a ironia que o caracterizavam: «Não sou um artista, divirta-me!»



## Novas ameaças contra o Iraque

Na sequência da interrupção, decidida em 13 de Outubro último pelo Iraque, da cooperação com a UNSCOM - alegando o Iraque que esta comissão de verificação da ONU fazia espionagem por conta dos EUA -, subiram de tom as ameaças de novos bombardeamentos sobre este martirizado país. Esta semana agravou-se subitamente o perigo de nova agressão ao Iraque, quando este declarou, através do vice-presidente ira-

quiano Taha Yassine Ramadan, que «o Iraque não recuará na sua decisão de pôr termo a todas as formas de cooperação com a UNSCOM (Comissão de Desarmamento da ONU), porque se trata de uma decisão justa e legítima», respondendo assim à insistência do secretário-geral da ONU, Kofi Annan, para que o regime de Saddam «reconsidere» e permita o recomeço das inspecções tuteladas pela ONU mas conduzidas, efectiva-

mente, por peritos dos EUA. Nesta nova escalada a Grã-Bretanha multiplica ameaças, enquanto os EUA preparam «opções militares» para nova agressão militar, tendo já os responsáveis norte-americanos afirmado que «não precisam» de autorização das Nações Unidas para «retaliar». Segundo o *New York Times*, o Pentágono elaborou já dois cenários de bombardeamento americano contra o Iraque: um, classificado de ata-



que rápido e «cirúrgico» («cirurgia» que, na anterior agressão ao Iraque, matou indiscriminadamente milhares de civis inocentes) e

outro prevendo um assalto massivo e «mais punitivo», envolvendo uma maior panóplia de forças aéreas e, sobretudo, terrestres.

## Israel volta com a palavra atrás

O processo de paz do Médio Oriente está novamente em perigo, duas semanas depois da Autoridade Palestiniana e de Israel terem

assinado o acordo de Wye Plantation. Na sexta-feira, a Jihad Islâmica levou a cabo um atentado em Jerusalém, na zona sob

controlo israelita, provocando a morte dos seus autores e 24 feridos civis.

A polícia palestiniana iniciou uma

onda de detenções no dia seguinte na Cisjordânia, num esforço suplementar para a manutenção da segurança na zona. Por seu lado, o governo de Benjamin Netanyahu deixou-se arrastar mais uma vez pela acção terrorista e adiou indefinidamente a aprovação pelo Conselho de Ministros do acordo.

O presidente palestiniano, Yasser Arafat, condenou o atentado e apelou aos israelitas para não aproveitarem este incidente para voltar a adiar o processo de paz. Os presidentes dos EUA, Bill Clinton, e do Egipto, Hosni Mubarak, defenderam igualmente esta posição,

pedindo às duas partes para não cederem à violência dos extremistas que lutam contra a paz. «Depois da assinatura de cada acordo, aparecem sempre forças que tentam fazê-lo fracassar», lembrou Mubarak. Netanyahu faz agora depender a aprovação do acordo da abolição da Carta Palestiniana pelo Conselho Nacional Palestiniano, bem como de «uma guerra sem perdão contra os terroristas». O acordo de Wye Plantation prevê a retirada de Israel de uma zona de 13 por cento da Faixa de Gaza, e deveria ter entrado em vigor no dia 3 de Novembro.



## Aeroporto de Bissalanca aberto a ajuda humanitária

A Junta Militar, que controla 95% do território da Guiné-Bissau, abriu o aeroporto de Bissalanca, nos arredores de Bissau, ao primeiro voo humanitário transportando 300 quilos de medicamentos enviados pela União Europeia. É a primeira vez que o aeroporto é aberto a ajuda humanitária desde que, há mais de quatro meses, estalou a

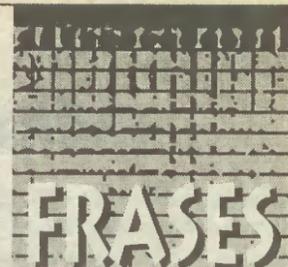
rebelião contra o presidente Nino Vieira, não porque a Junta Militar - que sempre controlou o aeroporto de Bissalanca - proibisse a sua utilização para voos de ajuda humanitária, mas porque os países limítrofes, Senegal e Guiné-Conacri, sempre se opuseram à realização desses voos, ameaçando abater qualquer dessas missões aéreas

que sobrevoassem os seus territórios. Este é o primeiro dos dois voos programados pela União Europeia para a Guiné-Bissau transportando um total de 600 quilos de medicamentos, nomeadamente antibióticos e vacinas, que serão distribuídos pela Organização Mundial de Saúde e Cruz Vermelha Internacional.

## MLSTP ganha eleições em S. Tomé

O Movimento de Libertação de S. Tomé e Príncipe (MLSTP), actualmente no poder, ganha as eleições legislativas realizadas nesta antiga colónia portuguesa, conquistando a maioria absoluta e obtendo condições para a sua manutenção no governo do país. Segundo as previsões baseadas nos resultados provisórios, o MLSTP deverá conquistar 28 lugares no parlamento (antes, tinha 27), enquanto a Aliança Democrática Independente (ADI), partido criado por Miguel Trovoada, deverá chegar aos 15 lugares (antes detinha 14) e o Partido da Convergência Democrática (PCD) deverá descer dos 14 lugares que detinha para 12 a 13 deputados. Os outros cinco partidos que se candidataram não conseguiram qualquer lugar. A abs-

tenção foi elevada (mais de 40%) e estas eleições contaram com a presença de observadores internacionais, que declaram haver o acto eleitoral decorrido com normalidade.



“A crescente guetização da política está a enfraquecer a democracia e a torná-la território submetido à lei do mais forte.”

(António José Teixeira - «Diário de Notícias», 07.11.98)

“(Em termos de donativos) as transferências actuais para o PSD contam-se pelos dedos das mãos e dos pés.”

(António Capucho - «Jornal de Notícias», 05.11.98)

“Segunda. Fim de tarde: corro a entregar-me nas mãos experientes da Alicinha que, há muitos anos, sabiamente, me atenua as olheiras e o tamanho do nariz.”

(Maria Elisa, Directora de Programas da RTP - «Diário de Notícias», 08.11.98)

“Quinta: Almoço com J. no Martinho da Arcada. Devia ser obrigatório para nós, lisboetas, voltar à Baixa de vez em quando.”

(idem)

“Sexta: Convite para o jantar de inauguração da ModaLisboa, no Museu da Cidade. Aceito com alegria, para estar com uma das minhas “famílias”: a que se gerou quando se faziam as primeiras produções de moda para a “Marie Claire”.”

(idem)

“Sábado: Magníficos, os jardins do Museu da Cidade onde decorre o almoço da ModaLisboa: o buffet facilita a organização de mesas informais. Entre Maria João Seixas e Ana Bola, não posso estar melhor.”

(idem)

“Se (Maria Elisa), para além das viagens e dos espectáculos, dos almoços com amigos e idas ao cabeleireiro, nos der conta do que vai gastando na RTP através do seu diário no “DN”, os portugueses agradecem.”

(Margarida Guimarães - «Valor», 05.11.98)

“Eu não estava em Lisboa aquando da estreia do *Corvo Branco*, mas só agora é que percebi o drama terrível que isto representa. Quer dizer, caiu-me o queixo de espanto, porque acabo de perceber que, a menos que ainda aconteça um milagre, quem não estava em Lisboa no dia certo para ver o *Corvo Branco*, agora só o verá naquele futuro tenebroso que o corvo preto descreveu a Poe: “Nunca mais.””

(Clara Pinto Correia - «Diário de Notícias», 08.11.98)

“Estes delírios perdulários do regime a que temos direito (estar o *Corvo Branco* em cena apenas três dias) são piores que as extravagâncias dos novos-ricos.”

(idem)

“Após este referendo, começaremos a encontrar-nos com maior serenidade para chegarmos a um consenso, em matéria de estratégia política e de programa eleitoral do Governo.”

(António Capucho - «Jornal de Notícias», 05.11.98)

## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Octávio Teixeira sobre o Orçamento para 1999

# Moeda única à frente das pessoas

Concluída a fase preliminar de apreciação nas comissões parlamentares, o plenário da Assembleia da República iniciou ontem a discussão na generalidade do Orçamento do Estado para 1999. Corporizando os grandes princípios orientadores das políticas governamentais que marcarão a vida dos portugueses no próximo ano, o documento, em debate até amanhã, merece uma avaliação fortemente crítica do Grupo Parlamentar do PCP.

Verberadas são, por exemplo, as opções de fundo que levam o Governo a redigir o que a bancada comunista define como «Orçamento da moeda única», em obediência ao estrito cumprimento do pacto de

estabilidade, bem como, noutros planos, a garantir a concessão de benefícios fiscais ao capital e às operações financeiras, em contraponto com a manutenção das graves injustiças que caracterizam o sistema fiscal. De uma tal leitura só poderia resultar, em coerência, uma oposição frontal ao conteúdo do Orçamento, que se materializará, no momento do sufrágio, no voto contra dos deputados comunistas, como antecipa Octávio Teixeira, presidente da bancada comunista, em entrevista ao Avante!, na qual, para além de explicações detalhadas sobre os fundamentos que suportam este sentido de voto, são reveladas algumas das propostas de alteração subscritas pelo PCP, visando, nomeadamente, a correcção de flagrantes injustiças em matéria fiscal.



«Avante!» - Muito recentemente, numa primeira avaliação ao Orçamento do Estado para 1999, referiste em tom muito crítico ser este um «Orçamento da moeda única» que tem como principal objectivo o cumprimento do pacto de estabilidade. Em que é que isto, concretamente, se traduz de negativo para Portugal e para os portugueses?

Octávio Teixeira - Essa caracterização do Orçamento, que mantenho com vigor, resulta do facto de a sua preocupação central ser o de conseguir um défice orçamental de 2% do Produto Interno Bruto do País. É a essa preocupação, a esse fundamentalismo, que tudo o resto se subordina. E os cidadãos sentem-no, quer no âmbito das receitas quer no que respeita às despesas. Por exemplo, uma redução fiscal mais acentuada no IRS não pode ser feita, na perspectiva do Governo, porque iria aumentar o défice. Na mesma perspectiva e pelo mesmo fundamentalismo, por exemplo, os aumentos das pensões de reforma

não podem ser maiores, nem se pode aumentar as despesas com a educação em geral e a pré-escolar em particular, nem eliminar as propinas ou as taxas moderadoras no acesso aos serviços de saúde...

Av - Pode dizer-se que a proposta de congelamento nominal dos salários dos trabalhadores da administração pública é também uma resultante dessa pretensão do Governo em cumprir a todo o custo o pacto de estabilidade?

OT - Sem qualquer dúvida. Embora deva dizer, em nome da verdade, que para além dessa razão existe uma outra, intrínseca ao Governo, que é a de não querer, de facto, aumentar os salários reais dos trabalhadores de uma forma minimamente razoável. Porque, repara: o Governo fez a proposta de aumento salarial de 2%, dizendo que é essa a taxa de inflação que prevê para 1999. Mas a própria União Europeia prevê, desde o final de Outubro, que a inflação em Portugal em 1999 será de 2,4%. Isto é, para além do cisma do défice, o Governo está, à partida, a

querer «sacar» aos trabalhadores (da administração pública e a todos os outros) 0,4% dos seus salários reais no próximo ano.

Av - E quanto às despesas de investimento? São igualmente previsíveis reflexos neste domínio em consequência dessa marcha forçada do Governo?

OT - Também se notam os reflexos dessa orientação da política governamental. O investimento público diminui em relação a 1998. Quando todos os portugueses sabem que as necessidades continuam por satisfazer e, por isso, se exigia mais investimento. E os maiores prejuízos desta atitude do Governo verificam-se em áreas importantes para os cidadãos, nomeadamente na formação profissional e emprego, na saúde, no ambiente e na revitalização urbana, assim como nas áreas do desporto e das pescas.

## Benesses ao capital

Av - Pelo que se sabe, esta não é a única crítica de fundo do PCP ao Orçamento. No que se refere, por exemplo, aos benefícios fiscais

ao capital e às operações financeiras tudo indica que se mantém a escandalosa opção de favorecimento que tem caracterizado sucessivos Orçamentos desde os governos de Cavaco Silva...

OT - As críticas e objeções de fundo do PCP a este Orçamento têm a ver com toda a sua orientação. E as benesses ao grande capital e à economia de casino são um elemento estrutural dessa orientação política do Governo. Há muita gente a comer à mesa do Orçamento. Nela não têm lugar, porém, os trabalhadores. Pelo contrário, estes têm de pagar, com muitos impostos e com poucos salários, para este banquete escandaloso. Os benefícios fiscais que referiste atingem já, segundo o Governo, 293 milhões de contos! Mais do dobro do que em 1995, com Cavaco Silva. E representa qualquer coisa como 40% do IRS que é pago pelos trabalhadores... É um escândalo social, político e económico que tem de acabar. Que já deveria ter acabado.

Av - Também certamente não acolhe o aplauso do PCP a

manutenção da linha de orientação privatizadora das empresas públicas.

OT - É uma outra orientação que merece a nossa mais viva repulsa. O Governo prepara-se para privatizar mais 450 milhões de contos de património público. Com prejuízo para todos, excepto para o grande capital que se apropria de empresas altamente rentáveis. Prejuízo para os trabalhadores dessas empresas que depois de privatizadas reduzem os postos de trabalho e os direitos sociais. Prejuízo para os cidadãos, como se verifica com as elevadas tarifas da electricidade e das chamadas telefónicas que não baixam para manter lucros exorbitantes. É prejuízo para o próprio Estado, mesmo em termos meramente financeiros, pela redução dos lucros anualmente transferidos para o Orçamento e pela própria redução dos impostos que essas empresas pagam.

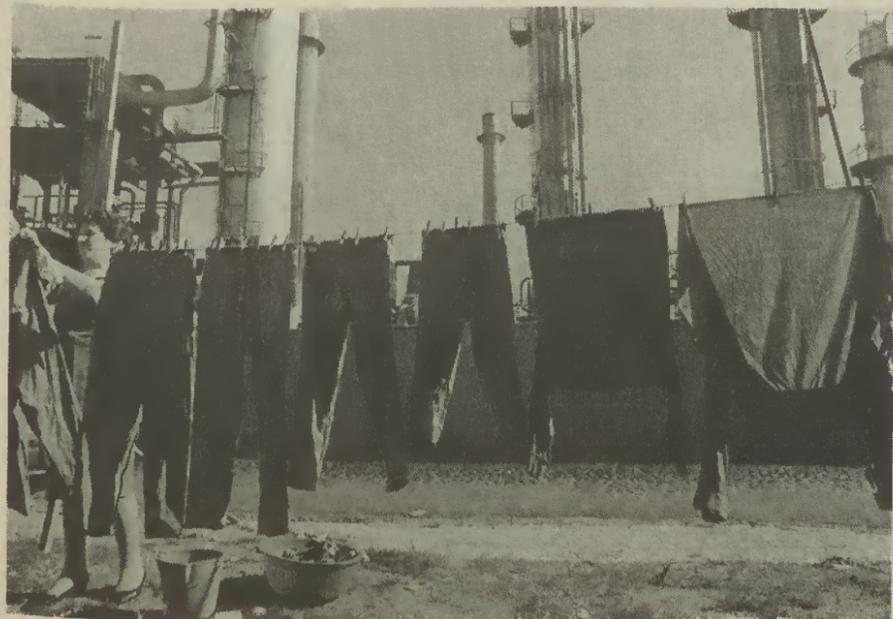
## Injustiça fiscal

Av - E em matéria tributária: mantêm-se as injustiças que

desde há muito caracterizam o sistema fiscal em que os mais penalizados são sobretudo os trabalhadores por conta de outrem?

OT - As injustiças básicas e (des)estruturantes do sistema fiscal permanecem intocadas. Na prática, só os trabalhadores por conta de outrem pagam IRS. Os profissionais livres quase nada pagam. Os rendimentos e as mais-valias financeiras e especulativas riem-se do fisco. Mais de metade das empresas societárias não pagam impostos. Quase ninguém paga imposto sobre o património, sobre a riqueza, quer essa riqueza esteja aplicada em imóveis quer, fundamentalmente, em valores mobiliários, em acções e outros instrumentos financeiros. O Governo do PS prometeu uma reforma fiscal, com mais justiça. Mas no seu último Orçamento tudo o que é estrutural continua na mesma...

Av - Mas, ao que parece, em sede de IRS, há algumas mudanças neste Orçamento que podem



O desejo do Governo de cumprir a todo o custo o pacto de estabilidade reflecte-se, entre outros aspectos, numa diminuição do investimento público relativamente a 1998. Esta orientação vai repercutir-se em áreas importantes para a vida dos cidadãos, como sejam a formação profissional e o emprego, a saúde, o ambiente e a revitalização urbana, bem como nas áreas do desporto e das pescas

Octávio Teixeira sobre o Orçamento para 1999

## Moeda única à frente das pessoas

ser consideradas positivas e que levaram, inclusive, a que tu próprio as classificasses de «melhorias relativas». Queres especificar melhor o sentido dessas alterações?

OT - Essas alterações a que te referes são, de facto, positivas. Mas são uma pequena ilha no mar do sistema fiscal e no oceano do Orçamento. Por isso se trata de uma melhoria bastante relativa. Introduzem mais justiça relativa... entre os que pagam IRS. Mas não combatem a profunda injustiça que há entre os que pagam impostos e os que os não pagam.

Essas alterações têm a ver, basicamente, com o que se chama a transformação dos abatimentos ao rendimento em deduções à colecta. Na prática, significa que quem tem a mesma despesa dedutível ao IRS passe a ter o mesmo «benefício» fiscal. Até agora, para uma mesma despesa, tinha maior benefício quem tinha maiores rendimentos. Por exemplo, e embora no nosso dia-a-dia não nos apercebamos disso, actualmente, e devido aos tais abatimentos ao IRS, uma caixa de aspirinas é mais cara para um pobre do que para um rico. Um livro de leitura para o primeiro ano de escolaridade é mais caro para quem tem um rendimento anual de mil contos do que para quem ganha dez mil contos. Assim como a mesma casa é mais barata para quem mais ganha. Com esta alteração, todos "recebem" o mesmo do fisco, e por isso os preços desses produtos e bens passam a ser iguais para todos. É uma melhoria, é positivo, mas é muito relativo e insuficiente...

### Propostas justas

Av - O Grupo Parlamentar do PCP divulgou entretanto algumas das suas propostas de alteração ao Orçamento, nomeadamente em matéria fiscal. Qual a exacta incidência destas alterações, isto é, de que modo é que elas, caso sejam aprovadas, se repercutirão no bolso dos contribuintes?

OT - Em primeiro lugar, apresentamos propostas para melhorar as do Governo. Por exemplo, aumentar o montante dos rendimentos do trabalho que não pagam IRS (passando 71% para 75% do

salário mínimo nacional), isentar de imposto os rendimentos do casal até cerca dos dois mil contos anuais, e elevar a tal dedução à colecta de 25% para 30% para as despesas com a saúde, a educação e a habitação. Porque são estas despesas que abrangem a maioria da população, independentemente do seu rendimento. Isto significa, desde logo, que os rendimentos até aos dois mil contos deixariam de pagar imposto, beneficiando os 25% de contribuintes com rendimentos mais baixos. Por outro lado, os outros 70% de contribuintes imediatamente a seguir em níveis de rendimentos teriam um ganho de imposto maior do que o que resulta da proposta do Governo. Por exemplo, um casal com um rendimento de 350 contos mensais teria uma redução de imposto de 60 contos, o dobro dos 30 contos que teria com a proposta do Governo. Apenas não melhoramos a situação dos 5% de rendimentos mais elevados.

Em segundo lugar, apresentamos um conjunto de propostas para eliminar ou reduzir muitos benefícios fiscais actualmente existentes, quer no âmbito dos rendimentos de capital (acções, OPVs, privatizações, mais-valias, etc.) quer no âmbito dos lucros dos bancos e das seguradoras. Com estas propostas aprovadas, as receitas de impostos aumentariam em muitas dezenas de milhões de contos anuais, o que permitiria aumentar despesas sociais e reduzir ainda mais o IRS sobre os trabalhadores. E, então sim, daríamos um grande primeiro passo para a reforma fiscal mais global que a justiça social exige.

### Orçamento de continuidade

Av - O próprio Primeiro-Ministro manifestou já alguma simpatia, ou pelo menos o reconhecimento, quanto à justeza de algumas dessas propostas. Como interpreta esta atitude, que, segundo creio, pelo menos é inabitual por parte do Governo PS?

OT - Dizes bem... reconhecimento quanto a algumas das propostas. Porque, quanto às propos-

tas para eliminar as benesses fiscais ao capital, o Primeiro-Ministro diz não. Mas são essas as propostas que podem permitir a criação de um sistema fiscal mais justo, pondo a pagar os que deveriam pagar e não pagam.

Quanto ao reconhecimento das «outras», na minha perspectiva, isso decorre do facto de a proposta do Governo ser demonstradamente insuficiente, como toda a gente mostrou. E não nos podemos esquecer que o Primeiro-Ministro não olvida que o ano de 1999 é um ano de eleições. Para o Parlamento Europeu e para as Legislativas...

Av - A confirmar-se esta aceitação pelo Executivo de propostas oriundas dos deputados comunistas, tal poderá significar uma mudança da nossa leitura quanto à natureza do Orçamento?

OT - Isso só poderá significar que o próprio Governo não consegue esconder que essas propostas do PCP não são apenas justas, como podem ser suportadas financeiramente por este seu Orçamento. Mas a natureza do Orçamento não muda. Como já te disse anteriormente, as propostas a que o Primeiro-Ministro se referiu dizem respeito, apenas, a uma ilha isolada no mar encapelado do sistema fiscal e na imensidão do oceano que é o Orçamento do Estado.

Av - Em síntese, como classificas este Orçamento?

OT - É um Orçamento de continuidade dos anteriores orçamentos dos governos do PS (e em larga medida do próprio PSD), um Orçamento de continuada injustiça, um Orçamento do «deixa estar como está», enfim, um Orçamento em que quem está primeiro é a moeda única e não as pessoas, os portugueses, os trabalhadores.

Av - Das tuas palavras depreende-se, pois, qual o sentido de voto da bancada comunista...

OT - Sem prejuízo de tudo fazermos para que as nossas propostas, ou algumas delas, sejam aprovadas em benefício dos trabalhadores e da justiça social, a natureza global deste Orçamento só pode ter o voto contra do PCP.

■ J. C.

## Cálculos de IRS comparativos em 1998/1999

Cálculo de IRS em 1998

Rendimento Bruto		Rendimento Colectável		Colecta	Deduções à colecta	Imposto a pagar	Taxa de
Mensal	Anual	Total	Coef. conjug.				
160	2240	399,0	199,5	59,9	73,0	0,0	15%
180	2520	604,0	302,0	90,6	73,0	17,6	
220	3080	1002,0	501,0	150,3	73,0	77,3	
240	3360	1269,0	634,5	190,4	73,0	117,4	
260	3640	1544,0	772,0	231,6	73,0	158,6	25%
280	3920	1721,0	860,5	258,2	73,0	185,2	
300	4200	1979,0	989,5	296,9	73,0	223,9	
340	4760	2438,0	1219,0	393,5	73,0	320,5	
380	5320	2813,0	1406,5	487,3	73,0	414,3	35%
500	7000	4351,0	2175,5	871,8	73,0	798,8	
700	9800	6734,0	3367,0	1640,9	73,0	1567,9	
800	11200	7936,0	3968,0	2061,6	73,0	1988,6	

Proposta do Governo - Cálculo de IRS 1999 (\*)

Rendimento Bruto		Rendimento Colectável		Colecta	Imposto a pagar		Taxa de
Mensal	Anual	Total	Coef. conjug.		1999	1999-1998	
163,2	2284,8	1038,6	519,3	145,4	0,0	0,0	14%
183,6	2570,4	1269,8	634,9	177,8	0,0	-17,6	
224,4	3141,6	1710,6	855,3	242,6	0,0	-77,3	15%
244,8	3427,2	1990,6	995,3	284,6	18,0	-99,4	
265,2	3712,8	2265,3	1132,7	331,3	64,7	-93,9	25%
285,6	3998,4	2495,3	1247,7	388,8	109,0	-76,2	
306,0	4284,0	2749,1	1374,6	452,3	173,2	-50,7	
346,8	4855,2	3249,1	1624,6	577,3	287,9	-32,6	
387,6	5426,4	3676,5	1838,3	684,1	380,8	-33,5	35%
510,0	7140,0	5261,3	2630,6	1094,5	778,9	-19,9	
714,0	9996,0	7748,0	3874,0	1964,8	1621,2	53,3	
816,0	11424,0	8979,6	4489,8	2395,9	2044,0	55,4	

(\*) Conforme proposto no OE: taxa de 25% para todas as deduções à colecta

Proposta do PCP - Cálculo de IRS em 1999 (b)

Rendimento Bruto		Rendimento Colectável		Colecta	Imposto a pagar		Taxa de
Mensal	Anual	Total	Coef. conjug.		1999	1999-1998	
163,2	2284,8	1038,6	519,3	145,4	0,0	0,0	14%
183,6	2570,4	1269,8	634,9	177,8	0,0	-17,6	
224,4	3141,6	1710,6	855,3	242,6	0,0	-77,3	15%
244,8	3427,2	1990,6	995,3	284,6	0,0	-117,4	
265,2	3712,8	2265,3	1132,7	331,3	40,1	-118,5	25%
285,6	3998,4	2495,3	1247,7	388,8	82,5	-102,6	
306,0	4284,0	2749,1	1374,6	452,3	146,7	-77,1	
346,8	4855,2	3249,1	1624,6	577,3	260,2	-60,3	
387,6	5426,4	3676,5	1838,3	684,1	351,4	-62,8	35%
510,0	7140,0	5261,3	2630,6	1080,3	733,8	-64,9	
714,0	9996,0	7748,0	3874,0	1926,8	1549,2	-18,7	
816,0	11424,0	8979,6	4489,8	2357,9	1970,7	-17,9	

(b) Com taxa de conversão de 30% para a dedução à colecta das despesas com saúde, educação e habitação, e taxa de 25% para as restantes deduções

Os valores dos exemplos apresentados referem-se a um casal com um filho e foram calculados com base nas deduções médias verificadas nos escalões de rendimento



As injustiças básicas e estruturantes do sistema fiscal permanecem intocadas. Na prática, só os trabalhadores por conta de outrem pagam IRS. Os rendimentos e as mais-valias financeiras riem-se do fisco. O Governo do PS prometeu uma reforma fiscal, com mais justiça, mas, no seu último Orçamento, tudo o que é estrutural continua na mesma

# Regionalização

## Uma boa oportunidade perdida



**... mas prossegue a luta pelos valores e objectivos que orientaram a nossa campanha**

Conhecidos os resultados aproximados do referendo sobre a regionalização, que no passado domingo se realizou, Carlos Carvalhas, Secretário-geral do PCP, pronunciou uma curta declaração, onde, sem prejuízo de uma análise mais aprofundada em relação ao sentido de voto dos portugueses, considera ter-se perdido uma oportunidade de concretizar uma importante reforma democrática do Estado, «boa para Portugal e para os portugueses».

ções e receios a nosso ver infundados em muitos portugueses acerca da real natureza e alcance da regionalização, o que, conjugado com as vacilações e contradições do PS ao longo de todo este processo do referendo, facilitou este resultado negativo para a regionalização e a abstenção verificada.

### Só o Alentejo pelo Sim

No domingo, os portugueses rejeitaram a concretização da regionalização, após uma campanha onde valeu tudo por parte dos defensores do «não». Onde se mentiu, se falsificou, se acenaram fantasmas, se impediu uma campanha serena de esclarecimento por parte dos que defendiam o «sim» que, obrigados a rebater tais «argumentos», não conseguiram fazer chegar ao eleitorado a sua mensagem.

Foi assim que, das oito regiões preconizadas - Entre Douro e Minho, Trás-os-Montes e Alto Douro, Beira Litoral, Beira Interior, Estremadura e Ribatejo, Lisboa e Setúbal, Alentejo e Algarve -, apenas o Alentejo se manifestou claramente pelo Sim à regionalização, o que não surpreende mas é de realçar e louvar.

Agora, podem os malabaristas do «não» dizer, despuorida e oportunisticamente, que, para cumprir a vontade do eleitorado, há que retirar da Constituição a institucionalização das regiões. Não seriam eles se o não fizessem: há muito que os conhecemos!

São os mesmos que, em relação a leis já aprovadas pela Assembleia da República - onde têm assento deputados democraticamente eleitos -, e à falta de mecanismos democráticos que sirvam os seus interesses, têm tentado de forma desonesta impor a sua vontade minoritária através do referendo - figura agora descoberta como a panaceia para resolver engulhos antigos, subverter a democracia e desacreditar a «política» e os «políticos» (que apreciam à sua imagem e semelhança). Ou

seja, são os mesmos que, em nome da democracia, subvertem a democracia representativa que dizem defender.

Foi o que, há meses, aconteceu com a lei da despenalização da interrupção voluntária da gravidez, aprovada pela AR, e, agora, voltou a acontecer com a regionalização, há mais de vinte anos inscrita na Constituição.

São ainda os mesmos que, dizendo querer combater o caciquismo, usam o caciquismo para confundir, desinformar, manter o poder nas suas próprias mãos.

São os mesmos que, dizendo-se contra os «tachos», pretendem a todo o transe impedir a eleição democrática dos responsáveis das regiões - que, afinal, embora com outra configuração, já existem -, impedindo a fiscalização pelas populações dos mandos e desmandos dos acólitos que lá colocaram.

São, por fim, os mesmos que, afirmando pretender um Portugal uno e coeso, promovem com a política que defendem as assimetrias regionais, a desigualdade e a injustiça.

É certo que os malabaristas do «não» venceram e é certo, também, que, no passado domingo, Portugal e os portugueses continuaram a ver adiada a concretização de uma reforma do Estado que significava o aprofundamento da descentralização e da democracia, o controlo e poder de decisão das populações sobre o seu próprio destino.

É pena!... Mas a democracia existe, o esclarecimento vai prosseguir e a regionalização acabará por vencer.

É uma questão de tempo.

«A maioria dos portugueses que votaram neste referendo pronunciou-se negativamente quanto à instituição em concreto das regiões administrativas. Este resultado não permite que a regionalização avance, comprometendo politicamente a sua concretização nos próximos tempos.

É nossa convicção que se perdeu uma oportunidade de se concretizar uma importante reforma democrática do Estado que, em nossa opinião, seria boa para Portugal e para os portugueses.

Sem prejuízo da consideração de outros factores, julgamos que a campanha do PSD e do CDS/PP conseguiu falsamente convencer muitos portugueses de que haveria o risco, neste referendo, de uma real fragmentação da unidade nacional, com a constituição de oito pequenos estados regionais dentro do Estado, quando o que estava de facto em causa era apenas a instituição de novas autarquias de âmbito regional.

Esta campanha de partidários do não, sem escrúpulos e cheia de falsidades, suscitou inquieta-

ções e receios a nosso ver infundados em muitos portugueses acerca da real natureza e alcance da regionalização, o que, conjugado com as vacilações e contradições do PS ao longo de todo este processo do referendo, facilitou este resultado negativo para a regionalização e a abstenção verificada.

O PCP, as suas organizações e militantes podem orgulhar-se de tudo terem feito pela vitória do sim, através de uma grande e serena campanha, assente na verdade, no esclarecimento e na pedagogia.

Saudamos todos quantos conosco estiveram empenhados neste combate político e reafirmamos nesta hora, tendo naturalmente em consideração os resultados deste referendo, o nosso compromisso de prosseguir a luta pelos valores e objectivos que orientaram a nossa campanha.»

### Comité Central reúne

O Comité Central do PCP vai reunir, no próximo fim-de-semana, para analisar os resultados do referendo sobre regionalização e discutir a situação política e as tarefas que se irão colocar aos comunistas nos próximos tempos.

Entretanto, avançando com a análise dos resultados locais, as várias organizações do PCP começaram já a pronunciar-se sobre os mesmos.

É o caso da Direcção da Organização Regional de Portalegre que, em relação aos resultados do seu distrito, considera que as vitórias do Sim à primeira pergunta nos concelhos de Alter do Chão, Avis, Campo Maior, Fronteira e Monforte e à segunda nos concelhos de Avis, Campo Maior, Fronteira, Monforte e Sousel» contribuíram «para a vitória do Sim na região Alentejo», ainda que os resultados do Sim nos outros concelhos não tenham sido «satisfatórios».

Por sua vez, a Direcção da Organização

Regional de Bragança, respeitando embora o voto das populações contra a criação da Região de Trás-os-Montes e Alto Douro, exige que as forças políticas que se bateram pelo Não - PSD e PP - apresentem com urgência propostas alternativas à regionalização, de forma a poder tirar a Região do isolamento em que se encontra. Do Governo exigem a celeridade necessária na implementação das medidas de discriminação positiva para a Região que foram aprovadas, em Outubro passado, na Assembleia da República, por proposta por Grupo Parlamentar do PCP.

A Comissão Concelhia de Vila Franca de Xira, por sua vez, conclui que a população do concelho «não se deixou levar por medos e fantasmas, participando e votando maioritariamente no desenvolvimento e no progresso do nosso país». Uma vitória do Sim, em Vila Franca, para a qual o eleitorado comunista «foi determinante».

### Resultados do Referendo por Regiões

Regiões	Votantes				1ª Pergunta						2ª Pergunta					
	Inscritos	Votos	%	Abst.	NÃO	%	SIM	%	N/R	%	NÃO	%	SIM	%	N/R	%
Região Entre Douro e Minho	2.333.937	1.166.404	50,0	50,0	665.327	59,5	453.213	40,5	12.095	1,1	659.317	59,6	447.698	40,4	23.620	2,1
Região Trás-os-Montes e Alto Douro	428.222	197.788	46,2	53,8	130.206	68,9	58.699	31,1	2.310	1,2	128.153	68,9	57.899	31,1	5.163	2,7
Região Beira Litoral	1.193.029	593.682	49,8	50,2	430.590	75,6	138.643	24,4	5.776	1,0	433.952	77,1	128.502	22,9	12.189	2,1
Região Beira Interior	350.977	185.787	52,9	47,1	131.322	73,8	46.613	26,2	2.091	1,2	134.847	76,6	41.294	23,4	3.885	2,2
Região Estremadura e Ribatejo	748.294	380.404	50,8	49,2	271.800	74,6	92.439	25,4	4.044	1,1	274.569	76,3	85.502	23,7	8.312	2,3
Região Lisboa e Setúbal	2.373.323	1.143.671	48,2	51,8	649.282	59,2	447.166	40,8	9.618	0,9	641.678	59,0	445.279	41,0	19.109	1,7
Região do Alentejo	470.112	232.995	49,6	50,4	102.949	46,1	120.133	53,9	2.570	1,1	108.955	49,4	111.797	50,6	4.900	2,2
Região do Algarve	311.571	138.521	44,5	55,5	71.638	54,4	59.947	45,6	2.038	1,5	66.447	51,0	63.811	49,0	3.365	2,5
Região Aut. dos Açores	186.562	41.271	22,1	77,9	24.272	61,6	15.153	38,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Região Aut. da Madeira	207.454	75.455	36,4	63,6	50.961	70,8	21.065	29,2	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
<b>Total</b>	<b>8.603.481</b>	<b>4.155.982</b>	<b>48,3</b>	<b>51,7</b>	<b>2.528.447</b>	<b>63,5</b>	<b>1.453.071</b>	<b>36,5</b>	<b>40.542</b>	<b>1,0</b>	<b>2.447.918</b>	<b>63,9</b>	<b>1.382.148</b>	<b>36,1</b>	<b>80.543</b>	<b>2,1</b>

# Toxicoddependência Governo promove nova área de negócio

A Comissão Nacional do PCP para as questões da Toxicoddependência e do Narcotráfico analisou, na passada quinta-feira, as decisões anunciadas pelo Governo sobre a definição de critérios de apoio ao tratamento de toxicoddependentes, considerando necessária «uma resposta mais forte e eficaz na prevenção da dependência de drogas». Na nota conclusiva enviada à comunicação social (que a seguir se transcreve), o PCP critica concretamente o facto de as medidas governamentais «deixarem de fora» alguns aspectos fundamentais, como são o combate ao tráfico de droga e ao branqueamento de capitais.

O Governo acaba de anunciar decisões sobre definição de critérios de apoio ao tratamento de toxicoddependentes, alteração das normas para o licenciamento e fiscalização de unidade terapêuticas, criação do Instituto Português da Droga e da Toxicoddependência e criação de um programa de inserção laboral para ex-toxicoddependentes.

As medidas anunciadas, merecem do PCP, num primeiro comentário, as seguintes considerações:

1.º - A gravidade da situação da toxicoddependência em Portugal e o enorme atraso existente no combate a esse problema, que aliás a Comissão da Estratégia Nacional de Combate à Droga acaba de reconhecer no seu relatório, implicam uma vontade política, um conjunto de medidas e uma dotação de meios que estão longe de ser concretizados.

2.º - As medidas referidas, muito embora incidam sobre áreas importantes, deixam de fora aspectos essenciais, como o combate ao tráfico de droga e ao branqueamento de capitais, não traduzem a concretização da estratégia global que é necessária e algumas delas colocam mesmo sérias preocupações.

3.º - O apoio a entidades privadas com fins lucrativos na área do atendimento, tratamento e reinserção, e a recusa

da ampliação da rede pública, que no âmbito das Comunidades Terapêuticas é praticamente inexistente (está limitada a trinta e cinco camas) é um aspecto bastante negativo.

De facto, o Governo, invocando que deixam de ser apoiadas as instituições para serem apoiados os toxicoddependentes, estende o financiamento às entidades privadas com fins lucrativos, que até agora lhes tem estado vedado, e promove assim uma nova área de negócio à custa dos toxicoddependentes, das suas famílias e do Orçamento do Estado.

O PCP considera fundamental a ampliação da rede pública nacional gratuita de atendimento, tratamento e reinserção social nas diversas áreas e valências. Uma rede com capacidade suficiente e cobertura adequada em todo o país, de modo a acabar com listas de espera de vários meses para uma primeira consulta, a garantir uma porta aberta para o tratamento no momento em que cada toxicoddependente aceita tratar-se e a assegurar uma cama disponível em unidade de desabilitação ou em comunidade terapêutica sempre que necessário.

Independentemente do papel supletivo que as unidades privadas podem desempenhar, só uma rede pública nacional suficientemente dimensionada pode garantir condições efectivas para um tratamento universal, acessível e de qualidade.

4.º - Relativamente ao programa de reinserção social e emprego para ex-toxicoddependentes, área-chave para o êxito do seu tratamento e recuperação e em que não tem existido qualquer estratégia de intervenção, o PCP considera que, na prática, o Governo se limita a propor soluções de auto-emprego e incentivos, isenções ou reduções de taxas às empresas que empreguem toxicoddependentes, o que pode conduzir a resultados contraproducentes.

Os apoios concedidos podem ser, para muitas empresas, uma oportunidade para recorrerem à utilização de ex-toxicoddependentes, mas em funções de circunstância, como peças descartáveis, não contribuindo assim para a sua reinserção efectiva.

Neste plano, aquilo que se impõe, além da utilização pelas

diversas empresas e entidades dos programas de formação e emprego já existentes, são empresas, clubes ou comunidades de inserção, que utilizem os meios financeiros disponibilizados para criar soluções de emprego que permitam um real acompanhamento e integração. Estes aspectos, sendo referidos pelo Governo, não são depois desenvolvidos e são preteridos em favor da opção dos incentivos às empresas.

Por outro lado, o Estado, a Administração Pública, devem assumir as suas responsabilidades desenvolvendo programas próprios de inserção.

O PCP reafirma a necessidade e urgência de uma resposta global substancialmente diferente e mais forte e eficaz na prevenção da toxicoddependência e no combate ao tráfico de droga.

## Seixal prepara 7.ª Assembleia

Um intenso trabalho preparatório tem sido desenvolvido pela organização do Seixal com vista à realização da 7.ª Assembleia de Organização Concelhia que, no próximo dia 22 de Novembro, se realiza na União Seixalense.

A Assembleia, cujos delegados serão eleitos na proporção de 1 por cada 15 militantes, irá fazer o balanço da actividade e perspectivas de trabalho do Partido no concelho e eleger uma nova Comissão Concelhia.

Os militantes do Seixal encontram-se neste momento a preparar o documento-base que vai ser colocado à apreciação e aprovação dos delegados, onde irá ser feita uma análise exaustiva da situação económica, social e política do concelho, particularmente à actividade dos comunistas aos vários níveis de intervenção.

Em relação ao trabalho autárquico, a actual concelha pensa

destacar a confiança que o PCP e os seus aliados da CDU continuam a merecer à população, facto que, em sua opinião, se deve às políticas acertadas que aí têm sido levadas à prática e de que se orgulham.

O ensino, a promoção da saúde e da protecção social, o movimento associativo e o trabalho junto da juventude são outras áreas que irão ser analisadas em profundidade e para as quais a 7.ª Assembleia irá definir orientações.

Em relação ao Partido, os comunistas do Seixal reconhecem dificuldades objectivas, debilidades e insuficiências orgânicas mas, pese embora essas deficiências do trabalho, consideram ter conseguido manter o espírito de militância e um razoável nível de intervenção no concelho.

Contudo, estão insatisfeitos e propõem-se analisar o trabalho de direcção e as formas orgânicas até aqui utilizadas, mantendo-as ou encontrando outras mais adequadas, sempre na base dos princípios e orientações do Partido. Sendo que o trabalho de recrutamento de novos militantes para o Partido é outra questão sobre a qual se querem debruçar.

Enfim, o objectivo da 7.ª Assembleia é encontrar a maneira de responder melhor e com mais eficácia às principais tarefas do Partido, sejam elas de âmbito concelho, distrital ou nacional.

Para isso estão a pensar dar prioridade à intervenção do Partido junto dos trabalhadores e ao reforço da organização, não descurando, naturalmente, a necessidade de promoção de iniciativas de angariação de fundos, a defesa do património do Partido e a importante vertente que representa o trabalho ideológico, a informação, a divulgação da imprensa e dos materiais do Partido.

## Ensino superior Subfinanciamento agrava problemas

A propósito do orçamento do ensino superior para 1999 e da subtracção das propinas pelo Governo, Edgar Correia, membro da Comissão Política do PCP, fez, na passada sexta-feira, a seguinte declaração:

Os elementos já disponíveis em relação à proposta de Orçamento da Educação para o próximo ano (1999) e o incumprimento por parte do Governo da fórmula de cálculo das despesas de funcionamento prevista na lei de financiamento do ensino superior permitem sublinhar três conclusões fundamentais:

A primeira, de que se está mais uma vez perante uma situação de subfinanciamento do ensino superior público, que atinge quer as despesas de funcionamento quer de investimento, e que este facto altamente negativo é susceptível de agravar dificuldades e potenciar conhecidos problemas que atingem o ensino superior.

A segunda, de que mais uma vez as verbas das propinas são utilizadas em substituição do financiamento público, ao contrário da aditividade que havia sido prometida pelo Governo, aquando da discussão da lei das propinas, para a elevação da qualidade do ensino superior. Este facto traz de novo à actualidade as críticas que a Comissão Nacional do Ensino Superior do PCP oportunamente dirigiu à actual lei do financiamento do ensino superior e a exigência da sua revogação.

E a terceira, que desta forma não se inverte a linha de desresponsabilização do Estado em relação ao ensino superior público e, em particular, às universidades. Linha que é contrária ao interesse nacional de expansão deste grau de ensino e à promoção da igualdade de oportunidades que tem no ensino público uma das suas componentes mais importantes.

Contribuem para estas conclusões os seguintes elementos relevantes:

■ Comparando o orçamento inicial de 1998 e a proposta de orçamento inicial para 1999 para o conjunto do ensino superior observa-se, a preços correntes, uma quebra de 2,1% no valor previsto para os investimentos do plano, quebra esta que entrando em linha de conta com o valor da inflação tem uma expressão ainda mais significativa.

■ Em relação às despesas de funcionamento das universidades o valor que está previsto que o Orçamento do Estado transfira em 1999, e que ascende a 110,93 milhões de contos, regista um crescimento percentual de apenas 2,06% em relação ao montante transferido em 1998, a preços correntes; considerando o efeito da inflação (2% sobre os 20% de despesa, em média, para além das remunerações) e o crescimento de 2,9% do número de alunos, isto significa que as transferências do Orçamento do Estado para o funcionamento das universidades registam uma diminuição real per capita de 1,24%. Refira-se ainda que a verba de 110,93 milhões de contos prevista para a transferência do Orçamento do Estado inclui cerca de 3 milhões de contos do PRODEP, fonte de financiamento em relação à qual são frequentes os atrasos e outras dificuldades de recebimento por parte das escolas.

■ É particularmente significativo que o Ministério da Educação tenha, mais uma vez, desrespeitado a fórmula de financiamento que, desde 1993, regula o cálculo do Orçamento das Universidades, e cuja existência está aliás consagrada na actual lei de financiamento do ensino superior público. Pois: um - tendo o cálculo do orçamento-padrão (meta de qualidade) para 1999 conduzido ao valor de 131 milhões de contos e devendo este ano o orçamento de convergência para o orçamento-padrão ser calculado com um factor de convergência progressivo de 0,55 (o que conduzia a um total de 122,32 milhões de contos) na realidade o Governo utilizou um factor menor, de apenas 0,32, o que conduziu a um corte de 4,29 milhões de contos no orçamento de convergência realmente atribuído (118,03 milhões de contos); dois - além disso o Governo subtraiu a esse valor o montante estimado para as propinas (cerca de 9 milhões de contos), reduzindo desse modo a transferência do Orçamento do Estado para o funcionamento das universidades para os já referidos 110,93 milhões de contos.

■ É particularmente revelador de uma política de crescente desresponsabilização do Estado em relação às despesas de funcionamento das universidades públicas o crescimento que se verifica do diferencial entre o orçamento-padrão (meta de qualidade anualmente calculada) e o orçamento de convergência atribuído (que de 7,65 milhões de contos em 1998 passa para 12,9 milhões de contos em 1999).

### CAMARADAS FALECIDOS

#### António Vicente Campinas

Faleceu no passado dia 3 de Novembro, com 91 anos de idade, o camarada António Vicente Campinas, natural de Vila Real de Santo António, que há mais de dez anos se encontrava paralisado. Foi membro do primeiro Comité Local do PCP de Vila Real de Santo António (1941/42), quando no Algarve existiam apenas dois Comités Locais, o de Vila Real de Santo António e o de Silves. Escritor e cronista de mérito, tem 33 volumes publicados, dentre eles a Antologia da Câmara de Vila Real. Trabalhou durante muitos anos, após o 25 de Abril, com a CGTP-IN, tendo sido redactor do jornal desta central sindical, o «Alavanca».

Esteve preso no Aljube, Caxias e Peniche durante mais de cinco anos, dando sempre, nessas condições, uma importante ajuda cultural a companheiros seus. Por outro lado, deu sempre uma contribuição de notável valor ao alargamento do trabalho do Partido no Algarve.

#### Francisco Silva Gomes

Faleceu no Tortosendo, no passado dia 24 de Outubro, com 66 anos de idade, o camarada Francisco Silva Gomes. Operário têxtil, reformado, o camarada foi dirigente associativo em diversas colectividades do Tortosendo.

#### República Pereira Abrantes

Faleceu no passado dia 5 de Novembro, com 88 anos de idade, a camarada República Pereira Abrantes. Estava organizada na freguesia da Pena, em Lisboa, onde residia, sendo considerada e estimada por camaradas e amigos.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

# Revolução de Outubro corporizou sonhos e lutas milenares

A Revolução do Outubro, a actualidade dos seus ideais e do Socialismo foi o motivo da intervenção (que a seguir se transcreve) proferida por **Fernanda Mateus, membro da Comissão Política do PCP, nas comemorações do 7 de Novembro que, como habitualmente, se realizaram no Centro de Trabalho Soeiro Pereira Gomes e contaram com a participação de funcionários e militantes do Partido que aí colaboram.**

«São muitos os que, como os comunistas em Portugal e no mundo, não se conformam com o triunfo das desigualdades que marcam tão profundamente a vida da humanidade neste final de século. E que não se calam nem se intimidam com as campanhas que proclamam "a morte do comunismo", com as cruzadas que visam a criminalização dos ideais comunistas, a estigmatização e calúnia ao significado e ao alcance da Revolução de Outubro - com as suas conquistas para os trabalhadores e cidadãos no mundo - e a negação da actualidade dos seus valores e objectivos no limiar do século XXI.

Pretendem estes ideólogos do capitalismo esconder de forma escandalosa os crimes do capi-

talismo: duas guerras mundiais que provocaram milhões de mortos, a criação de armas nucleares que lançou contra cidades indefesas, numerosas guerras de agressão, intervenções armadas, instauração de ditaduras.

Desejam adormecer as consciências, estimular o conformismo, a aceitação da inevitabilidade do capitalismo com todo o cortejo de flagelos que atingem muitos milhões de seres humanos privados de elementares direitos e liberdades.

O trabalho e o emprego são crescentemente precarizados, precarizando a existência de milhões de trabalhadores e trabalhadoras e suas famílias. Trabalho sem direitos, emprego sem vínculos laborais, a tempo

parcial ou excessivamente prolongado com a "flexibilidade" e "polivalência" ao sabor das conveniências do grande capital. O desemprego e o subemprego massivos e crónicos atingem milhões de trabalhadores. Homens e mulheres que não conseguem com o seu salário garantir os níveis mínimos de vida.

Deterioram-se as condições de vida das mulheres, mantêm-se discriminações em função do sexo no trabalho e na sociedade. O futuro das novas gerações é comprometido.

Mais de mil milhões de pessoas são privadas das necessidades de consumo básico. São milhões os que sofrem de subalimentação; 1/3 das crianças lutam para sobreviver à carência alimentar e à mortalidade infantil; 600 mil mulheres morrem por ano por complicações de gravidez e de parto; entre 1 milhão e meio e dois milhões e meio de crianças morrem durante a 1.ª semana de vida.

São milhões de mulheres e crianças violentadas e vítimas do comércio da pornografia e prostituição.

Direitos fundamentais à saúde, habitação, à educação, a uma reforma justa na velhice são postos em causa com a destruição dos sistemas públicos, sujeitando-os à ganância do lucro privado.

É uma realidade que torna evidente a natureza do património do capitalismo - assumam ele o seu rosto mais humanizado e moderno ou as suas facetas mais cruéis: o fomento das desigualdades sociais, a crescente concentração da riqueza nas mãos de alguns, a generalização da desvalorização do trabalho e de quem trabalha, a limitação e anulação de direitos económicos, sociais, políticos e culturais de muitos milhões de seres humanos, apesar de todas as possibilidades oferecidas pelo desenvolvimento científico e técnico.

Entretanto, tentam silenciar quem resista, quem lute, quem ouse continuar a não aceitar estes caminhos como uma fatalidade.

Pretendem ignorar e minimizar o papel dos ideais comunistas, que corporizam o empenho, a generosidade, o sonho de mudança de muitas gerações de homens, mulheres e jovens que neste século XX, em condições muito diversas, se assumiram e assumem como vanguarda, portadores de um projecto socialista de transformação da sociedade em que vivemos e que se rebelam e lutam contra os flagelos do capitalismo e as suas concepções neoliberais que marcam o tempo presente.

Não subestimamos que foram cometidos erros e desvios que falsearam o ideal comunista, com um modelo que se afastou do projecto de construção do socialismo.

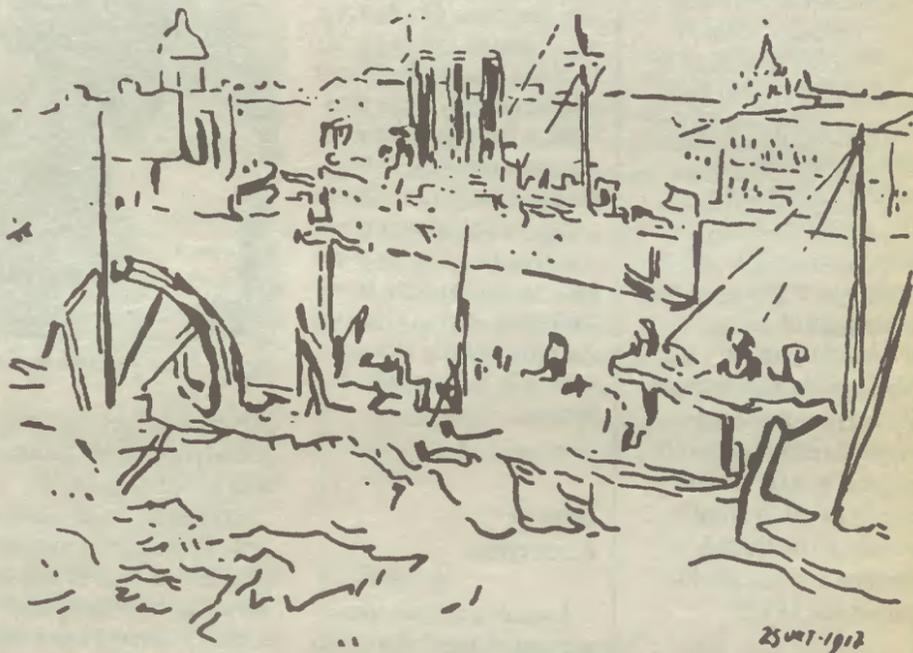
Não aceitamos, porém, que ousem relacionar com tais práticas os ideais comunistas e o valor intrínseco do seu projecto, nem que caluniem milhões de comunistas que no mundo e em Portugal que deram a vida pela liberdade, e lutam quotidianamente contra a exploração e opressão, contra as políticas neoliberais e que exortam à luta e à resistência, a que cada um, cada uma tome nas suas mãos os seus destinos, e lute pelo direi-

to, à fome, à ausência de direitos elementares de milhões de soviéticos. Que permitiu combater os atrasos e desenvolver este imenso país que valorizou o trabalho, os saberes, as potencialidades do ser humano.

Com a revolução de Outubro, o socialismo tornou-se um projecto concreto que permitiu profundas e qualitativas transformações na União Soviética e animou a luta dos trabalhadores e trabalhadoras pela conquista de

do povo português - está profundamente convicto que o futuro da humanidade e o futuro de Portugal estará não no capitalismo, nem nas políticas neoliberais, mas sim no socialismo e no comunismo.

Nós, comunistas portugueses temos o nosso próprio projecto de sociedade socialista, de acordo com as realidades sociais e económicas do País. O socialismo é condição necessária para a plena e ampla efectivação da



S. Iaremitch. O Aurora no Neva, desenho de 25 de Outubro de 1917

## Amadora e Brandoa assinalam 7 de Novembro

O 81º aniversário da Revolução de Outubro foi assinalado, no passado sábado, num almoço-convívio realizado no Centro de Trabalho da Amadora, em que participaram dezenas de militantes e amigos do PCP e que contou com uma intervenção do camarada Vítor Dias, membro da Comissão Política.

Na sua breve alocução, aquele dirigente do PCP salientou, a dado passo, que «digam o que disserem os defensores do capitalismo e os que querem aprisionar a evolução das sociedades humanas nos limites ditos inultrapassáveis deste sistema, a verdade é que a Revolução Socialista de Outubro marca indelevelmente o século XX, não apenas pela força intrínseca de ter constituído o primeiro empreendimento concreto de construção de uma nova sociedade liberta da exploração do homem pelo homem, mas também pelas suas vastas repercussões e positivas consequências, muitas das quais ainda hoje estão visíveis e presentes no mundo contemporâneo».

### Brandoa

Também no salão do Centro de Trabalho do PCP na Brandoa, realizou-se no passado dia 7 um convívio e um debate alusivos ao 81º aniversário da Revolução de Outubro. O debate, vivo e participado, iniciou-se com uma intervenção do camarada José Casanova que sublinhou o significado e a importância da Revolução de Outubro - «acontecimento que marca de forma impressiva o século XX e que constitui a primeira tentativa da história da humanidade de construção de uma sociedade nova, sem exploradores nem explorados» - e a actualidade dos seus valores e princípios. Denunciando as operações de falsificação da história que «visam, nomeadamente, unanimizar a conclusão de que os ideais da Revolução de Outubro estão mortos», aquele dirigente comunista afirmou que o que a vida e a realidade mostram todos os dias é exactamente o oposto: «A essência opressora e exploradora do capitalismo, sentida e sofrida por milhões de seres humanos, realça e confirma que os ideais do comunismo, o projecto comunista, não só continuam vivos e actuais como constituem fonte de força essencial da determinação de luta de milhões de trabalhadores em todo o Mundo».

to inalienável a viver com qualidade de vida, com direito à sua realização enquanto trabalhador(a) e cidadão(ã).

Sentimos uma profunda tristeza por tal ter acontecido. Como resultado de comportamentos e práticas que traíram os objectivos de um processo em curso de construção do socialismo são hoje visíveis as suas consequências negativas.

O desaparecimento da URSS e do Socialismo nos países do Leste Europeu abriram novos espaços à expansão do capitalismo com a proliferação da exploração dos trabalhadores e cidadãos destes países e degradação brutal das suas condições de vida. Contribuiu para a profunda regressão nos direitos económicos, sociais e políticos nos países capitalistas neste final de século.

Do pretenso triunfo definitivo do capitalismo, emergem realidades e contradições que evidenciam a sua incapacidade de dar resposta às aspirações do ser humano e aos problemas do mundo actual. O capitalismo é um obstáculo ao avanço e progresso da humanidade.

Para nós, evocar a revolução de Outubro não é a comemoração de uma efeméride que se assinala como uma espécie de ritual.

A revolução de Outubro corporizou sonhos, lutas milenares de homens e mulheres explorados, discriminados e oprimidos em toda a humanidade.

A revolução de Outubro, com o forte movimento de massas populares derrubou o despotismo czarista, o seu aparelho repressivo e permitiu o combate à misé-

novos direitos em todo o mundo.

Foi determinante o papel e a acção de um partido com projecto revolucionário de sociedade - o Partido Bolchevique - claramente assumido como partido de classe, intimamente ligado às massas trabalhadoras e populares, capaz de as organizar, mobilizar e dirigir ganhando o seu apoio para a luta revolucionária.

Lenin foi o principal inspirador desse partido e a sua contribuição para o desenvolvimento do marxismo justifica que se tenha passado a designar a teoria revolucionária da época do imperialismo e das revoluções proletárias como o marxismo-leninismo, cuja verdadeira natureza é ser um instrumento de análise científica das realidades em mudança e um guia para acção que se deve desenvolver e enriquecer com o estudo de novos fenómenos, processos e experiências.

Temos consciência que a construção do socialismo se revelou mais difícil e complexa do que esperávamos. Mas não perdeu, por isso, a sua validade e actualidade.

Os principais problemas do mundo contemporâneo não podem ser resolvidos sem ter em conta as propostas e ideias do socialismo. O empreendimento de superação revolucionária do capitalismo, iniciado no plano mundial pela revolução de Outubro, mantém-se como questão central no limiar do novo milénio.

O PCP - profundamente dedicado à defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras e

democracia e o aprofundamento das suas vertentes económicas, sociais, políticas e culturais.

Somos um Partido que luta contra as soluções neoliberais que têm vindo a ser impostas pelos governos do PSD e agora do PS e que são responsáveis pelo agravamento das desigualdades sociais, pela limitação e tentativa de destruir importantes direitos conquistados com a Revolução de Abril.

Somos a oposição de esquerda a estas políticas. Contamos, com a força, o empenho dos homens, mulheres e jovens comunistas, com todos aqueles que em nós confiam para continuarmos este caminho de luta pela afirmação do PCP e por um novo rumo para Portugal.

No momento actual, duas importantes causas em que nos empenhamos, a despenalização do aborto e a criação das regiões administrativas em Portugal Continental, sofreram significativos adiamentos. Contamos com o empenho dos nossos militantes, a sua criatividade e dedicação e com as pessoas que apoiam as nossas posições. Nem sempre se ganha, mas as razões pelas quais nos batemos continuam válidas e vão fazendo caminho.

Somos um Partido que, ao longo da sua história e em condições extraordinariamente adversas, nunca abandonou os seus princípios e os seus ideais, consciente da longa e difícil caminhada que têm a percorrer, mas corajosamente determinado em prosseguir-la para que venha a ser possível a transformação revolucionária da sociedade.»

## TRABALHADORES

## Acusa o CESP A Sonae não cumpre e o Governo permite

### Podem esperar

Os trabalhadores do Estado não vão ter os seus salários actualizados no início do ano. O Governo garantiu que o processo negocial da Administração Pública vai ser longo e não deve ficar concluído até ao final do ano. «Não será no mês de Dezembro que se vão concluir as negociações da Função Pública», disse segunda-feira aos jornalistas o secretário de Estado da Administração Pública, no intervalo de duas reuniões com os sindicatos do sector.

Fausto Correia, citado pela Lusa, salientou o «avanço significativo» da proposta de aumentos salariais feita pelo Governo, que passou de 2,15 para 2,4 por cento. As estruturas sindicais não ficaram satisfeitas com a proposta e aguardam que esta venha a ser revista na próxima ronda negocial.

A Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública reafirmou que a resposta a esta situação negocial só pode ser dada através da luta. No final da reunião, Paulo Trindade lembrou as acções previstas para os dias 18 e 25.

### Solidariedade na Grundig

Cerca de 300 trabalhadores da Grundig Auto Radio de Portugal, de Braga, manifestaram-se segunda-feira à porta da fábrica para exigir a reintegração da delegada sindical Conceição Marques, despedida sexta-feira. Os trabalhadores entraram em greve porque não aceitam o precedente do despedimento sem justa causa de uma delegada sindical eleita por todos.

Em declarações aos jornalistas, Conceição Marques disse estar segura de que vai regressar ao seu posto de trabalho, «pelo menos até que os tribunais determinem o contrário».

O protesto foi organizado pela União de Sindicatos de Braga, pelo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas do Norte e pelas comissões de trabalhadores das diversas empresas sediadas no Complexo Grundig-Blaupunkt de Ferreiros, à entrada de Braga. Na opinião dos sindicalistas, a dirigente sindical e membro da Comissão de Trabalhadores da GARP foi alvo de um processo disciplinar «de carácter prepotente e intimidatório por parte da empresa, e que atingiu profundamente um direito fundamental, que é a liberdade de expressão».

**O Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal divulgou na semana passada uma lista com dez casos de violações da lei e da contratação colectiva por parte daquele que é apresentado como o maior grupo privado português.**

«Infelizmente, o Governo não combate, como devia, antes favorece, tais práticas ilegais, que quer legalizar e generalizar a todos os trabalhadores portugueses, através do pacote laboral», lamenta o CESP/CGTP, num comunicado que a sua Comissão Directiva divulgou na semana passada. Neste documento, o sindicato afirma que se mantém «como sempre, disponível para discutir e acordar com a Sonae o cumprimento das normas legais e contratuais em vigor e o respeito pelos direitos dos trabalhadores» e informa que «aguarda desde 13 de Julho a marcação de uma reunião pela Sonae».

### Provem o contrário!

A nota do sindicato é apresentada como um «convite» a que a Sonae dê «pública prova de que respeita os direitos e cumpre as leis e a regulamentação laboral», nas suas empresas Continente, Modelo, Bonjour, Champion, Max Mat, Vobis, Sportzone, Modalfa, Inventory, Max Office e outras.

O trabalho ao domingo «sem compensação, durante anos e anos» é a primeira matéria da acusação. Segundo o CESP, a distribuição da Sonae (Modelo, Continente, etc.) só começou a compensar o pessoal pelo trabalho ao domingo depois de ter sido negociado o contrato colectivo de trabalho para os super e hipermercados. Entretanto,

para um «novo expediente, que generalizou de forma muito mais rentável», uma vez que, tal como antes, reduzia os salários, mantinha na prática os horários (com trabalho não remunerado)

Um volume de «muitas e muitas horas» de trabalho extraordinário - para balanços, feiras, alterações na disposição dos artigos e expositores, promoções - «nunca é registado



Quanto custa aos trabalhadores um empresário de sucesso? (foto de arquivo)

milhares e milhares de contos ficaram por pagar aos trabalhadores e à Segurança Social.

Ao longo da «última dúzia de anos» foi praticada a contratação a prazo «com justificação da abertura do hiper ou supermercado», que servia para pôr termo aos contratos de «dezenas de milhares de jovens» e repetir a contratação a prazo com a mesma justificação. A carreira, nestes casos, inicia-se sempre pelo grau mais baixo e com o salário mais baixo.

Antecipando-se à lei que agora o Governo veio propor, a Sonae «generalizou o trabalho a tempo parcial, ou melhor seria dizer, o salário parcial». A experiência, conta o sindicato, começou com a redução do horário de trabalho das operadoras de caixa para 36 horas, mas com redução do salário... e continuando a exigir «maior cooperação» e «amor à camisola». Avançou depois

e deixava de pagar o subsídio de refeição.

O sindicato afirma que os horários dos trabalhadores, «em especial dos contratados a tempo parcial», são elaborados «pelo computador», definindo os tempos de trabalho e de descanso «no horário que mais convier à placa de vendas, entrando em cada dia num horário diferente, fazendo um número de horas diárias todos os dias diferente». «A disponibilidade é completa, apesar dos salários se situarem entre os trinta e tal e os setenta e tal contos», protesta o sindicato.

Apesar de tão amplos limites, há ainda «alterações de horário quando o chefe quer», pois «as normas que a Sonae negociou, através da APED (associação patronal das grandes superfícies comerciais) são mero *proforma*». As férias são «repartidas à força».

como tal, nem pago», acusa ainda o CESP, sublinhando que se repetem os casos em que, após uma noite de trabalho, o trabalho é retomado sem que haja, pelo menos, um descanso de 12 horas. Por norma, também não é respeitado o descanso compensatório após o trabalho em dias feriados.

Até pelas aparelhagens sonoras dos hipermercados é anunciada outra irregularidade: a incorrecta classificação profissional das trabalhadoras chamadas «à caixa», que deveriam ser *operadoras principais* ou *subchefes de secção*, mas são apenas *operadoras especializadas*.

Continua a proliferar o trabalho clandestino, através de agências e empresas de prestação de serviços.

Por fim, «nunca» foram cumpridas as leis que obrigam a Sonae a enviar os balanços sociais e os quadros de pessoal aos sindicatos.

### Acordo dos professores

Da resolução de questões muito importantes depende ainda a celebração final de um acordo com o Ministério da Educação, afirmou sexta-feira a Federação Nacional dos Professores. O Conselho Nacional da Fenprof considerou «bastante satisfatórios» os objectivos alcançados no quadro do protocolo assinado dia 30 de Outubro com o ME, mas nomeou alguns pontos que constam da Parte II do Protocolo e da acta da reunião realizada naquela data. «Soluções positivas para a revalorização indicária do 9.º escalão (efeitos a 1998), para a aposentação em período de faseamento e para o desbloqueamento da penalização no 7.º escalão dos bacharéis de Nível 1» são as matérias apontadas, «entre outros aspectos», na nota que a Fenprof divulgou após o Conselho Nacional de sexta-feira.

A federação quer ainda que sejam cumpridos os prazos acordados para concretização do acordo (em Novembro), com um período negocial posterior para a «globalização» do Estatuto da Carreira Docente e com a criação de uma comissão técnica de acompanhamento da sua aplicação. Deve ainda ficar previsto um prazo para a sua revisão.

Os dirigentes da Fenprof aprovaram «o aprofundamento da convergência sindical em torno de posições que são comuns» e deixaram em aberto «o recurso a formas de luta diversas» pela resolução positiva dos problemas no novo processo negocial.

### Acto médico

Os enfermeiros entendem que a definição de acto médico constante do projecto de decreto-lei colocado em discussão pública poderia, a ser aprovada, suscitar «conflitos interprofissionais nos locais de trabalho onde se prestam cuidados de saúde», com maiores prejuízos para os utilizadores dos serviços.

Numa reunião promovida segunda-feira pela recém-constituída Ordem dos Enfermeiros e em que participaram o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses e a maioria das associações profissionais da classe, verificou-se unanimidade na recusa de uma definição de acto médico que possa desresponsabilizar os enfermeiros. «Os cuidados de saúde a que a população tem direito envolvem o conjunto das intervenções que decorrem das competências dos vários técnicos», afirma-se na nota divulgada pela Ordem após a reunião, recordando que, «no que respeita aos enfermeiros, essas competências encontram-se estabelecidas em lei».

## «Caça à mãe» sai cara ao Lidl...

A multa de 3 mil contos que os supermercados Lidl pagaram recentemente por discriminarem candidatas a funcionárias foi superior às multas pagas nos últimos cinco anos (2 mil 235 contos), em que se registaram 447 casos de discriminação no trabalho em função do sexo.

Segundo a Agência Lusa apurou junto do inspector-geral do Trabalho, as candidatas a funcionárias do «Lidl» eram obrigadas a responder a um questionário com perguntas relativas à intenção de utilizarem o direito à protecção da maternidade, o que provocou a indignação de algumas mulheres que relataram o caso ao Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal.

Numa acção concertada entre a Inspeção-Geral do Trabalho e a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, foi levantado um auto à cadeia de supermercados, por se ter provado que, «constando esta pergunta no questionário e estando as partes em situação desigual, numa relação poder-sujeição, pode ser afectada a autodeterminação da parte mais fraca, no momento em que a vontade negocial se manifesta, para além de constituir uma pressão sobre os trabalhadores no desenvolvimento da sua prestação de trabalho».

Ficou desta forma provado que a cadeia de supermercados violou a Constituição e as

leis que protegem a maternidade e paternidade e que garantem a igualdade no trabalho e no emprego, pelo que foi autuada em cerca de três mil contos.

O caso Lidl não é único em Portugal. Só no ano passado, foram registadas 102 situações irregulares, que custaram às empresas 510 contos de coimas, segundo dados da IGT a que a Lusa teve acesso.

Segundo Inácio Mota da Silva, pretende-se com o reforço da actuação da IGT nesta matéria que «os trabalhadores se sintam encorajados a assumir os seus direitos e a confiarem nas instituições públicas». Consciente da dificuldade da «tarefa», Iná-

cio Mota da Silva avança com a necessidade de uma «avaliação sectorial do problema», com maior atenção para o sector bancário e o da distribuição.

Para este trabalho articulado entre a IGT e a CITE estão a ser «concebidas novas metodologias», pois «o mais difícil é conhecer e provar estas situações» de discriminação.

Também não será fácil descobrir que, com multas destas, as grandes cadeias de distribuição e os grandes grupos financeiros podem muito bem optar por arcarem com os custos da discriminação, que são cobertos, no fim de contas, com as receitas da exploração das mulheres.

## TRABALHADORES

**Metalurgia e Química  
criam nova federação**

# Unidade mais forte para acção mais eficaz

Mais de quinhentos delegados participaram, na Marinha Grande, no congresso que decidiu avançar com a fusão das federações sindicais da Metalurgia, Metalomecânica e Minas e da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás.

Ao intervir, sexta-feira passada, no encerramento do encontro nacional de delegados da Fequifa e da FSMMP, na colectividade da Ordem, o coordenador da CGTP-IN considerou que a fusão entre federações sindicais de sectores que entre si têm conexões é «uma solução adaptada aos tempos que correm».

Manuel Carvalho da Silva salientou que a junção de estruturas sindicais «é um sinal forte, nesta sociedade de individualismo, da importância da unidade dos trabalhadores». «Está em voga dizerem que é um problema os sindicatos não se adaptarem», disse o sindicalista, citado pela Agência Lusa, comentando que, «quando o capital afirma isso, quer que o movimento sindical aceite o sistema único de uma sociedade sem solidariedade».

«Mudar significa pegar nos princípios e nos valores, dar-lhes evolução e responder aos desafios», sublinhou Carvalho da Silva, para quem é isso que acontece com a fusão entre estruturas sindicais, que assim ficam «mais fortes».

A constituição da Fequimetal - Federação Intersindical da

ra direcção própria. Até lá, a direcção é assegurada pelos órgãos dirigentes das duas federações que decidiram fundir-se.

Os delegados aprovaram diversas moções, entre as quais

## Responder às ameaças

Carvalho da Silva teceu duras críticas ao sistema capitalista, que «procura secundarizar o que é essencial no trabalho - a sua dignidade», enquanto os sindicatos têm vindo, «ao longo de décadas, a trabalhar numa base para a solidariedade, assente na igualdade no trabalho: para trabalho igual, salário igual».

Nos últimos tempos, «querem desvirtuar este princípio, com a máxima "dar mais a quem mais merece", esquecendo-se de dizer que são os patrões que definem quem merece mais», acusou Carvalho da Silva, referindo-se às alterações pretendidas pelo grande patronato e incluídas em propostas de lei do Governo PS.

O coordenador da CGTP-IN reafirmou que não é com a proposta sobre a generalização do trabalho a tempo parcial que se salvaguarda o emprego, já que tal regime laboral, a ser aprovado, «não vai resolver os problemas do desemprego, mas antes colocar desempregados a trabalhar com menor remuneração», acusou. Neste contexto, apelou a uma «resposta de massas de grande dimensão», quando as propostas de alteração à legislação laboral estiverem em debate na Assembleia da República.



Metalurgia, Metalomecânica, Minas, Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás - faz parte de «um projecto que talvez esteja incompleto», admitiu o coordenador da CGTP, uma vez que no futuro outras estruturas sindicais poderão aderir à Fequimetal, como as ligadas às indústrias eléctricas.

A Fequimetal realizará o seu primeiro congresso até final de Junho do próximo ano, altura em que será eleita a sua primei-

uma que apela ao reforço da organização sindical nas empresas, além de sublinhar a importância da informação e propaganda junto dos trabalhadores.

A disponibilização para a luta contra o pacote laboral do Governo, a exigência da redução do horário de trabalho e o apelo à participação dos trabalhadores na compra da sede da CGTP-IN também tiveram expressão no encontro de delegados da Fequimetal.

## Centenas de pareceres contra o trabalho parcial

A comissão parlamentar de Trabalho recebeu até dia 6 muitas centenas de pareceres sobre as propostas de lei que integram um primeiro «lote» do pacote laboral do Governo, nas quais sobressai o diploma sobre a generalização do trabalho a tempo parcial e incentivos, para tal, ao patronato.

A hora do fecho da edição, ainda não era conhecido o número exacto de pareceres que deram entrada na AR. O volume, no entanto, confirma à vista desarmada a elevada participação de estruturas representativas de trabalhadores na fase da discussão pública - que se soma aos fortes protestos públicos, com destaque para a jornada nacional levada a cabo dia 29 de Outubro pela CGTP.

Chegaram à nossa Redacção informações sobre os sectores da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás do Centro, Sul e Ilhas (depois de realizar 50 plenários de empresa, o Sinqiifa/CGTP entregou na AR 195 pareceres de comissões sindicais e comissões de trabalhadores, enquanto «muitos mais» foram enviados directamente à AR pelas estruturas nas empresas), do Comércio (o CESP entregou 148 pareceres) e da Hotelaria (a Feshot entregou 236 pareceres, aprovados em 100 empresas, com o apoio de 8500 trabalhadores, salientando que «nunca no sector se realizou uma tão grande recolha de pareceres de trabalhadores sobre a legislação laboral»).

## Setúbal

No início da semana passada, quando ainda não estava concluído o processo de discussão pública, a União dos Sindicatos de Setúbal contabilizava já mais de 200 pareceres contra a proposta sobre generalização do trabalho a tempo parcial.

Numa nota de imprensa da Comissão Executiva da USS/CGTP, foi energeticamente denunciado o facto de o Governo, num despacho de 15 de Setembro, ter já avançado com medidas visando preparar a atribuição do subsídio de desemprego parcial. «Porquê tanta pressa? Que garantias terá o Governo de que a proposta irá ser votada favoravelmente? Que entendimentos já existirão?» - pergunta a estrutura distrital da Inter, classificando este apressado procedimento como mais um atropelo ao funcionamento democrático dos órgãos de soberania.

## Telecom avança para a luta

A Frente Comum de Sindicatos da Portugal Telecom decidiu propor aos trabalhadores a realização de uma greve geral de 4 dias, a 30 de Novembro, 2, 3 e 4 de Dezembro, entre outras acções de luta imediatas. Os sindicatos respondem assim à administração, presidida por Murteira Nabo, que no dia 30 de Outubro decidiu romper as negociações do acordo de empresa e solicitar a passagem à fase de conciliação.

«A administração, ao fim de sete horas de discussão no vazio, sem ser capaz de sair do beco onde se meteu, entra num caminho nunca visto», relata a Frente Comum num comunicado aos trabalhadores, apontando «o acto provocatório da aplicação das tabelas salariais» por acto de gestão nessa mesma noite.

Reunidos no dia 2, os representantes dos trabalhadores decidiram insistir em ser recebidos pelo ministro da tutela, João Cravinho. Entretanto, vão propor aos trabalhadores a realização de concentrações junto à sede (Av. República) e ao Forum Picoas, bem como nos emissores de Monsanto e do Monte da Virgem. Nas formas de luta em preparação encontram-se ainda o «zelo absoluto», que significará

limitação às estritas obrigações, acções de propaganda e sensibilização da população para a luta dos trabalhadores da PT, a publicação de «uma carta aberta» ao primeiro-ministro.

No comunicado afirma-se que estas são acções «imediatas, às quais outras se seguirão, se a administração continuar a não assumir a sua responsabilidade e continuar sem ser capaz de negociar» e reafirma-se a disponibilidade dos sindicatos para «a todo o momento, através de um diálogo sério, encontrar as soluções que possam conduzir a um acordo responsável».

## «Regina» noutra fábrica

Há uma empresa a fabricar chocolates com a marca «Regina», enquanto decorre um processo de venda da patente por parte do Estado, denunciaram na semana passada as organizações representativas dos trabalhadores da fábrica de Alcântara.

Os trabalhadores da Fábrica de Chocolates Regina estiveram concentrados junto ao Ministério da Economia, para pressionar o Governo a esclarecê-los sobre a situação da empresa, parada desde Janeiro de 1998.

Moisés Caetano disse à Agência Lusa que uma comissão nomeada pelo Estado está a negociar a patente da fábrica de chocolates com o objectivo de conseguir manter parte dos postos de trabalho.

«Mas temos conhecimento de que, apesar do negócio não se ter ainda concretizado, uma empresa do Norte já está a fabricar e a comercializar os chocolates Regina», afirmou aquele dirigente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação do Sul e Tabacos.

Durante a concentração, foi dado conhecimento da situação ao assessor do secretário de Estado da Economia, que ficou de investigar o que se passa e dar hoje uma resposta ao STIAST/CGTP.

Dos 230 trabalhadores da Regina, 37 continuam a apresentar-se diariamente no local de trabalho, 20 estão de baixa e os restantes 163 rescindiram os contratos ao abrigo da lei dos salários em atraso.

## CIL da Covilhã espera até sexta-feira

Reunidos segunda-feira em plenário, os trabalhadores da CIL-Complexo Industrial de Lanifícios, da Covilhã, decidiram manter a laboração até amanhã, dia 13, esperando que os três meses de salários em atraso sejam regularizados até essa data. Decidiram ainda - refere a Lusa, citando fontes sindicais - suspender a manifestação prevista para esta semana, junto do Ministério da Economia, em Lisboa.

A manutenção da laboração até ao dia 13 de Novembro foi decidida «no pressuposto de que os salários serão regularizados» e de que até lá será constituída a sociedade para viabilização da empresa, prometida pelo actual Governo. Segundo o presidente do Sindicato dos Têxteis da Beira Baixa, os operários da CIL, que não recebem há três meses, «estão a passar grandes dificuldades, havendo quem nem sequer tenha dinheiro para pagar o passe para ir trabalhar».

Luís Garra adiantou à Lusa que responsáveis do IAPMEI e do SIRME (Sistema de Incentivos Regionais às PME's) informaram o sindicato de que «estão, finalmente, reunidas as bases de entendimento que perspectivam a aquisição da CIL por uma entidade a constituir até final da próxima semana», integrando capitais do Estado e privados, com apoio do SIRME.

O sindicalista considera que, depois de assegurado o controlo do capital e da gestão da CIL, «de imediato deverão ser disponibilizados os meios financeiros que permitam regularizar os compromissos prioritários da empresa, em particular para com os trabalhadores».

## Hugo Chávez ganha na Venezuela

O partido de Hugo Chávez ganhou as eleições legislativas e regionais da Venezuela, realizadas no passado domingo. Quando estava escrutinados 55 por cento dos votos, o Polo Patriótico tinha 43 por cento dos 88 lugares da Câmara de Deputados, enquanto a Acção Democrática tinha 21 por cento. No Senado, o PP tinha 34 por cento dos deputados e a AD 22 por cento. Hugo Chávez liderou uma tentativa falhada de golpe de Estado em 1994 contra o então presidente Carlos Andrés Pérez, actualmente detido por corrupção.

## Testemunha de massacre contra MST assassinada

O fotógrafo Miguel Pereira de Melo, testemunha do massacre do Eldorado de Carajás, foi assassinado com dois tiros na quinta-feira, na cidade de Marabá, no estado brasileiro do Pará. O jornalista fotografou os corpos dos 19 militantes do Movimento dos Sem-Terra mortos em 1994 e ia depor contra os 159 polícias militares acusados da chacina. O massacre do Eldorado de Carajás deu-se na sequência de uma violenta acção desencadeada pela polícia para fazer desocupar um fazenda ocupada pelo MST.

## Estudantes franceses retomam protestos

Os estudantes franceses do Ensino Secundário voltaram a protestar contra a falta de condições nas escolas, em manifestações realizadas em diversas cidades do país na quinta-feira passada. Os estudantes consideram insuficientes as medidas anunciadas pelo ministro da Educação após os protestos de Outubro. O «Plano Allege» prevê a criação de um fundo de excepção de cerca de 120 milhões de contos para quatro anos, a simplificação dos programas educativos gerais, a alteração dos horários em algumas escolas, a limitação em 35 alunos nas turmas dos últimos anos, bem como a contratação de 14 mil novos professores e vigilantes através de fundos dos governos regionais.

## Furacão Mitch

# América Central pede «perdão» de dívida externa

Os prejuízos pessoais e materiais da passagem do furacão Mitch pela América Central ainda não foram totalmente contabilizados, mas sabe-se que pelo menos 11 mil pessoas morreram e um número muito elevado de casas ficou destruído.

O Sistema Nacional de Defesa Civil da Nicarágua calcula que mais de 1800 pessoas morreram, quase 1300 desapareceram, 800 mil ficaram feridas e 2500 casas foram danificadas total ou parcialmente.

Por seu lado, as autoridades das Honduras afirmam que o número de vítimas mortais ascende actualmente a quase sete mil, havendo dez mil desaparecidos.

Entretanto, os sobreviventes dos diversos países afectados pelo furacão vêem-se a braços com uma grave crise alimentar. A Comissão Permanente das Situações de Urgência das Honduras afirmou já que o destino de dezenas de milhar de pessoas depende exclusivamente da ajuda da comunidade internacional.

Mas os problemas não param de aumentar. A Tela Railroad Company, empresa de bananas subsidiária da norte-americana Chiquita Brands que opera desde o início do século nas Honduras, anunciou a suspensão indefinida de quase oito mil trabalha-

dores devido à destruição das plantações.

Mas outras culturas foram afectadas, nomeadamente de açúcar e cacau. De acordo com a Organização Internacional do Café, entre 10 e 15 por cento da produção de café das Honduras foi destruída, estimando que os cafezais tanto deste país como da Nicarágua precisam de dois a três anos para recuperarem da devastação. Estas perdas irão provocar uma subida generalizada do preço do café nos mercados internacionais.

## UE propõe ajuda financeira

Os presidentes dos países da América Central, reunidos na segunda-feira em El Salvador, pediram à comunidade internacional para perdoar a dívida externa das Honduras e da Nicarágua e apelou à ajuda para a reconstrução das infra-estruturas destruídas pelo furacão.

«Não é possível que um país destine um dólar anual para a



compra de medicamentos, saúde e educação, enquanto guarda cinco dólares para pagar os interesses da dívida», afirmou o Presidente da Nicarágua, Arnoldo Alemán.

Os presidentes apelaram ainda aos Estados Unidos para não deportar os emigrantes ilegais. «A América Central não pode receber deportados neste momento», declarou o Presidente salvadorenho, Armando Calderón.

Entretanto, os países membros União Europeia aprovaram na segunda-feira ajudas urgentes no valor de 100 milhões de ecus. A hipótese de

perdoar a dívida externa foi posta de lado, mas, segundo o comissário europeu para a América Latina, Manuel Marín, os Estados-membros chegaram a «um compromisso para que cada país estude a composição da dívida dos países afectados pelo furacão para ver o que se pode fazer».

A Comissão Europeia anunciou que irá elaborar um plano

de reconstrução de 450 milhões de ecus anuais, mas só o apresentará em Janeiro.

A Nicarágua deve 5929 milhões de dólares (o triplo do Produto Interno Bruto do país), as Honduras 4453 milhões de dólares (92 por cento do PIB), a Guatemala 3785 (23 por cento do PIB) e El Salvador 2894 (35 por cento do PIB).

## 8.º Encontro do Fórum de São Paulo

Entre 29 de Outubro e 1 de Novembro realizou-se na Cidade do México o 8.º Encontro do Fórum de São Paulo. Fundada em 1990 na cidade de São Paulo, no Brasil, esta estrutura flexível de debate, enlace e cooperação das forças de esquerda revolucionárias e progressistas da América Latina e Caraíbas, tem desempenhado um importante papel no intercâmbio de experiências e reflexões entre forças sem dúvida muito diversificadas na sua orientação e influência política e social, mas cuja cooperação é indispensável para fazer frente ao imperialismo na sua forma de globalização neoliberal, defender os interesses das grandes massas e lutar por alternativas de democracia e progresso social.

Neste Encontro, que se reuniu sob o lema «A Esquerda face ao novo milénio», participaram 58 organizações e partidos latino-americanos e caribenhos e, como convidados, 31 partidos de outros continentes, sobretudo da Europa. Como é já tradicional, o Partido Comunista Português esteve presente, tendo sido Albano Nunes, membro do Secretariado e Responsável da Secção Internacional, o representante do PCP.

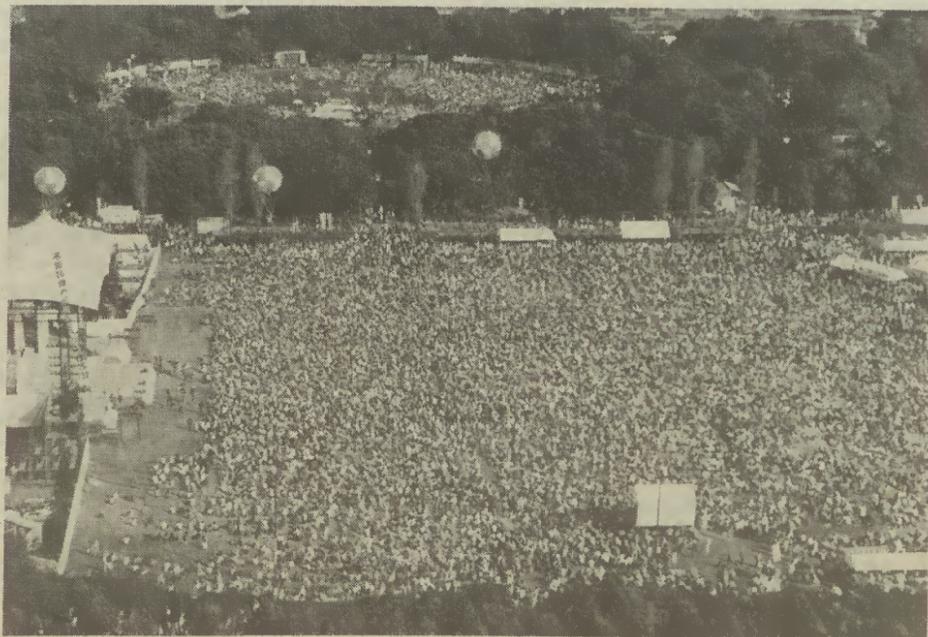
O 8.º Encontro do Fórum de São Paulo desenvolveu-se através de encontros de trabalho em que foram debatidas questões sectoriais importantes - jovens, movimentos sociais, parlamentares, empresários, cristãos, negociações e processos de paz, indígenas - e sessões plenárias em que foram examinados fundamentalmente dois temas: «A experiência de governo da esquerda na América Latina» (quase exclusivamente no plano autárquico e regional, em que predominaram as experiências no Brasil e México, país onde o PRD, através de Cauhtemoc Cardenas, detém actualmente o governo da Cidade do México) e «América Latina e a sua posição no mundo» (onde foi possível debater com alguma vivacidade os problemas colocados pelos esquemas de dominação imperialista desde o Tratado de Livre Comércio com os EUA ao projectado AMI, passando pelo FMI / Banco Mundial, e a necessidade de lutar por alternativas de soberania e progresso social).

O 8.º Encontro, após um debate em que naturalmente afloraram diferentes enfoques sobre as vias para fazer frente à «globalização» neoliberal, mas que foi dominado pela procura do consenso, aprovou uma Declaração Final de conteúdo claramente anti-imperialista e um documento mais sintético, o Manifesto do México.

## O PCP em Moscovo e em Tóquio

Dias 31 de Outubro e 1 de Novembro, realizou-se em Moscovo o XXXI Congresso da União dos Partidos Comunistas-PCUS, em que participaram 20 partidos comunistas de todas as Repúblicas da antiga União Soviética, que representam mais de um milhão de comunistas. Em representação do PCP, assistiu ao Congresso o camarada Carlos Aboim Inglez, membro do Comité Central, que manteve conversações com dirigentes da UPC-PCUS e de vários partidos comunistas participantes. Estiveram presentes 26 delegações de partidos da Europa, da Ásia e da América.

Dias 1, 2 e 3 de Novembro, em Tóquio, o camarada Carlos Aboim Inglez participou, em representação do PCP, na Festa do «Akahata», órgão central do Partido Comunista Japonês. O representante do PCP foi recebido pelo Presidente do Presídium do CC, camarada Tetsuzo Fuwa, manteve conversações com os camaradas Shojji Niihara, Presidente da Comissão Internacional, e Hikaru Nishiguchi, do Presídium, do Secretariado e Responsável do Departamento Internacional, assim como o senador Takayoshi Ikeda, tendo visitado a Redacção e tipografia do jornal «Akahata».



Comício da Festa do «Akahata» em Tóquio

## Indonésia Aumentam protestos contra "plástica" do regime

Dezenas de milhar de soldados, apoiados por uma milícia de 125 000 civis e seis vasos de guerra, incluindo um submarino, montam guarda à «Assembleia Consultiva Popular» indonésia que de 10 a 13 de Novembro debate as propostas de reforma do Presidente Habibie. É um aparato repressivo que ilustra por si a natureza intrínseca do regime indonésio.

As manifestações de protesto sucedem-se na Indonésia, onde as promessas reformistas de Habibie convencem cada vez menos gente. A repressão dos manifestantes voltou a estar na ordem do dia, confirmando os que desde a primeira hora denunciaram os opositores do regime: a falta de legitimidade da «Assembleia Consultiva Popular», que não passa de uma correia de transmissão da ditadura imposta por Shuarto durante três décadas. Uma ditadura que a substituição de Shuarto por Habibie - o homem que o próprio ditador escolheu para vice-presidente - não alterou na sua substância. A Assembleia

continua a ser formada pelos 500 membros do Parlamento (75 dos quais escolhidos pelo Presidente no seio das Forças Armadas) e mais 500... nomeados pelo Presidente.

As promessas de eleições no próximo ano e de revisão das leis eleitorais não passam de panaceias para um doente em coma profundo, de desesperada tentativa de evolução na continuidade. Se dúvidas houvesse, bastaria atentar nas ameaças do ministro da Defesa e chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, general Wiranto, que na segunda-feira veio alertar para o perigo que, segundo ele, existe de o movimento que



Habibie (ao centro) e os seus ministros tentam a evolução na continuidade

exige a reforma da vida política e económica do país «degenerar numa revolução».

Wiranto não se coíbiu de criticar igualmente as campanhas dos movimentos de defesa dos direitos humanos, afirmando que elas «vão provocar uma nova crise de riscos imprevisíveis». Uma opinião no mínimo

curiosa, sobretudo tendo em conta o facto de ter sido expressa na sequência da publicação de um relatório oficial confirmando que o exército e os mais elevados cargos do poder indonésios estão implicados na organização dos confrontos de Maio que provocaram no mínimo 1200 mortos. O relatório confirma ainda que pelo menos 66 mulheres foram vítimas de violação em grupo durante os distúrbios.

A fazer fé nas conclusões do relatório oficial, «os distúrbios foram planificados» e contaram com a participação «de organizações de massas ligadas ao poder da ditadura», de «grupos pertencentes às forças armadas». Entre os militares implicados, a comissão cita nomeadamente o ex-general Prabowo Subianto, genro de Suharto, então comandante das forças estratégicas.

Com a queda de Suharto, Prabowo foi afastado do exército pelo seu envolvimento na prisão e desaparecimento de activistas políticos, mas sem sofrer quaisquer outras consequências.

### Investigar para branquear?

A impunidade dos criminosos e o branqueamento das ins-

tuições que lhes deram cobertura é o grande receio dos democratas indonésios, tanto mais que multiplicidade de inquéritos que têm vindo a ser realizados se revelam incoerentes apesar da gravidade das situações apuradas. É o caso das investigações sobre o tiroteio na universidade de Trisatki, em Maio, em Jacarta, sobre as detenções e desaparecimentos de opositores políticos, sobre a corrupção e enriquecimentos ilegais, sobre as atrocidades cometidas pelo exército contra os autonomistas de Aceh no Norte de Sumatra. Neste último caso, cabe registar a «indignação» do general Wiranto contra a transmissão televisiva das imagens mostrando a exumação de cadáveres em valas comuns. Uma «indignação» que nada terá a ver com o choque provocado pela bestialidade do regime que serve, pois ainda a semana passada voltou a ser dada ordem para disparar em Sumatra.

Face a esta realidade, de pouco servirão as promessas de Wiranto - que não quer abrir mão dos lugares cativos no Parlamento - de que vai ser extinto o cargo de chefe da divisão sociopolítica das Forças Armadas, ou de que virá o dia em que as Forças Armadas deixarão de ter assento nos mais diversos postos da vida civil. Do que se trata é de uma questão de regime e da sua essência, e essa não se muda com operações plásticas. Resta saber se, a exemplo do que se passa com os que perderam o medo de sair à rua exigindo a democratização do país, também a oposição oficial indonésia (os muçulmanos liderados por Amien Rais e Abdurrahman Wahid e os nacionalistas do partido de Megawati Sukarnoputri) já tomou consciência das mudanças radicais que é necessário levar a cabo e se tem vontade política para o fazer.

## França dá formação a imigrantes ilegais

O Governo francês aprovou na semana passada uma legislação que estabelece que os imigrantes ilegais de Marrocos, Mali e Senegal receberão formação profissional e uma ajuda financeira, na condição de estes regressarem aos seus países de origem após a conclusão dos cursos. Esta medida de ajuda ao desenvolvimento dos países do terceiro mundo que fornecem grandes quantidades de trabalhadores ilegais é contrária à estratégia de repressão até agora adoptada. «A condição necessária para que a Europa possa fazer frente aos fluxos migratórios do futuro é a sua contribuição para a criação de estruturas económicas e financeiras nos países geradores de emigração», afirmou Sami Nair, membro do Governo. Trata-se de «ajudar a formação profissional dos trabalhadores e apoiar financeira e tecnicamente microprojectos que revirtem para o conjunto da sociedade».

## Europeus divididos quanto à UE

Uma sondagem realizada em 11 países da União Europeia revelou que 41 por cento dos europeus está pouco ou nada satisfeito com a construção da UE, face a uma percentagem igual daqueles que se dizem muito ou bastante satisfeitos. Os países com uma satisfação que atinge valores negativos são o Reino Unido (com um saldo de -19), a Grécia (-17), a Áustria (-8) e a Itália (-6). Por outro lado, a sondagem mostra que os inquiridos confiam nas instituições europeias em áreas como a cooperação cultural, a protecção ambiental, a política económica e a influência internacional da UE, mostrando-se com uma opinião neutra quanto aos temas sociais e à luta contra o crime organizado e as drogas. Nas áreas de desemprego e imigração os europeus não têm confiança na União. Outra conclusão da sondagem é que os entrevistados acreditam mais nas instituições nacionais do que nas europeias, considerando a Comissão Europeia como burocrática e alheada às preocupações da população.

## Russos exigem demissão de Ieltsin

O 81.º aniversário da Revolução de Outubro foi comemorado em toda a Rússia, no passado sábado. A principal reivindicação dos manifestantes foi a demissão de Ieltsin, nomeadamente os que se concentraram na Praça de Outubro, em Moscovo, encabeçados por Guennadi Ziouganov, líder do Partido Comunista da Federação Russa.

A política económica do Governo e as suas consequências sociais foram muito contestadas durante as iniciativas. Entre outros problemas com que os russos têm de se debater diariamente, foram referidos o desemprego, a pobreza, o baixo nível de vida e a dívida externa.

«Num prazo de dez dias os deputados de todos os quadrantes devem pôr a sua assinatura no abaixo-assinado a exigir a demissão de Ieltsin. Quem não o fizer será considerado cúmplice da camarilha do Kremlin», declarou Guennadi Ziouganov, no comício da capital.

Para o deputado comunista Alexandre Kubaev, «o impedimento do presidente não é apenas uma

tarefa de cada deputado, mas uma exigência de todo o povo».

No dia seguinte, o capitalista russo Boris Berezovski defendeu a proibição do Partido Comunista, acusando os comunistas de serem os responsáveis pela desintegração da União Soviética. Com estas declarações, Berezovski passa por cima dos resultados do referendo em que a população soviética se manifestou por esmagadora maioria contra a desagregação do país e que os apaniguados de Berezovski ignoraram, bem como dos princípios democráticos e dos apoiantes comunistas.

Entretanto, o Ministério da Defesa russo anunciou que vai suprimir 400 mil postos de trabalho e que passará à reserva 75 mil oficiais. Estas medidas enquadram-se numa reforma do exército decretada em 1997 por Boris Ieltsin, mais tarde abandonada devido à guerra na Tchetchénia. De acordo com esse plano, o exército deve profissionalizar-se até ao ano 2000, um objectivo considerado impossível por especialistas devido a graves problemas orçamentais.

## «Sol enganador» no sistema financeiro

O director-geral do Fundo Monetário Internacional (FMI), Michel Camdessus, veio há dias alertar para o «sol enganador» que ilumina actualmente o sistema financeiro mundial, afirmando taxativamente que a crise «ainda não terminou».

Falando no Conselho de Assuntos Mundiais, em Filadélfia, Camdessus reconheceu que nas últimas semanas «um ambiente de calma regressou aos mercados bolsistas mundiais, afectados nos últimos meses por fortes oscilações», mas deixou claro que, na sua opinião, «a crise do sistema financeiro ainda não terminou», pelo que impor-

ta aproveitar a acalmia para «pressionar a favor da sua reforma».

«Temos que reformar o sistema financeiro e monetário internacional para minimizar o risco de crises sistemáticas e para, em caso de crises imediatas, conseguir mecanismos e recursos adequados para resolver a situação», disse Camdessus, sublinhando que «já se conseguiram alguns progressos» desde a assembleia anual do FMI e do Banco Mundial. As «soluções» encontradas estão longe de ser originais, como é o caso da decisão tomada pelo Grupo dos Sete (G-7)

de possibilitar empréstimos urgentes aos países afectados pelas crises. O mesmo se pode dizer em relação à decisão dos países latino-americanos de «fazer o possível para manter o seu acesso aos mercados de capital», sendo quase caricato que se aponte o Brasil como exemplo, como fez Camdessus, pelo facto de, ao contrário de outros países, não ter esperado «até ao último momento para tomar medidas fortes». É que, se as «medidas fortes» protelaram a crise, nem por isso se resolveu o problema de fundo, ou seja, o facto de hoje as economias assentarem não na pro-

dução de riqueza mas na especulação financeira.

Bem pode o principal responsável do FMI afirmar que «é preciso que a reforma do sistema financeiro se intensifique em áreas como a transparência e a informação dos respectivos governos, sector privado e instituições financeiras», e que «grande parte do trabalho de reforma do sistema monetário internacional consistirá em estender a um nível global os mesmos princípios e códigos de conduta existentes nos sistemas financeiros mais desenvolvidos». Não será por aí que passará a resolução das crises, fruto

do próprio sistema, que é o que verdadeiramente está em causa. O mesmo se pode dizer em relação ao FMI, cujas receitas para o saneamento das economias continuam a assentar essencialmente no corte das despesas sociais e na privatização de todos os sectores rentáveis da sociedade. Não basta ao FMI, como pretende Camdessus, «melhorar alguns aspectos para se adaptar e poder desempenhar com eficácia o seu papel de vigilância do sistema financeiro». Terá de mudar a sua essência, ou acabará engolido na engrenagem de contradições do neoliberalismo a que serve de suporte.

## JCP lança campanha

## "Educação Sexual Já! Sem medos!"

No dia do seu 19.º aniversário – 10 de Novembro – a JCP decidiu lançar uma campanha nacional pela regulamentação da lei da educação sexual:

"Educação Sexual Já! Sem medos!". Porque se trata de uma área "fundamental para o desenvolvimento pessoal, social, sexual e afectivo".

Uma iniciativa que vem no seguimento de 19 anos de luta pela resolução dos problemas e necessidades dos jovens. "Sentimos a necessidade de uma educação sexual aberta e sem

falsos moralismos (...) Sentimos a necessidade de uma educação sexual leccionada por professores com formação profissional nesta área", dizem os jovens comunistas em

documento distribuído à imprensa.

Afirmado que a falta de educação sexual nas escolas traz consequências graves, a JCP lembra, nomeadamente, que cerca de 8% das crianças nascidas em Portugal em 1995 eram filhas de mães menores de 19 anos e que mais de 6 mil abortos clandestinos realizados em Portugal foram feitos por menores de 15 anos.

É neste quadro que a JCP lança uma campanha pela educação sexual nas escolas. Uma campanha "de auscultação, de debate, de diálogo, de sensibilização", em que se privilegia a opinião dos jovens nesta matéria. Com o objectivo de "dinamizar o debate, o esclarecimento, e a dinamização para a intervenção dos jovens nesta batalha que é deles."

No documento distribuído à imprensa os jovens comunistas lembram que a lei 3/84 consagra a educação sexual e o planeamento familiar. Uma lei que, entretanto, nunca foi regulamentada, pois os

sucessivos governos não estiveram interessados em a cumprir.

A JCP refere "as experiências levadas a cabo nas escolas, como o projecto da Associação para o Planeamento da Família (APF) e do Programa de Promoção de Educação para a Saúde (PPES)" como globalmente positivas, mas sublinha a necessidade de lhes dar a continuidade "que os seus resultados positivos impõem".

Lembrando a campanha do referendo à despenalização do aborto e o aparente consenso em torno da necessidade de educação sexual nas escolas, a JCP comenta: "adiada a solução do grave problema de saúde pública que o aborto clandestino constitui, foi hipocritamente esquecida uma forma de o evitar".

A concluir, os jovens comunistas reafirmam-se empenhados "na continuidade da luta por uma sexualidade assumida, saudável e feliz."

## EDUCAÇÃO SEXUAL JÁ



O cartaz de campanha que a JCP lançou

## Encontro Nacional do Ensino Superior

No quadro da fase preparatória do 6.º Congresso da JCP, realiza-se no próximo dia 21 de Novembro, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, um Encontro Nacional do Ensino Superior.

O encontro tem como objectivos centrais, a discussão e análise em torno das questões de política educativa no ensino superior e das suas evoluções no último ano, o reforço da intervenção dos jovens comunistas no desenvolvimento da luta dos estudantes do ensino superior e o aprofundamento das análises e propostas da JCP para uma nova política neste sector da educação.

Num momento em que a contestação estudantil à política educativa do governo volta à ordem do dia, o encontro deverá ainda contribuir para a discussão em torno da luta dos estudantes e para o reforço desta luta.

## Ensino secundário em debate

A Coordenadora Nacional do Ensino Secundário da JCP (CNES), em reunião realizada a semana passada, debateu algumas questões sobre a actual situação do ensino secundário.

Os jovens estudantes comunistas começam por pôr em causa, em comunicado distribu-

ído à comunicação social, o Diploma de Autonomia e Gestão das Escolas, que consideram como uma medida destinada a aligeirar as responsabilidades do Estado face à educação, continuando a "caminhada para uma lógica empresarial e mercantilista da educação".

A CNES denuncia, em particular, o facto de o documento não referir "o papel das associações de estudantes como legítimos representantes da população estudantil nas escolas, nem o seu papel na gestão das mesmas".

Sobre o Regime Disciplinar, os jovens comunistas destaca o seu carácter repressivo "completamente desajustado da realidade" e defendem que "não é com repressão que se resolvem os problemas de indisciplina e insucesso escolar, mas sim com inserção social".

A alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo foi outra das questões abordadas na reunião da CNES, que salienta o seu carácter elitista, ao reforçar as barreiras de acesso ao ensino superior e pôr em causa quaisquer critérios uniformes de selecção.

Mais um ano lectivo começou sem a "consensual Educação Sexual nas escolas do ensino secundário", lembra ainda a Coordenadora do Ensino Secundário, sublinhando a sua importância e exigindo a regulamentação da respectiva lei.

## "Não à destruição do mundo rural"

## Manifestações em Braga, Aveiro e Viseu

Voltaremos sempre a novas lutas enquanto os problemas não forem resolvidos é uma afirmação que se repete nas várias manifestações e concentrações que têm juntado muitos agricultores em diferentes regiões do país. Testemunho da urgência e da amplitude dos problemas com que a pequena e a média agricultura se debatem.

Terça-feira, dia 10, realizou-se em Braga uma grande jornada de protesto e reclamação.

Uma jornada que – na sequência de vários plenários de agricultores que juntaram largas centenas de participantes em vários concelhos do distrito

– surge como "uma grande afirmação da força da lavoura e da sua disposição em mudar o rumo à decadente agricultura e à profunda crise do mundo rural", como se diz em comunicado da Associação de Defesa dos Agricultores do Distrito de Braga.

Sábado passado, a longa marcha dos agricultores do Distrito de Aveiro cobriu 40 quilómetros, do Concelho de Ovar até Aveiro. Com cerca de uma centena de tractores, a marcha convergiu para o Governo Civil, em Aveiro, onde entrevistaram Albino Silva, presidente da ALDA – Associação da Lavoura do Dis-

trito de Aveiro e da Direcção Nacional da CNA, e João Dinis, da CNA – Confederação Nacional da Agricultura.

Na Carta de Reclamações entregue ao representante do Governo Civil, os agricultores exigem medidas urgentes para a produção de gado e de leite.

Em causa estão, entre outras reivindicações, a de medidas para o escoamento do gado, comercialização a preços justos, abate em matadouros perto dos agricultores e maiores e melhores apoios para a sanidade animal. De par de uma intervenção em defesa dos pequenos e médios produtores de leite.

A Carta exige que o Estado português, ao abrigo da normas de qualidade, "fiscalize com rigor todas as importações de leite e carne e impeça a entrada de produtos para o nosso país de qualidade duvidosa".

Os manifestantes pedem ainda medidas urgentes no sentido de uma redução das prestações mensais para a segurança social, sem perda de direitos.

No passado dia 27 de Outubro, concentraram-se em Viseu algumas centenas de agricultores, numa acção promovida pela ARAVIS (Associação Regional dos Agricultores de Viseu) e pelo Secretariado dos Baldios do Distrito de Viseu, com o apoio da CNA.

Os manifestantes transportavam faixas onde se podia ler: "Não à destruição do mundo rural", "Esta reforma da PAC não serve", "Não destruam os

nossos baldios", "Já basta! Exigimos outra política agrícola que apoie quem trabalha e quem produz".

Após o desfile, foi entregue, no Governo Civil de Viseu, uma Carta de Reclamações da agricultura do distrito, abrangendo áreas e problemas como os prejuízos na agricultura provocados pelas intempéries, baldios, incêndios florestais, preços dos produtos agrícolas, seguro de colheitas, segurança social dos agricultores, ajudas e indemnizações compensatórias.

As duas principais produções do distrito – o vinho do Dão e a maçã da Beira Alta – registaram perdas médias da ordem dos 70%. Um contributo mais para a profunda crise da agricultura num interior rural abandonado e carente de políticas que apoiem os agricultores.



Os agricultores reclamam uma política que apoie quem trabalha e quem produz

## CNA solidária com povos da América Central

Face à "enorme tragédia que acaba de se abater sobre os povos de vários países da América Central e, em particular, sobre os camponeses e camponesas vítimas da furacão Mitch", a CNA – Confederação Nacional da Agricultura decidiu dirigir-se ao Primeiro-Ministro, ao Comissário Europeu e a eurodeputados de diferentes

famílias políticas, no sentido de tudo ser feito para uma imediata ajuda financeira e humanitária a esses povos.

No comunicado de imprensa em que anuncia esta iniciativa, a CNA sublinha que "os agricultores portugueses estão em condições de avaliar todo o valor da solidariedade".

# Resultados do referendo sobre a Regionalização

## Totais por concelho e por distrito

**N**o referendo do passado dia 8 de Novembro, estavam inscritos 8.628.642 eleitores, dos quais exerceram os direito

de voto 4.168.063, correspondendo a uma percentagem de abstenção de 51,7 por cento.

À primeira pergunta responderam Não 2.535.726 eleitores (63,5 por cento), e SIM 1.467.374 (36,5 por cento). Não responderam 40.636 votantes, ou seja 1 por cento.

A segunda pergunta obteve 2.455.122 votos NÃO (63,9 por cento) e 1386.391 SIM (36,1 por cento). Não responderem a esta pergunta 80.772 eleitores, ou seja 2,1 por cento.

Os quadros que publicamos de seguida contêm os resultados obtidos em cada concelho, agrupados segundo os respectivos distritos. Os totais distritais resultam da soma dos totais parciais fornecidos pelo STAPE (Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral do Ministério da Administração Interna). Os concelhos assinalados com asterisco (\*) têm os dados incompletos devido a terem-se registado boicotes ao acto eleitoral, estando marcado para o próximo domingo a repetição da votação.

No distrito do Porto, verificaram-se boicotes na freguesia de **Olo**, concelho de Amarante; nas freguesias de **Ariz**, **Rosem**, **Vila Boa do Bispo**, no concelho de Marco de Canaveses; e na Freguesia de **Monte Cordova**, no concelho de Santo Tirso.

No distrito de Viana do Castelo, não se realizaram eleições na freguesia de **Afife**, concelho de Viana do Castelo. No distrito de Vila Real, houve boicotes nas freguesias de **Santa Engrácia**, no concelho de Alijó, e de **Alvadia**, no concelho de Ribeira Pena.

O sufrágio será ainda repetido no distrito de Viseu, na freguesia de **Alcofra**, concelho de Vouzela; e no distrito de Bragança, na freguesia de **Castanheira**, concelho de Mogadouro.

### Aveiro

Concelho/Distrito	Votantes			1ª Pergunta					2ª Pergunta						
	Votos	%	Abst	NÃO	%	SIM	%	N/R	%	NÃO	%	SIM	%	N/R	%
Agueda	19.078	48,2	51,8	14.271	77,8	4.074	22,2	155	0,8	14.158	78,1	3.968	21,9	374	2,0
Albergaria-a-Velha	10.048	52,5	47,5	8.109	83,3	1.623	16,7	99	0,7	8.135	84,2	1.525	15,8	141	1,4
Anadia	13.492	49,0	51,0	10.488	81,0	2.465	19,0	115	0,9	10.332	81,1	2.402	18,9	334	2,6
Arouca	11.523	57,1	42,9	9.793	87,7	1.370	12,3	92	0,8	10.146	92,1	873	7,9	236	2,1
Aveiro	31.691	54,5	45,5	24.010	78,6	6.556	21,4	262	0,8	24.425	80,6	5.886	19,4	517	1,7
Castelo Paiva	6.523	46,6	53,4	3.526	56,3	2.736	43,7	64	1,0	3.291	53,1	2.903	46,9	132	2,1
Espinho	16.024	51,0	49,0	9.304	60,8	5.987	39,2	156	1,0	8.990	59,3	6.172	40,7	285	1,8
Estarreja	10.620	47,5	52,5	7.905	77,3	2.316	22,7	89	0,9	7.870	77,9	2.236	22,1	204	2,0
Ilhavo	13.009	47,9	52,1	10.135	80,5	2.458	19,5	89	0,7	10.213	81,7	2.283	18,3	186	1,5
Mealhada	7.037	42,6	57,4	3.950	58,9	2.760	41,1	75	1,1	3.950	59,5	2.694	40,5	141	2,1
Murtosa	3.647	45,1	54,9	3.142	89,0	390	11,0	21	0,6	3.109	89,1	382	10,9	62	1,7
Oliveira Azemeis	28.870	52,1	47,9	21.534	77,4	6.279	22,6	238	0,8	21.780	79,3	5.686	20,7	585	2,1
Oliveira Bairro	9.445	57,5	42,5	8.254	90,2	896	9,8	72	0,8	8.198	90,6	850	9,4	174	1,9
Ovar	18.536	44,9	55,1	11.968	67,4	5.794	32,6	211	1,2	12.123	68,8	5.498	31,2	352	2,0
Sª Maria Feia	52.514	51,2	48,8	36.738	72,6	13.860	27,4	524	1,0	38.583	77,0	11.505	23,0	1.034	2,0
S. João Madeira	9.050	51,0	49,0	5.879	67,3	2.853	32,7	61	0,7	5.865	67,9	2.777	32,1	151	1,7
Sever Vouga	6.893	59,4	40,6	5.754	86,7	885	13,3	67	1,0	5.690	87,0	851	13,0	165	2,5
Vagos	8.811	53,4	46,6	7.949	92,3	662	7,7	37	0,4	7.850	92,1	674	7,9	124	1,4
Vale Cambra	12.207	57,4	42,6	9.545	81,4	2.179	18,6	90	0,8	9.845	84,7	1.781	15,3	188	1,6
<b>Aveiro</b>	<b>289.018</b>	<b>51,0</b>	<b>49,0</b>	<b>212.254</b>	<b>76,2</b>	<b>66.143</b>	<b>23,8</b>	<b>2.487</b>	<b>0,9</b>	<b>214.853</b>	<b>77,9</b>	<b>60.046</b>	<b>22,1</b>	<b>5.385</b>	<b>1,9</b>

### Beja

Concelho/Distrito	Votantes			1ª Pergunta					2ª Pergunta						
	Votos	%	Abst	NÃO	%	SIM	%	N/R	%	NÃO	%	SIM	%	N/R	%
Aljustrel	5.046	51,6	48,4	1.307	26,9	3.546	73,1	46	0,9	1.755	36,6	3.039	63,4	105	2,1
Almodovar	2.663	32,5	67,5	1.418	56,3	1.100	43,7	25	1,0	1.715	69,1	767	30,9	61	2,4
Alvito	1.151	51,7	48,3	513	46,8	584	53,2	10	0,9	537	50,3	531	49,7	39	3,5
Barrancos	807	48,3	51,7	260	34,6	492	65,4	7	0,9	370	49,8	373	50,2	16	2,1
Beja	15.865	52,9	47,1	6.816	44,3	8.580	55,7	108	0,7	8.732	57,0	6.576	43,0	196	1,3
Castro Verde	3.071	47,7	52,3	918	31,2	2.029	68,8	26	0,9	1.224	42,0	1.889	58,0	60	2,0
Cuba	2.101	48,0	52,0	818	40,3	1.213	59,7	7	0,3	1.023	51,6	958	48,4	57	2,8
Ferreira Alentejo	4.186	48,6	51,4	1.671	41,7	2.337	58,3	34	0,8	2.002	50,8	1.941	49,2	99	2,4
Mertola	4.188	48,3	51,7	1.342	33,6	2.648	66,4	52	1,3	1.636	41,5	2.306	58,5	100	2,5
Moura	5.985	40,3	59,7	1.713	29,8	4.038	70,2	102	1,7	1.880	33,1	3.793	66,9	180	3,1
Odemira	10.772	45,9	54,1	5.352	52,8	4.782	47,2	177	1,7	5.982	60,0	3.993	40,0	336	3,3
Ourique	2.759	44,6	55,4	1.286	50,2	1.278	49,8	96	3,6	1.581	61,2	1.004	38,8	75	2,8
Serpa	7.998	50,9	49,1	2.537	32,9	5.176	67,1	64	0,8	2.847	37,3	4.785	62,7	145	1,9
Vidigueira	2.786	50,2	49,8	1.037	39,1	1.615	60,9	35	1,3	1.259	48,2	1.352	51,8	76	2,8
<b>Beja</b>	<b>69.378</b>	<b>47,6</b>	<b>52,4</b>	<b>26.988</b>	<b>40,6</b>	<b>39.418</b>	<b>59,4</b>	<b>789</b>	<b>1,2</b>	<b>32.543</b>	<b>49,6</b>	<b>33.107</b>	<b>50,4</b>	<b>1.545</b>	<b>2,3</b>

### Braga

Concelho/Distrito	Votantes			1ª Pergunta					2ª Pergunta						
	Votos	%	Abst	NÃO	%	SIM	%	N/R	%	NÃO	%	SIM	%	N/R	%
Amare	8.033	51,1	48,9	5.982	77,5	1.739	22,5	80	1,0	5.971	77,9	1.696	22,1	134	1,7
Barcelos	51.371	55,7	44,3	35.694	72,5	13.520	27,5	786	1,6	35.299	72,5	13.380	27,5	1.321	2,6
Braga	68.962	56,6	43,4	42.837	64,7	23.380	35,3	677	1,0	43.779	66,7	21.835	33,3	1.280	1,9
Cabeciras Basto	7.764	50,5	49,5	4.444	60,5	2.897	39,5	113	1,5	4.349	60,8	2.809	39,2	296	4,0
Celorico Basto	8.869	49,4	50,6	6.585	78,6	1.791	21,4	100	1,2	6.492	78,2	1.813	21,8	171	2,0
Esposende	13.232	50,7	49,3	9.854	76,0	3.048	24,0	156	1,2	9.533	76,0	3.013	24,0	312	2,4
Fafe	20.374	47,5	52,5	11.322	58,0	8.189	42,0	314	1,6	11.255	58,6	7.956	41,4	614	3,1
Guimarães	58.598	48,0	52,0	33.881	60,3	22.315	39,7	645	1,1	33.673	60,6	21.922	39,4	1.246	2,2
Povoia Lanhoso	9.821	52,0	48,0	6.819	70,6	2.759	29,4	167	1,7	6.684	71,3	2.687	28,7	174	1,8
Terras Bouro	4.504	54,1	45,9	3.396	78,6	926	21,4	56	1,3	3.343	78,7	904	21,3	131	3,0
Vieira Minh	6.808	48,8	51,2	4.395	67,8	2.091	32,2	129	2,0	4.352	68,5	2.002	31,5	261	3,9
Vila Nova Famalicão	53.106	53,7	46,3	31.577	61,9	19.437	38,1	512	1,0	30.958	61,3	19.576	38,7	992	1,9
Vila Verde	19.646	51,5	48,5	15.399	81,8	3.477	18,4	269	1,4	15.208	81,6	3.419	18,4	518	2,7
Vizela	7.196	44,1	55,9	2.720	39,6	4.142	60,4	64	0,9	2.707	39,9	4.078	60,1	141	2,0
<b>Braga</b>	<b>338.284</b>	<b>52,2</b>	<b>47,8</b>	<b>214.505</b>	<b>66,2</b>	<b>109.711</b>	<b>33,8</b>	<b>4.088</b>	<b>1,2</b>	<b>213.809</b>	<b>66,6</b>	<b>107.090</b>	<b>33,4</b>	<b>7.591</b>	<b>2,3</b>

### Bragança

Concelho/Distrito	Votantes			1ª Pergunta					2ª Pergunta						
	Votos	%	Abst	NÃO	%	SIM	%	N/R	%	NÃO	%	SIM	%	N/R	%
Alfandega Fé	3.181	51,7	48,3	1.938	64,6	1.063	35,4	36	1,2	1.907	64,5	1.050	35,5	80	2,6
Bragança	13.042	40,2	59,8	8.306	66,4	4.209	33,6	141	1,1	8.155	66,3	4.153	33,7	348	2,7
Carrzeda Ansiães	4.085	50,8	49,2	2.727	70,3	1.151	29,7	66	1,7	2.675	70,2	1.135	29,8	134	3,4
Freixo Espada à Cinta	1.932	46,1	53,9	1.295	70,5	543	29,5	12	0,6	1.277	70,7	529	29,3	44	2,4
Macedo Cavaleiros	8.201	46,1	53,9	5.165	66,0	2.661	34,0	107	1,3	5.051	65,7	2.632	34,3	250	3,2
Miranda Douro	3.543	43,3	56,7	2.254	67,2	1.099	32,8	54	1,6	2.177	66,8	1.080	33,2	150	4,4
Mirandela	10.972	45,8	54,2	7.155	67,9	3.390	32,1	102	1,0	7.076	67,7	3.378	32,3	193	1,8
Mogadouro *	5.242	45,0	55,0	3.641	73,0	1.347	27,0	72	1,4	3.507	73,5	1.266	26,5	287	5,7
Torre Moncorvo	5.303	50,6	49,4	3.021	59,8	2.034	40,2	45	0,9	2.984	59,9	1.998	40,1	118	2,3
Vila For	3.884	49,5	50,5	2.420	65,0	1.303	35,0	64	1,7	2.377	64,3	1.317	35,7	93	2,5
Vimioso	2.523	39,7	60,3	1.607	67,2	786	32,8	29	1,2	1.589	67,2	766	32,8	87	3,6
Vinhais	5.098	40,5	59,5	2.667	55,1	2.175	44,9	48	1,0	2.629	54,9	2.160	45,1	101	2,1
<b>Bragança</b>	<b>67.008</b>	<b>44,8</b>	<b>55,2</b>	<b>42.196</b>	<b>66,0</b>	<b>21.761</b>	<b>34,0</b>	<b>776</b>	<b>1,2</b>	<b>41.234</b>	<b>65,8</b>	<b>21.454</b>	<b>34,2</b>	<b>1.885</b>	<b>2,9</b>

### Castelo Branco

Concelho/Distrito	Votantes			1ª Pergunta					2ª Pergunta						
	Votos	%	Abst	NÃO	%	SIM	%	N/R	%	NÃO	%	SIM	%	N/R	%
Belmonte	2.868	46,7	53,3	1.632	59,9	1.092	40,1	25	0,9	1.630	61,0	1.044	39,0	75	2,7
Castelo Branco	25.559	52,4	47,6	16.804	68,5	7.741	31,5	262	1,1	17.188	70,9	7.047	29,1	572	2,3
Covilhã	24.000	48,1	51,9	12.286	53,4	10.739									

# Resultados do referendo sobre a regionalização

## Totais por concelho e por distrito

### Coimbra

Concelho/Distrito	Votantes		1ª Pergunta				2ª Pergunta								
	Votos	% Abst	NAO	%	SIM	%	N/R	%	NAO	%	SIM	%	N/R	%	
Arganil	6.456	52,6	4.481	73,7	1.505	26,3	97	1,6	4.448	73,9	1.572	26,1	173	2,8	
Cantanhede	15.542	47,5	52,5	11.170	74,9	3.740	25,1	131	0,9	10.993	74,9	3.679	25,1	369	2,5
Coimbra	60.030	47,6	52,4	35.639	62,2	21.636	37,8	608	1,1	39.978	65,1	19.826	34,9	1.079	1,9
Cordelha-Nova	5.032	46,4	53,6	3.037	64,0	1.709	36,0	56	1,2	3.068	64,4	1.660	35,6	139	2,8
Figueira Foz	24.600	44,8	55,2	16.139	68,8	7.332	31,2	240	1,0	16.205	69,9	6.971	30,1	535	2,3
Góis	2.441	53,1	46,9	1.513	67,5	730	32,5	48	2,1	1.496	67,7	714	32,3	81	3,5
Lousã	5.883	49,9	50,1	3.620	65,7	1.892	34,3	78	1,4	3.583	66,2	1.832	33,8	176	3,1
Mira	4.907	42,7	57,3	3.484	74,2	1.212	25,8	52	1,1	3.422	74,0	1.205	26,0	121	2,5
Miranda Corvo	4.688	45,6	54,4	2.907	65,9	1.507	34,1	89	2,0	2.892	66,6	1.453	33,4	168	3,5
Montemor-o-Velho	8.141	37,7	62,3	5.093	65,8	2.648	34,2	13	0,2	5.049	65,9	2.616	34,1	209	2,7
Oliveira Hospital	10.140	53,2	46,8	7.989	82,6	1.678	17,4	106	1,1	7.857	82,3	1.684	17,7	232	2,4
Pampilhosa Serra	2.790	51,6	48,4	2.194	82,4	470	17,6	22	0,8	2.158	82,3	463	17,7	65	2,4
Penacosa	5.101	44,4	55,6	3.639	75,1	1.204	24,9	73	1,5	3.587	75,2	1.183	24,8	146	3,0
Penela	2.880	49,2	50,8	2.208	82,1	480	17,9	42	1,5	2.154	82,3	494	17,7	112	4,1
Soure	8.068	43,0	57,0	4.758	62,5	2.855	37,5	98	1,3	4.702	62,9	2.772	37,1	237	3,1
Tabua	5.521	51,8	48,2	4.242	80,8	1.086	19,2	57	1,1	4.148	80,2	1.027	19,8	130	2,5
Vila Nova Poiares	2.464	43,2	56,8	1.635	72,7	637	27,3	22	0,9	1.677	73,4	607	26,6	70	3,0
<b>Coimbra</b>	<b>174.684</b>	<b>46,7</b>	<b>53,3</b>	<b>113.618</b>	<b>66,5</b>	<b>52.341</b>	<b>31,6</b>	<b>1.652</b>	<b>1,2</b>	<b>114.265</b>	<b>69,7</b>	<b>49.728</b>	<b>30,3</b>	<b>4.028</b>	<b>2,4</b>

### Lisboa

Concelho/Distrito	Votantes		1ª Pergunta				2ª Pergunta								
	Votos	% Abst	NAO	%	SIM	%	N/R	%	NAO	%	SIM	%	N/R	%	
Alenquer	14.461	48,1	51,9	7.917	57,4	5.898	42,7	158	1,1	7.679	56,7	5.863	43,3	431	3,1
Amadora	72.766	48,0	52,0	39.800	57,3	29.481	42,6	725	1,0	39.377	57,2	29.408	42,8	1.221	1,7
Arzuda Vinhos	3.590	45,0	55,0	2.234	65,5	1.177	34,5	29	0,8	2.166	64,3	1.203	35,7	71	2,1
Azambuja	8.035	47,8	52,2	4.388	57,3	3.274	42,7	87	1,1	4.300	56,9	3.251	43,1	198	2,6
Cadaval	6.243	51,9	48,1	4.424	74,3	1.551	25,7	60	1,0	4.301	74,0	1.511	26,0	203	3,4
Cascais	70.077	48,4	51,6	46.434	69,8	21.050	31,2	447	0,7	46.404	68,9	20.904	31,2	987	1,5
Lisboa	200.695	48,5	51,5	102.735	65,4	66.500	34,6	2.339	0,8	101.191	65,5	65.563	34,5	4.900	1,7
Lourinhã	9.977	52,1	47,9	7.814	61,4	1.733	18,2	106	1,1	7.586	60,8	1.808	19,2	259	2,7
Matra	18.800	48,7	51,3	13.364	74,8	4.493	25,2	234	1,3	13.063	74,1	4.557	25,9	471	2,6
Oeiras	71.565	52,8	47,2	44.237	64,4	24.472	35,6	611	0,9	43.951	64,4	24.258	35,6	1.111	1,6
Sintra	110.939	45,9	54,1	64.561	61,2	40.918	38,8	851	0,8	63.920	61,1	40.726	38,9	1.684	1,6
Sobral M.Agraço	2.963	48,2	54,8	1.626	58,6	1.180	41,4	51	1,8	1.559	57,0	1.178	43,0	90	3,2
Torres Vedras	28.195	48,7	51,3	19.370	71,7	7.181	28,3	322	1,2	18.765	70,5	7.856	29,5	702	2,6
Vila F.Xira	43.530	48,0	52,0	20.637	49,4	21.142	50,6	305	0,7	20.427	49,3	20.997	50,7	680	1,6
<b>Lisboa</b>	<b>887.449</b>	<b>48,7</b>	<b>51,3</b>	<b>534.340</b>	<b>62,8</b>	<b>316.104</b>	<b>37,2</b>	<b>7.427</b>	<b>0,9</b>	<b>598.188</b>	<b>62,7</b>	<b>314.408</b>	<b>37,3</b>	<b>15.232</b>	<b>1,8</b>

### Viana do Castelo

Concelho/Distrito	Votantes		1ª Pergunta				2ª Pergunta								
	Votos	% Abst	NAO	%	SIM	%	N/R	%	NAO	%	SIM	%	N/R	%	
Arcos Valdevez	10.577	41,1	58,9	7.536	74,7	2.547	25,3	107	1,1	7.440	75,3	2.447	24,7	303	3,0
Caminha	7.989	54,5	45,5	4.585	60,2	3.034	39,8	79	1,0	4.602	61,1	2.924	38,9	172	2,2
Melgajo	4.219	39,5	60,5	2.318	57,8	1.693	42,2	44	1,1	2.257	57,8	1.648	42,2	150	3,7
Monção	8.550	42,4	57,6	5.952	72,3	2.277	27,7	79	1,0	5.855	72,2	2.252	27,8	201	2,4
Paredes Coura	3.794	40,6	59,4	2.115	59,3	1.451	40,7	51	1,4	2.078	59,8	1.399	40,2	140	3,9
Ponte Barca	6.230	51,4	48,6	4.291	71,9	1.679	28,1	65	1,1	4.274	72,6	1.612	27,4	149	2,5
Ponte Lima	20.981	56,2	43,8	16.110	80,2	3.970	19,8	207	1,0	15.799	80,2	3.903	19,8	685	2,9
Valença	5.727	47,5	52,5	3.339	69,9	1.554	30,1	56	1,0	3.817	70,4	1.608	29,6	124	2,2
Viana Castelo *	37.635	51,9	48,1	22.603	62,7	13.438	37,3	415	1,1	22.772	63,9	12.845	36,1	839	2,3
V.N.Cervela	4.198	52,8	47,2	2.519	63,5	1.449	36,5	51	1,3	2.546	64,7	1.389	35,3	84	2,1
<b>Viana Castelo</b>	<b>109.590</b>	<b>49,4</b>	<b>50,6</b>	<b>71.868</b>	<b>68,4</b>	<b>33.192</b>	<b>31,6</b>	<b>1.154</b>	<b>1,1</b>	<b>71.448</b>	<b>69,0</b>	<b>33.927</b>	<b>31,0</b>	<b>2.747</b>	<b>2,6</b>

### Vila Real

Concelho/Distrito	Votantes		1ª Pergunta				2ª Pergunta								
	Votos	% Abst	NAO	%	SIM	%	N/R	%	NAO	%	SIM	%	N/R	%	
Alijó *	6.510	47,9	52,1	4.075	65,8	2.114	34,2	88	1,4	4.013	65,7	2.099	34,3	166	2,6
Botlicas	3.467	46,1	53,9	2.627	78,7	712	21,3	30	0,9	2.619	79,0	697	21,0	53	1,6
Chaves	19.226	43,8	56,2	11.825	65,3	6.297	34,7	285	1,4	11.888	65,2	6.245	34,8	462	2,5
Mesão Frio	2.127	54,4	45,6	1.554	75,4	507	24,6	20	1,0	1.539	75,5	499	24,5	43	2,1
Mondim Basto	3.464	44,8	55,2	2.742	82,3	591	17,7	37	1,1	2.776	84,1	526	15,9	68	2,0
Montalegre	6.491	43,3	56,7	3.808	61,6	2.371	38,4	72	1,2	3.778	62,0	2.316	38,0	157	2,5
Murça	3.385	52,2	47,8	2.102	65,2	1.124	34,8	43	1,3	2.078	65,4	1.099	34,6	97	3,0
Peso Régua	7.105	41,8	58,2	4.309	63,2	2.511	36,8	75	1,1	4.251	62,8	2.518	37,2	128	1,8
Ribeira Pena *	2.761	38,4	61,6	1.876	71,5	746	28,5	33	1,2	1.843	71,7	277	28,3	85	3,2
Sabrosa	3.679	52,0	48,0	2.613	74,4	900	25,6	46	1,3	2.543	73,7	908	26,3	108	3,0
Sª Marta Penaguião	3.510	47,1	52,9	1.987	59,4	1.356	40,6	40	1,2	1.958	59,2	1.350	40,8	75	2,2
Valpaços	8.479	38,7	61,3	6.428	78,3	1.780	21,7	75	0,9	6.212	78,7	1.898	21,3	385	4,6
Vila Pouca Aguiar	6.746	42,8	57,2	4.395	68,4	2.026	31,6	99	1,5	4.261	68,0	2.002	32,0	257	3,9
Vila Real	23.036	56,4	43,6	14.859	67,4	7.137	32,3	250	1,1	14.691	67,3	7.153	32,7	502	2,2
<b>Vila Real</b>	<b>100.046</b>	<b>48,4</b>	<b>53,6</b>	<b>65.300</b>	<b>68,4</b>	<b>30.172</b>	<b>31,6</b>	<b>1.173</b>	<b>1,2</b>	<b>64.233</b>	<b>68,3</b>	<b>33.922</b>	<b>31,7</b>	<b>2.584</b>	<b>2,7</b>

### Viseu

Concelho/Distrito	Votantes		1ª Pergunta				2ª Pergunta								
	Votos	% Abst	NAO	%	SIM	%	N/R	%	NAO	%	SIM	%	N/R	%	
Armamar	3.486	49,4	50,6	2.638	78,8	711	21,2	50	1,5	2.601	78,6	707	21,4	91	2,7
Carregal Sal	4.564	49,1	50,9	3.591	82,5	763	17,5	59	1,3	3.511	82,2	762	17,8	140	3,2
Castro Daire	7.461	47,8	52,2	5.951	83,9	1.164	16,1	106	1,5	5.818	83,7	1.134	16,3	251	3,5
Cinfães	7.619	38,8	61,2	4.354	60,3	2.863	39,7	92	1,3	4.109	58,0	2.981	42,0	219	3,0
Lamego	12.240	47,2	52,8	8.764	74,6	2.977	25,4	132	1,1	8.670	74,6				

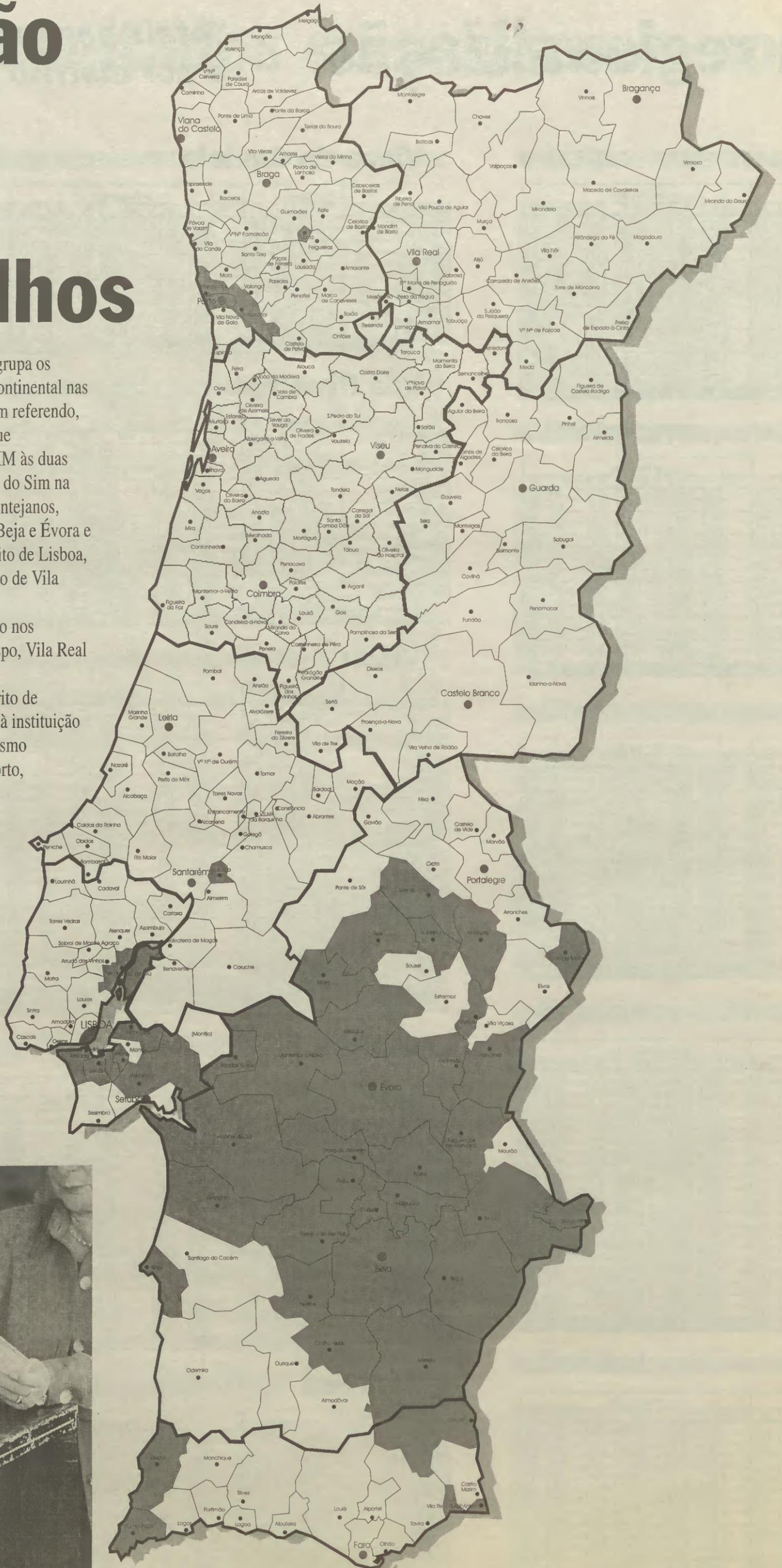
# Votação global por concelhos

O mapa que publicamos agrupa os concelhos de Portugal continental nas oito regiões propostas em referendo, assinalando a cinzento aqueles que maioritariamente responderam SIM às duas perguntas. É de destacar a vitória do Sim na grande maioria dos concelhos alentejanos, designadamente dos distritos de Beja e Évora e do distrito de Setúbal. Já no distrito de Lisboa, o SIM ganhou apenas no concelho de Vila Franca de Xira.

No Algarve, o SIM foi maioritário nos concelhos de Aljezur, Vila do Bispo, Vila Real de Santo António e Alcoutim.

No centro do país, Alpiarça (distrito de Santarém) votou favoravelmente à instituição das regiões administrativas, o mesmo acontecendo nos concelhos do Porto, Matosinhos e Gondomar. Vizela foi o único concelho do distrito de Braga que deu clara vantagem ao SIM.

Nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores (não representadas no mapa) os eleitores pronunciaram-se apenas sobre a primeira pergunta do referendo, sendo o resultado favorável ao SIM unicamente no concelho açoriano de Vila do Porto.



EM FOCO

# A propósito da alternativa

■ FRANCISCO LOPES

Membro da Comissão Política

**P**ORTUGAL encontra-se confrontado com complexos problemas, consequência da natureza do capitalismo e das opções ditadas pela política de direita de sucessivos governos, que o governo PS prossegue. Problemas actuais que comprometem o futuro e cuja resposta coloca como grande exigência nacional a necessidade de uma viragem política.

Um reduzido núcleo de grupos económicos e financeiros em associação com o capital multinacional domina cada vez mais a economia e o conjunto da vida nacional incluindo os principais meios de comunicação social.

A política de integração europeia e agora a moeda única com o pacto de estabilidade coloca reais constrangimentos a um futuro de desenvolvimento e justiça social para Portugal.

As pescas conhecem crescentes dificuldades, a agricultura atravessa uma profunda crise em risco de claro agravamento com o propósito de transferir uma parte significativa dos custos da PAC para o orçamento nacional.

Na indústria, em vez de um desenvolvimento assente na realidade, e nas necessidades nacionais, continua a adoptar-se um modelo baseado nos baixos salários e na fixação de multinacionais com chorudos incentivos, que se vão embora não poucas vezes fugindo a compromissos assumidos, para se instalarem noutra parte, deixando os trabalhadores no desemprego e as cargas das unidades abandonadas, quais aves de rapina após terem devorado as suas presas (aí estão os exemplos da Renault, da Siemens e as ameaças na Autoeuropa a demonstrá-lo).

Depois de anos em que o aparelho produtivo nacional sofreu com a integração comunitária sérios golpes, num processo que as recentes notícias sobre a Siderurgia Nacional mostram estar longe de ter chegado ao fim, e em que os fundos comunitários foram apresentados como moeda de troca para fazer face aos prejuízos verificados, são agora também esses próprios fundos que estão em causa.

Por outro lado, a chamada internacionalização das empresas portuguesas, independentemente da necessidade da cooperação e de uma visão das actividades económicas de acordo com o mundo de hoje, em muitos casos não são mais que projectos de grupos económicos e financeiros desinseridos numa estratégia de interesse nacional, com investimentos que no caso das empresas de serviços públicos são retirados ao espaço nacional na busca de um lucro fácil em outros países que só favorece os grandes accionistas dessas empresas, não vindo daí benefícios, nem para esses países nem para os trabalhadores portugueses e o nosso país.

O futuro financiamento do Orçamento de Estado, do desenvolvimento económico e social do País está também seriamente ameaçado com uma política de privatizações que entrega o património, retira ao País centenas de milhões de contos anuais de lucros dessas empresas, e abre caminho à redução dos impostos pagos por estas uma vez que os grupos que crescentemente as dominam se especializam na fuga ao fisco utilizando as mais diversas e engenhosas formas.

Em consequência da política do sucesso a qualquer preço, adulteraram-se valores, procede-se à entrega do património público ao desbarato, nas privatizações somam-se escândalos sobre escândalos, confundem-se responsabilidades públicas com interesses privados (os casos da Expo e da JAE são apenas a ponta do iceberg), os cargos públicos são entendidos por muitos não com o compromisso de os exercerem ao serviço do povo mas como lugares a usar em proveito próprio e dos seus amigos e clientelas, instalando a corrupção e gangrenando o regime democrático.

Aqueles que mais descredibilizam o regime democrático, particularmente o PSD e o CDS/PP, que quando no governo se atolaram no lodaçal da corrupção, são os mesmos que promovem campanhas contra a política e os políticos em geral, procurando colocar todos no mesmo saco das suas práticas políticas. A pretexto do combate à corrupção, que pretendem identificar com todos

os partidos, procuram mesmo criar mecanismos inaceitáveis de intromissão e devassa da vida interna de partidos que nada têm a ver com essas práticas, como é o caso do PCP.

Invocando a necessidade de responder à insatisfação popular resultante de problemas acumulados, das campanhas de mistificação que promovem e das promessas eleitorais que não cumprem, procuram retomar a operação de adulteração do sistema eleitoral, preparando com os círculos uninominais e o ataque à proporcionalidade a introdução de novas discriminações, utilizando a engenharia eleitoral para afastar ou enfraquecer a representação institucional das forças políticas mais consequentes.

Os direitos dos trabalhadores são postos em causa e o Governo em vez de responder a essa situação avança com um pacote laboral que, concretizando-se, conduziria ao agravamento da exploração, a um profundo retrocesso social e a novos passos na implementação da ditadura do patronato nas empresas, em muitas das quais, sem

exagero, o espaço mínimo de liberdade e dignidade dos trabalhadores foi eliminado.

Acentuam-se as desigualdades sociais, mantêm-se elevados índices de pobreza, a injustiça fiscal continua, a segurança social é alvo de ataque. O nível de vida dos trabalhadores portugueses não acompanha o aumento da produtividade e continua muito longe do dos trabalhadores de outros países da Europa.

Esta é a política que PS, PSD e CDS/PP têm desenvolvido,

por muita gritaria que usem para mostrar diferenças entre si (que em questões de fundo não existem), este é o pântano para onde têm conduzido o País.

Uma situação que o Governo tem escamoteado, por um lado contando com uma conjuntura internacional favorável, por outro lado com uma sucessão de festas e inaugurações.

Mas passada a névoa dos festejos da entrada no Euro, da Ponte Vasco da Gama ou da Expo, e com os sinais evidentes de crise internacional, começam a ver-se os contornos de um futuro cheio de interrogações.

Coloca-se com crescente força a necessidade de um projecto próprio de desenvolvimento, de um novo rumo para Portugal.

A evolução do País coloca cada vez mais a necessidade de uma profunda viragem política, de uma política de esquerda e de uma solução de governo que a viabilize e concretize.

Uma verdadeira política de esquerda que, para o ser de facto

e não se reduzir a uma política de direita mais ou menos envergonhada, implica que, na definição do seu conteúdo, se rompa com as orientações das últimas décadas e simultaneamente não se fique no limite da contemporização com o estado de coisas a que a política de direita conduziu o País.

No actual quadro internacional, na actual correlação de forças no País, a concretização de uma política e de uma alternativa de esquerda, sendo uma necessidade urgente para responder aos problemas nacionais e às aspirações e interesses do povo português, é simultaneamente uma tarefa difícil e exigente.

A concretização de uma alternativa de esquerda exige sempre a definição de uma política que corresponda aos anseios do povo, implica a garantia de uma larga base de apoio social e política, é decididamente determinada pelo desenvolvimento das lutas e movimentações sociais e tem como pedra de toque, como elemento central e decisivo, o reforço orgânico, político, social e eleitoral do PCP.

Afirmando a sua crítica de fundo à sociedade capitalista cujos limites e incapacidade para responder às necessidades da humanidade o tempo que vivemos está a comprovar; afirmando o ideal e o projecto comunista de construção de uma nova sociedade; com profundas e fortalecidas raízes nos trabalhadores, na juventude, no povo português; reforçando o seu papel como oposição de esquerda à política e ao governo do PS; estimulando as lutas, debatendo e apresentando propostas em torno dos problemas mais importantes e mais sentidos: o Partido Comunista Português, vai avançar, vai pesar mais na vida política portuguesa, vai criar condições para tornar possível a proclamação do seu XV Congresso – Um Novo Rumo para Portugal.

## A evolução do País coloca cada vez mais a necessidade de uma profunda viragem política, de uma política de esquerda e de uma solução de governo que a viabilize e concretize.



# Reflexão

## em tempo de 1.º balanço

**P**ara quem já viveu décadas, são muitas as campanhas eleitorais no activo. Mesmo no fascismo havia umas "coisas" a que se chamava eleições que davam lugar a campanhas ditas eleitorais, oportunidades para "fazer política", embora a verdadeira política fosse feita permanentemente, na clandestinidade, sem se esperar por esses períodos de mitigada abertura. Iniciei-me, tinha 12 ou 13 anos e pela mão do meu pai, com as de Norton de Matos. Depois, nunca mais parou: Quintão, Vicente/Delgado, 1961, 65, 69, 73, e todas as da democracia conquistada a 25 de Abril e nos dias que se lhe seguiram.



■ Sérgio Ribeiro

Faço esta retrospectiva - aqui apenas enunciada - para, com o argumento de experiência vivida, dizer que nenhuma me teria provocado tanta indignação (ou assustado tanto?) como esta, esta do referendo sobre a criação concreta das regiões. Talvez porque nas campanhas e eleições que eram, em si mesmas, indignas do nome, se lutava contra o fascismo, se lutava para avançar para a democracia, enquanto que, nestas, tive(mos?) a sensação de estar a lutar contra quem usa a democracia para fazer dela uma fantochada, de estar a lutar para não se recuar em termos de democracia.

Explico-me. Fez-se da criação concreta das regiões um assunto que justificava consulta directa aos cidadãos, mesmo depois dos representantes eleitos por estes terem decidido o que estava na competência dos seus mandatos. Desde logo, essa manobra, esse «negócio» entre o PSD e o PS, que fez da criação concreta das regiões matéria com exigência constitucional de referendo

descredibilizou a Assembleia da República.

No entanto, a descredibilização das instâncias democráticas não é nova nem novidade. Já vem de longe. É uma campanha, que foi instilando na «opinião pública»... uma opinião sobre a política e os políticos, que mete todos os eleitos no mesmo saco, no saco da «classe política».

### Os políticos são todos iguais!?

Eleito seria o que procura «tacho» e é capaz de tudo para o conservar. Diz-se que «são todos iguais» e bastas vezes se ouve que melhor é não mudar porque os que lá estão já «se encheram»... outros que venham vão querer «encher-se». Assim se criou o quase consenso de que há uma «classe política», uma espécie de casta a viver à custa do orçamento, à sombra do qual uns já estão instalados e outros «eleitos» gostariam de aceder. Pelo que, dentro da «classe», haveria circulação, passando-se das Câmaras para a Assembleia da República, desta para o Parlamento Europeu, deste para as Assembleias Municipais. Com acumulações e trocas, em circuito quase fechado. Sempre os mesmos ou com pouco sortido, havendo mesmo resistência corporativa. É falso. Melhor: é falso que haja uma «classe», casta ou grupo de eleitos, todos no mesmo saco, com uniforme e carapuça que a todos serve.

A eleição deveria (e pode) ser o fundamento de actividade nobre e exigente pois é a escolha de quem, durante um mandato, nos represente para fazer o que preciso é que seja feito, e alguns o têm de fazer porque não o pode ser por todos. E porque cada eleito o é para defesa dos interesses dos seus representados, respeitando-os e cumprindo as propostas que fez para que o escolhessem, ou que lhe foram feitas para que escolhido fosse.

Este é um primeiro aspecto, prévio a outras considerações sobre a campanha acabada de viver e que foi suscitado por

nesta se colher a ideia semeada de que o eleito é um potencial corrupto ou ladrão. Não foi suficiente para contrariar essa ideia a simples ilação de que, a ser assim, a democracia é sistema político a abater e mais vale uma boa junta militar na capital do País que eleitos por regiões. Até porque seria mais barato e pouparia impostos.

Didacticamente, é urgente responder - com veemência! - que a utopia por que alguns lutam é a dum País/Pátria de 10 milhões de cidadãos a participarem na vida política activa e não só descontinuamente (de 4 em 4 ou de 5 em 5 anos, depositando um papel em urnas), sendo todos políticos, todos eleitores e elegíveis. O que foi dito nesta campanha, quase gritado em reacção indignada. Sem eficácia, no curto prazo...

### Para que foi esta campanha e este voto

Os políticos que são «classe política», por opção e oposição a que outros sejam políticos, conseguiram que a campanha não fosse a avaliação da possível bondade e das eventuais perversidades da criação das regiões mas sim a utilização do tema como pretexto para a luta política à sua maneira.

Os «chefes» do PSD e do PP (nesses partidos é assim...) são exímios manobristas, incorrigíveis criadores de «factos políticos», inveterados manipuladores da comunicação social para que ela seja «fazedora de opinião». Dificultando a informação e o esclarecimento, fizeram uma campanha na melhor linha do marketing, da venda de imagem, de slogans de impacto dirigidos ao que de mais sensível haja na opinião pública, ou se tenha fomentado para ser opinião... da opinião pública. Dir-se-á que não é novidade, e é certo. Mas o que será novidade é ter-se ido tão longe e ter-se sido tão despuadorado. Criaram-se, usaram-se e abusaram-se medos e fantasmas.

Quem, no processo de «construção europeia», revela o maior desprezo pela soberania nacional, catalogando o conceito de obsoleto e inadaptável, quem não mexe um dedo e não diz uma palavra para contrariar a destruição de actividades produtivas nacionais e a alienação das alavancas da economia das nossas mãos, virou acérrimo defensor de uma falsa unidade nacional do espaço, do espaço nacional retalhado caoticamente por acção de políticas que desencadearam ou de que foram cúmplices, e que urge corrigir e ordenar administrativamente.

Mais uma vez, é certo, a política pedagogia, em que todos temos algo a dar e a receber de todos para se viver numa sociedade melhor organizada para todos, foi contrariada, foi quase impossibilitada de se exprimir pela avalanche da política demagogia, que não olha a meios nem tem pruridos éticos.

Para mais, esta distinção foi potenciada e per-

turbada, ao mesmo tempo, por se ter tratado de um referendo. O que desarma os eleitores, para mais quando algumas opções vieram «baralhar» as referências. Por exemplo, quem já votou tapando (simbolicamente) o retrato de Mário Soares para evitar que Freitas do Amaral ganhasse, ouviu deste, agora, uma lição sobre as razões para votar «sim» enquanto aquele lançou frases assassinas que muito teriam contribuído para o «não».

### São os referendos um mal?

O referendo é, apenas, um instituto/instrumento da democracia participativa que deve ser articulado com o reforço e a credibilização da democracia representativa. Como todos os instrumentos, pode ser criação ou ter aplicações perversas, isto é, desmobilizar a participação na vida política, descredibilizar a representatividade democrática. Com a ajuda de alguns/muitos dos representantes eleitos...

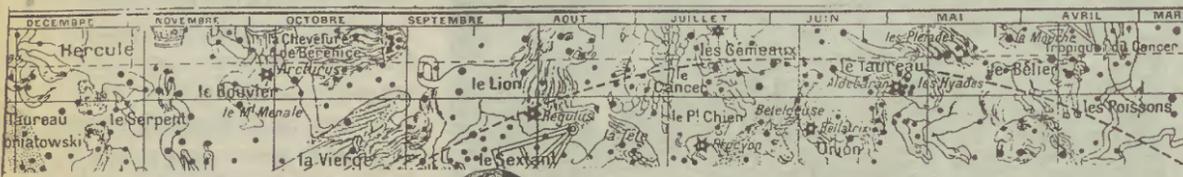
Estes referendos foram efectivo bloqueio à actividade legislativa competência da democracia representativa, foram usados contra a democracia tornado-a ainda mais imperfeita, em vez de contribuírem para reforçar a democracia. Só não repara quem não quiser ou estiver distraído que estes referendos apareceram quando deixou de haver maioria absoluta do PSD na Assembleia da República, numa hábil manobra que deslocou o centro legislativo da AR para lugar nenhum e veio impedir frutos às episódicas convergências entre o PS e o PCP traduzidas em decisões legislativas.

As hesitações e a ambiguidade do PS possibilitaram-no, ao deixar-se cair no manobristismo e demagogia do PSD à imagem deste «chefe», estimulado por Cristo ter tido de descer à terra para ele ocupar aquele lugar, e agora ainda mais estimulado por ter portas adentro. A política demagogia, com cada vez maiores laivos de despuadorado populismo, aproveita bem o estilo de fazer político do PS à maneira de menino bonzinho que até parece fazer asneiras para depois mostrar como é humilde no reconhecimento da falta, firme na assunção (total!) da responsabilidade, corajoso na confissão, arrependimento e penitência, que oferece a outra face ou as canelas para que continue a canelada... sendo, ao fim e ao cabo, as canelas de outros que sofrem. Uma política sacrista (de sacristia!).

### Que fazer?

Antes, será de tornar claro que merece todo o respeito quem esteve contra a criação de regiões por avaliação própria e estar convicto de que não serviriam o povo português. Recusa-se, também, a hipocrisia de falar da sabedoria do povo quando ele decide de acordo com aquilo que se defende, e falar da sua ignorância quando decide contra aquilo por que se lutou. O que, sempre, se deverá dizer é que o povo não está suficientemente informado. Como nunca ninguém, que do povo seja, o estará!

Por isso, nesta modesta opinião (militante, de base), o que fazer é... continuar a fazer da política pedagogia. Sem cair na tentação de adoptar métodos e práticas que não são nossas, sem ceder nos princípios e nos valores, nas causas que se estimam justas. Temos o tempo todo por nós, desde que não tenhamos demasiada pressa...



## EM FOCO

**A situação do usurpador e sanguinário Pinochet está a apaixonar a opinião pública internacional**

# Decisão final nas mãos dos lordes

■ Manoel de Lencastre

**N**o momento em que escrevemos, o destino do general Augusto Pinochet encontra-se dependente do recurso que está a ser julgado na Câmara dos Lordes (House of Lords) a câmara-alta do parlamento britânico. Como se sabe, o Supremo Tribunal a que presidiu o Lord Chief Justice Lord Bingham havia considerado, numa histórica decisão que envergonhou, uma vez mais, a justiça britânica, ter Pinochet direito a imunidade judicial e diplomática e poder, portanto, ser liberto da situação de prisão preventiva e domiciliária em que se encontrava. Mas os advogados de acusação recorreram para os Lordes.

Pinochet, o símbolo máximo da reacção militarista do nosso tempo ao serviço do imperialismo e dos interesses inimigos dos povos, chegara a Londres quase sem que se desse por isso. Deu entrada na clínica onde, anualmente, se submetia a exames e tratamentos à coluna dorsal na esperança de prolongar a sua existência, ele que ordenara o fim brutal e sanguinário de milhares de pessoas. Aliás, o carneiro de Santiago do Chile foi o próprio que tornou conhecida a sua presença na capital da Grã-Bretanha ao fazer comentários irrelevantes sobre a qualidade da vida em Londres. Obviamente, a Londres que ele apreciava, ou desejava só para si, já não existe. E Augusto Pinochet, no tumulto da grande metrópole moderna, não gostava de viver. Foi por isso que disse: «Esta cidade já não é o que foi.»

## Margaret Thatcher ao lado de um abutre

Londre, evidentemente, é o que é. O que está longe, é o tempo em que no n.º 10 de Downing Street governava uma senhora chamada Margaret Thatcher que mandava a polícia e unidades especiais do exército fardadas de polícias ao assalto das comunidades mineiras, ordenava o encerramento de indústrias básicas que fazem falta à Inglaterra, e inspirava os mais baixos sentimentos de violência e crueldade contra os patriotas irlandeses. Thatcher fechou os olhos aos heróis das greves da fome e lançou nas garras da morte por simples extermínio a cargo de agentes secretos especiais, os que tomaram em Gibraltar, há dez anos. Por isso, Augusto Pinochet, o abutre supremo, émulo de Francisco Franco e de Adolfo Hitler, lhe enviava flores e chocolates quando chegava à Londres que adorava. Augusto Pinochet e Margaret Thatcher equivalem-se. Quem mandou afundar o «Belgrano» com 200 homens a bordo?

Quando o pedido de extradição de Pinochet chegou às mãos da Scotland Yard, o estabelecimento policial e judicial tremeu. O tribunal comum de magistrados que serve a esquadra de Bow Street, conseguiu levar ao rubro o sistema de comunicações com o Home Office e Downing Street. O Home Office (Ministério do Interior e da Justiça) travou conhecimento, então, com o mais estranho e inesperado dos processos. Para Jack Straw, a terceira figura do gabinete britânico, nascia um problema raro. Entretanto, apresentava-se uma possibilidade de mostrar ao povo britânico que este governo trabalhista não perdera, completamente, as suas credenciais de esquerda. Straw, um homem simples mas com ambições, um poderoso governante que, ainda jovem, gosta de futebol e de fumar charutos com presidentes dos principais clubes ingleses, decidiu da melhor maneira – quase desportivamente: que o trabalho normal dos mecanismos judiciais seguisse o seu caminho. E foi o que aconteceu. Pinochet ficou sob prisão a partir da meia-noite de 16 de Outubro.

Perante esta extraordinária situação, o mundo percebeu que existia a hipótese de ser levado a julgamento e condenado um dos mais nojentos criminosos da nossa época, aquele que, em combinação com Richard Nixon e Henry Kissinger e com o auxílio de todo o aparelho de espionagem e subversão à disposição da CIA e da Casa Branca esmagara o governo de Allende, assassinara o presidente e a democracia, organizara um terrível banho de sangue em todo o Chile, aterrorizara o mundo e alcançara o poder. Inesperadamente, este general fascista sub-humano, caía nas mãos do imprevisível. Internado na London Clinic tinha a polícia à porta. Estava às ordens de um tribunal. Poderia ser extraditado para Madrid onde outro tribunal o faria julgar por crimes contra cidadãos espanhóis. E tudo se passava na cidade de Londres onde ele esperava passar na máxima normalidade o

período de tratamentos a que viera submeter-se. Na rua, começaram a juntar-se grupos de exilados chilenos e muitas pessoas que nunca haviam esquecido o crime de 11 de Setembro de 1973. Os gritos tornaram-se contínuos: «Assassino! Assassino!» Não parecia difícil ao inglês comum compreender que era legítimo exigir-se justiça e que fosse julgado um general cujas mãos continuavam manchadas com o sangue de muitos milhares de inocentes. Pinochet é, de facto, um assassino.

## Toda a reacção inglesa ao serviço de Pinochet

A reacção inglesa tomou posições imediatas. Os jornais de direita, e especialmente «The Daily Telegraph», começaram a insinuar que a justiça britânica estava a ser instrumentalizada pelo Partido Comunista espanhol ao qual pertenceriam os juízes que haviam assinado os pedidos de extradição. Advogados nomeados pelo governo chileno, pela família do preso e por numerosas organizações reaccionárias neste país, começaram a trabalhar, noite e dia, para que Pinochet pudesse sair da clínica e regressar ao Chile. Margaret Thatcher escreveu uma carta ao «Times». Mobilizaram-se forças ocultas. Falaram políticos «responsáveis». Prender-se um antigo chefe de Estado era um perigoso precedente. No futuro, qualquer país, qualquer simples juiz, poderia emitir mandados de captura contra Isabel II, a rainha de Inglaterra, salientando eventuais crimes praticados por governantes britânicos. Margaret Thatcher lembrou-se, então, de certos momentos da sua carreira de primeira-ministra... Também ela, que anda sempre em viagem, poderia ser presa, um dia...

O ponto principal da argumentação da defesa compreendia-se. Como poderia um terceiro país (a Espanha, através dos seus tribunais) exigir da Grã-Bretanha a extradição de um delinquente cujos crimes teriam sido praticados no Chile? Por outro lado, pensava-se que Pinochet tinha direito ao estatuto de imunidade diplomática. O «Home Office» esclareceu, competentemente: «Só têm imunidade diplomática na Grã-Bretanha os diplomatas, os governantes, os chefes de Estado reconhecidos pelo governo de Westminster.» Augusto Pinochet, evidentemente, já não é chefe de Estado, não é ministro, não desempenha qualquer cargo oficial. «É senador!», gritaram os que o defendem. «Esse lugar não lhe confere imunidade diplomática na Grã-Bretanha!», esclareceu-se, rapidamente. Os advogados de Pinochet levaram o caso ao Supremo.

Trabalhando na sombra, as mais negras forças reaccionárias sabiam que os juízes do High Court são pessoas que vivem e sempre viveram dominadas pela nostalgia do passado, que têm saudades da Inglaterra imperial, que são milionários e manifestam, frequentemente, o seu desdém pelas causas do povo enquanto se colocam, invariavelmente, ao lado dos mais fortes e dos mais poderosos. Lord Bingham não podia fugir a todas essas regras. Conservador, homem de direita profunda, como poderia ele atirar Pinochet para os horrores de um julgamento em Madrid? Madrid, como Lisboa, faz medo a muitos ingleses. Aquela turba que surge, nunca se sabe de onde, para alterar o curso da História...

## O «High Court» defendeu o ditador

O Supremo reuniu a 28 de Outubro. Lord Bingham na presidência. Os restantes juízes eram Mr. Collins e Mr. Richards. Os debates duravam já há alguns dias. A defesa argumentava que a prisão do general na London Clinic era um acto ilegal dado que Pinochet, como antigo chefe de Estado, tinha direito ao estatuto de imunidade diplomática. Como se esperava, os juízes do Supremo con-

cordaram com esta argumentação. Tiveram, entretanto, de aceitar que o detido permanecesse em solo britânico e sob vigilância policial até que fosse ouvido o recurso que a defesa, através da Procuradoria da Coroa (Crown Prosecution Services) apresentaria à Câmara dos Lordes. Eis alguns pontos essenciais do despacho do Mr. Justice Bingham: «O general Pinochet, como chefe de Estado no Chile de 1973 a 1990, tem direito a imunidade, vista também a sua qualidade soberana segundo os códigos do processo criminal e civil que governa os tribunais britânicos. O mandado de captura emitido pelo tribunal de Bow Street não tem, portanto, força de lei, porque o general, protegido pela imunidade soberana a que tem direito, não está envolvido em qualquer delito que, de acordo com as leis britânicas, pudesse dar lugar à extradição pedida pelo juiz espanhol Baltasar Garzon. A protecção devida a Augusto Pinochet deriva das leis de Imunidade e Privilégios Diplomáticos em vigor. Estas leis cobrem os actos praticados pelo general enquanto na qualidade de chefe de Estado. Naturalmente, reconhece-se a preocupação pública relativamente aos que abusam do poder soberano e cometem crimes contra a humanidade. Essas pessoas não devem escapar à justiça dos tribunais e à punição adequada. Mas não existem instrumentos legais, incluindo o articulado contido na Carta que estebeleceu o Tribunal Internacional para Crimes de Guerra, em Nuremberga, em 1945, que invalide o princípio de que um Estado soberano não impugnará outro relativamente aos seus actos de soberania.» Os custos do processo, 340.000 libras (95 000 contos) foram absorvidos pelo Estado (pelos contribuintes fiscais) e Pinochet nada pagou.



tem instrumentos legais, incluindo o articulado contido na Carta que estebeleceu o Tribunal Internacional para Crimes de Guerra, em Nuremberga, em 1945, que invalide o princípio de que um Estado soberano não impugnará outro relativamente aos seus actos de soberania.» Os custos do processo, 340.000 libras (95 000 contos) foram absorvidos pelo Estado (pelos contribuintes fiscais) e Pinochet nada pagou.

## Vão meter Pinochet num avião...

Todos os que estão a acompanhar este emocionante processo têm, agora, os olhos postos no recurso deste sumário do juiz Lord Bingham que os advogados dos Crown Prosecution Services interuseram junto da Câmara dos Lordes. Esta, evidentemente, é uma assembleia tão reaccionária como o próprio Supremo (ou ainda mais!). Formam-na os chamados pares do reino que são herdeiros masculinos de antigos aristocratas com direito hereditário a automático assento na Câmara. Outros, porém, são políticos antigos que os governos entenderam distinguir por serviços prestados ao Estado britânico. Lá está Margaret Thatcher com o seu título de baronesa. São poucos os que esperam que esta Câmara dos Lordes cancele o despacho de Lord Bingham e concorde com a extradição de Pinochet para Madrid. Foi positiva, entretanto, a decisão dos cinco juízes nomeados para o caso no sentido de serem ouvidos apelos da Amnesty International, do Redress Trust, do Medical Trust for the Care of Victims of Torture da família do desaparecido chileno William Beausure, e da doutora Sheila Cassidy, ela própria vítima de torturas e sevícias por parte da polícia de Pinochet.

A Câmara dos Lordes, que é a mais alta instância do aparelho judicial britânico, está a atravessar um período crucial da sua existência. Acha-se, actualmente, em curso diversas medidas governamentais tendentes a alterar-lhe a natureza de Câmara de pares hereditários e a dar-lhe uma aparência mais democrática e de harmonia com os novos tempos em que vivemos. Talvez que os Lordes, querendo dar uma imagem do «seu apego à justiça e à democracia», desejem dar um exemplo ao mundo e, por uma vez na sua trajectória de muitos séculos, consigam arrancar do seu seio uma decisão que o povo britânico, o chileno, o espanhol, todos os povos da Terra, aplaudam. Mas nós, habituados ao «clima» britânico, temos as nossas dúvidas. Os lordes decidirão meter Pinochet num avião. Mas, para Madrid não...

Entretanto, foram feitos juntar ao processo novos pedidos de extradição emitidos por autoridades judiciais sediadas na Bélgica, na Suíça, em França, na Alemanha, na Itália, no Luxemburgo e na Suécia. O mundo inteiro quer que Pinochet responda pelos hediondos crimes praticados pela Junta Militar e pela polícia política que ele, às ordens do governo americano, criou e chefiou. Estamos na dependência, portanto, de uma decisão da Câmara dos Lordes que, sentada no Palácio de Westminster, sabe que a Humanidade espera que ela cumpra o seu dever.

## Pacote laboral da Função Pública

Paulo Trindade

# Desregulamentar e precarizar o emprego

**A** margem de qualquer processo negocial, em violação da lei da negociação, «concedendo» o direito de mera participação, o Governo remeteu aos Sindicatos um pacote de diplomas versando matérias objecto do direito de negociação e que são da competência relativa da Assembleia da República, constituindo a maior tentativa de ataque à estabilidade de emprego e ao emprego com direitos na Função Pública.

Que pretende o Governo?

• Criar a figura de «estagiário» que mais não é do que anualmente o Governo determinar quantos jovens com cursos de formação tecnológica, bacharéis ou licenciados, remunerados abaixo da tabela salarial, serão recrutados (nos Centros de Emprego e suportando o orçamento do IEFPP em 80% essa remuneração, ou seja, recorrendo-se aos descontos dos trabalhadores para a Segurança Social) para, durante um ano, satisfazerem necessidades permanentes dos Serviços Públicos.

Ao fim de um ano, caso aprovados no «estágio», adquirem direito de preferência para um contrato a termo certo durante três anos!

Depois logo se vê, mas a perspectiva mais risonha que a intenção governamental lhes proporciona é a de contrato administrativo de provimento renovável, ou não, anualmente.

• Legalizar a contratação a prazo para satisfazer necessidades permanentes dos serviços, durante três anos, criando um posto de trabalho precário para um jovem, desde que dois trabalhadores no activo aceitem o trabalho a tempo parcial ou cinco trabalhadores a designada semana de quatro dias. Isto é, aceitem a redução do seu horário em troca de uma redução de salário.

Os patrões do Vale do Ave aliciam pais para irem para o desemprego com a promessa de emprego precário para os filhos. O Governo quer aliciar pais para que aceitem a redução de salários (na Função Pública não há subsídio de desemprego) para legalizar o trabalho precário para os jovens. E chama a isto uma política activa de emprego...

### A burla da semana dos quatro dias

Não é por acaso que a semana dita dos quatro dias foi o slogan do Governo para esconder o conteúdo nefasto deste pacote laboral para a Função Pública. Em termos de marketing, o que se pretende lançar na opinião pública é a ideia de que os «privilegiados» funcionários públicos vão trabalhar quatro dias por semana. Nada mais falso!

A primeira questão é que quem aderir ao presente envenenado tem o seu ordenado reduzido em 20%. percentagem muito superior aos 4 dias mensais em que não trabalharia, pervertendo-se o conceito de retribuição segundo o qual o mesmo resulta da divisão da remuneração mensal por 30 dias!

tação de trabalho e o seu salário em metade. Por cada dois aderentes, o Governo contrata – a prazo, obviamente – um outro trabalhador.

É evidente que, entre os 20% de descontos que faltam ao trabalhador para obter a pensão por inteiro e os 50% em que o trabalhador vê reduzido o seu salário, o Governo, qual patrão usurário, lucra, no mínimo, 30%.

E lucra 30%, no mínimo, pois se tivermos presente quanto tempo vai o trabalhador aderente custear postos de trabalho precários com metade do seu salário até se poder aposentar, conclui-se que pode ter que esperar até prefazer 70 anos de idade (logo mais de 15 anos) pois, antes disso, está dependente da boa vontade do dirigente do serviço.

Por outro lado, sujeita-se a perder o subsídio de refeição pois como este será atribuído «nos termos legais» 3 horas e meia de trabalho diário não conferem direito a subsídio de almoço.

E, depois de aderir a este esquema, já não pode voltar ao tempo inteiro de trabalho.

### A resposta é a luta

Todas as semelhanças entre o pacote laboral que o Governo pretende impor à Função Pública e o pacote laboral que o patronato e o Governo pretendem impor ao sector privado não são puras coincidências.

Num caso e noutro, o que se pretende são implementar formas de desregulamentação laboral e de precarização do trabalho, adoptando a filosofia de um capitalismo autoritário, ao qual são inerentes os conceitos da partilha do emprego, do salário e a introdução do conceito de empregabilidade – ou seja, acabar com o direito ao trabalho estável fomentando e legalizando o trabalho precário – ao mesmo tempo que se reduzem os direitos e os salários.

Não é assim que se promove a qualificação do emprego. Não é assim que se melhoram os Serviços Públicos. Não é por acaso que este pacote laboral surge em paralelo com a ofensiva privatizadora da Administração Pública.

A qualidade que todos os cidadãos têm direito a exigir dos serviços públicos não é alcançada pela desregulamentação e pela precarização, mas sim por medidas que dignifiquem o estatuto do trabalhador da Função Pública, que respeitem os seus direitos e os direitos de todos os cidadãos – onde estão incluídos os trabalhadores de função pública – e que através dos impostos, retidos aos trabalhadores por conta de outrem, custeiam a maior fatia da receita fiscal e partilham uma cada vez menor parcela do rendimento nacional.

Por outro lado, o futuro dos jovens trabalhadores não está nos «estágios» nem no trabalho a prazo. Não são a precarização nem a desregulamentação das relações laborais que podem assegurar um rejuvenescimento sustentado da Administração Pública.

É o mesmo Governo que importa de outros países europeus as modalidades mais negras de precarização e de desregulamentação laboral que encerra um cenário rosa para que os trabalhadores não se recordem que os salários e as pensões em Portugal vão ficando cada vez mais longe da média europeia.

Porque o pacote governamental não serve o País, a Administração Pública e os seus trabalhadores, porque os trabalhadores da Função Pública exigem respeito pelos seus direitos, salários dignos, carreiras reestruturadas, emprego estável e tais objectivos são indissociáveis do combate às privatizações e da exigência de que o Governo abandone a sua intenção de impor a pacotada laboral que os TFP's vão estar em luta no próximo dia 25 de Novembro.

A lei 409/71, ainda em vigor, fixa um normativo mínimo, remetendo para a negociação colectiva, a fixação entre as partes, de regulamentação mais desenvolvida e adaptada, a cada sector, para a prática de trabalho a tempo parcial.

Diríamos, não receamos pelo passado, que a lei da Câmara Corporativa, consagra e bem, na sua essência, aquilo que as leis do tempo da democracia – do Governo do PS – querem substituir e mal, por normativos muito desenvolvidos e concisos, para obrigar - todos - a trabalhar à hora, com salário à hora, incerto e inseguro.

A proposta de lei, que já ouvi qualificar de «golpe de Estado legislativo contra os direitos dos trabalhadores», subverte a regra, transformando-a em excepção. Em alternativa, institucionaliza, como regra, o trabalho a tempo parcial, com salário à hora, incerto e inseguro (dependente do número de horas que o trabalhador faça ou lhe paguem) promovendo e premiando os patrões, com chorudos subsídios, concedidos pelo Governo, à custa da segurança social.

A proposta de lei, com o significativo título de «Regime Jurídico do Trabalho a Tempo Parcial e Estabelece Incentivos à sua Dinamização», tem outros aspectos, gritantemente, contra os trabalhadores, destinados a dar aos patrões uma arma tão forte que lhe permitiria opor-se a quase todas as pretensões, designadamente as relativas à estabilidade e segurança no emprego com direitos, à redução de horários sem redução de salários, à organização humanizada dos tempos de trabalho e



**T**rabalhar à hora e receber à hora – incerto e inseguro – é a excepção. O Governo PS quer transformar em regra essa excepção, para gaúdio dos patrões e desgraça dos trabalhadores, tal como fez, há anos, com os contratos a prazo.

A lei, desde os idos tempos do 49408, passando pelo 409/71, consagra como regra o trabalho a tempo completo, com salário e demais direitos completos, e remete para a excepção o trabalho a tempo parcial, para situações especiais, em particular de trabalhadores que merecem da sociedade protecção, designadamente, decorrentes de responsabilidades familiares e de assistência à família.

A lei 409/71, ainda em vigor, fixa um normativo mínimo, remetendo para a negociação colectiva, a fixação entre as partes, de regulamentação mais desenvolvida e adaptada, a cada sector, para a prática de trabalho a tempo parcial.

Diríamos, não receamos pelo passado, que a lei da Câmara Corporativa, consagra e bem, na sua essência, aquilo que as leis do tempo da democracia – do Governo do PS – querem substituir e mal, por normativos muito desenvolvidos e concisos, para obrigar - todos - a trabalhar à hora, com salário à hora, incerto e inseguro.

A proposta de lei, que já ouvi qualificar de «golpe de Estado legislativo contra os direitos dos trabalhadores», subverte a regra, transformando-a em excepção. Em alternativa, institucionaliza, como regra, o trabalho a tempo parcial, com salário à hora, incerto e inseguro (dependente do número de horas que o trabalhador faça ou lhe paguem) promovendo e premiando os patrões, com chorudos subsídios, concedidos pelo Governo, à custa da segurança social.

A proposta de lei, com o significativo título de «Regime Jurídico do Trabalho a Tempo Parcial e Estabelece Incentivos à sua Dinamização», tem outros aspectos, gritantemente, contra os trabalhadores, destinados a dar aos patrões uma arma tão forte que lhe permitiria opor-se a quase todas as pretensões, designadamente as relativas à estabilidade e segurança no emprego com direitos, à redução de horários sem redução de salários, à organização humanizada dos tempos de trabalho e

reposou, a melhores salários e subsídios, mais dias de férias.

## O Governo contra os trabalhadores

# Nem segurança nem direitos

bleia da República, para discussão e votação) suscita uma oposição firme e repúdio, expressos na aprovação e assinatura de Pareceres, como há muito não se via, entre os trabalhadores, onde foi divulgada e discutida, dos quais, mais de cento e cinquenta, de trabalhadores de empresas do Comércio, Escritórios e Serviços.

### Prosseguir a luta

A luta de massas, na rua e empresas, contra as propostas de lei e a política social do Governo PS vai prosseguir.

Os trabalhadores e as suas organizações sindicais, que querem continuar de cara levantada, vão prosseguir a luta de massas, na rua e nas empresas, depois de, durante meses e meses, terem procurado convencer o Governo que não é contra os trabalhadores e os seus direitos, que resolve os problemas do desemprego, do desenvolvimento, do crescimento económico, da aproximação da economia real à média comunitária etc.

Esta política, é idêntica ou ainda pior, à anteriormente trilhada, pelo Governo do PPD/PSD, de má memória, por isso não poderá deixar de suscitar idêntica oposição das massas, apesar de embrulhada numa farpela, dita mais dialogante.

Os apoiantes e acólitos, das propostas dos patrões, subscritas pelo Governo PS, apresentadas na AR, podem dizer que na Europa também é assim, que na Holanda há mais 50%, na Alemanha 30 e tal, na França mais tantos trabalhadores a tempo parcial. Mas isso nada justifica, nem a ninguém convence, porque a generalidade dos trabalhadores, lá como cá, estão contra o trabalho a tempo parcial, para o constatar, basta «olhar», para as posições defendidas em reuniões e iniciativas, onde haja condições e espaço, para genuinamente os trabalhadores se fazerem ouvir.

Nas reuniões da Comissão Europeia, da Patronal e de outros organizações tuteladas ou a viver à sombra do orçamento comunitário, talvez até a conversa seja outra, mas esses falam em nome de... mas de trabalhadores assalariados - a viver e trabalhar no duro - só ouvem falar, às vezes até põem cara de enfado...

Ainda assim, talvez não seja mau reflectir sobre alguns exemplos que o patronato português - mais papista que o papa - se encarregou de criar, por aplicação antecipada da lei que o não é, por nós nunca o será. Introduzimos mais um elemento de reflexão, ou seja, o salário médio que aufeririam, os mesmos trabalhadores, noutros Países Comunitários, onde as mesmas cadeias ou similares operam.

A Europa é exemplo negativo, como o são de forma agravada o Continente, Modelo, Pingo Doce, Brisa, etc. Nos hipermercados Continente e Modelo, do grupo Sonae, por antecipação à lei (a associação patronal dos Super e hipermercados jamais quis negociar as propostas sindicais), de há muito foi generalizado o trabalho a Tempo Parcial, para reduzir custos com pessoal, aumentar as possibilidades de obter trabalho não remunerado, aumentar a precariedade e a flexibilidade, economizar o subsídio de refeição, que representa mais de 15% do custo médio mensal por trabalhador.

### O «exemplo» da Joana

A Joana, há mais de 6 anos a trabalhar, a tempo parcial, no Hiper Continente, da Sonae... A «Joana» que não se chama Joana, por razões óbvias, trabalha no hipermercado Continente, há vários anos, 30 horas por semana, auferir 72 mil escudos mês, umas vezes recebe subsídio de refeição, 700 e tal escudos dia, outras não, conforme o número de horas de trabalho por dia é superior ou inferior a 5, ou se esquecer ou não de os mandar processar.

A Joana quando lhe pedem, trabalha mais mas não recebe, trabalha de noite, quando é preciso fazer balanças, montar feiras, promoções, exposições, alterar lay-out, etc., e não lhe pagam nem mais um tostão... na Sonae «não há» trabalho suplementar.

O horário da Joana, numa destas semanas, foi este:

Domingo - 09,00 - 14,00 horas

Segunda - 11,00 - 13,15 e 13,45

às 18,00 horas.

Terça - folga

Quarta - 10,00 - 13,30

e 14,00 - 17,00 horas

Quinta - folga

Sexta - 08,45 - 10,45

e 11,15 - 14,15 horas

Sábado - 10,30 - 13,15

e 13,45 - 18,00 horas

Domingo - 09,15 - 14,15 horas e por aí adiante.



### Na Brisa sempre a andar de auto-estrada...

A Brisa, a tal que o Governo privatiza, ao mesmo tempo que amputa de Brizinhas, que dá por concurso a uns empresários, que por acaso - mero acaso - até há pouco, presidiam ao Conselho de Administração da Brisa. Esperamos, fazemos «figas», que à Brisa, não aconteça uma «Jaçada», por ali, também há obras, empreitadas e empreiteiros, o que pelos vistos, ainda não houve, foi um General... e uns Ministros... amigos...

O que interessa agora é a Maria Teresa, que podia ser Isilda ou Anabela, tantas são elas, que foi trabalhar para a Brisa em 1991, vejamos lá, contratada pela Psicoemprego (aluguer de mão-de-obra) com todos os alvarás e autorizações da IGT, do IEFPP, Ministério, do Trabalho, pasme-se.

O contrato de trabalho a termo, prazo, subscrito entre a Maria Teresa e

enche a fichinha... um contrato a termo e a tempo parcial de 32 horas por semana. Mas ela ganha coragem, injeção da mãe, pergunta, ainda tem pretensões de estudar, qual o horário? Responde-lhe, 8 horas ao Sábado e 8 ao Domingo e as restantes 16 são feitas de acordo com as necessidades da Gerência da loja.

A Isabel não soube o salário mensal que ia auferir, por tão «magnífico» emprego, mas sabemos nós, por outras Isabels, que tiveram para sobreviver de aceitar as 8 horas de trabalho ao Sábado e Domingo e as restantes quando a gerência delas precisar, nas frentes de caixas, sempre com um sorriso para os clientes. Auferem (estou a consultar várias cópias de contratos de trabalho a termo e a tempo parcial) aqui na região de Lisboa, porque no Algarve, no ALENTEJO ou nas Beiras, é muito menos, a quantia - não caia - de 37 mil escudos ilíquidos por mês, sem subsídio de refeição, excepto ao Sábado e Domingo, se não se esquecerem de o imputar, para reduzir custos e a chefia da loja, ter mais hipótese de no final do ano, receber o prémio de centenas de milhares.

A Maria Teresa, com um trabalho destes, ainda enriquece... e é por certo tentada a comprar algum «helicóptero», para se deslocar para as barreiras da auto-estrada, onde vai trabalhar, nas horas que a Brisa mandar, Sábado e Domingo, porque como se sabe, não há transporte público, nem da Brisa, nas auto-estradas, para os trabalhadores se deslocarem de e para os locais de trabalho.

A Brisa, desde sempre lhe competia, foi obrigada a assumir, os trabalhadores ao seu serviço, contratados pela Psicoemprego. Só agora é chegado o momento da Maria Teresa passar para o quadro da Brisa, que lhe propõe um contrato de trabalho de 4 horas ao Sábado e 4 horas ao Domingo, tudo remunerado com um salário de 18.500 escudos ilíquidos mês.

Se a Isabel fosse trabalhar para a Holanda, no Ahold, sócio do Pingo Doce, receberia pelo mesmo trabalho uma média de 170 contos, na Alemanha 215 contos, em França 125 contos e em Espanha 104 contos por mês.

A Psicoemprego, rezava que trabalharia para a Brisa, nas portagens da Auto-estrada A1, quatro horas dia, cinco dias por semana, em horário a indicar pela Brisa, auferindo em contrapartida 32.600 escudos mensais ilíquidos. Os carros foram passando, o pessoal da Brisa ganhando mais experiência, os sindicatos actuando e vai daí, a maioria passou-se para o Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços da CGTP-IN. A luta pelos direitos desenvolveu-se e as autorizações, alvarás e quejandos foram-se esvaindo.

A Brisa, desde sempre lhe competia, foi obrigada a assumir, os trabalhadores ao seu serviço, contratados pela Psicoemprego. Só agora é chegado o momento da Maria Teresa passar para o quadro da Brisa, que lhe propõe um contrato de trabalho de 4 horas ao Sábado e 4 horas ao Domingo, tudo remunerado com um salário de 18.500 escudos ilíquidos mês.

A Maria Teresa, com um trabalho destes, ainda enriquece... e é por certo tentada a comprar algum «helicóptero», para se deslocar para as barreiras da auto-estrada, onde vai trabalhar, nas horas que a Brisa mandar, Sábado e Domingo, porque como se sabe, não há transporte público, nem da Brisa, nas auto-estradas, para os trabalhadores se deslocarem de e para os locais de trabalho.

A Psicoemprego, rezava que trabalharia para a Brisa, nas portagens da Auto-estrada A1, quatro horas dia, cinco dias por semana, em horário a indicar pela Brisa, auferindo em contrapartida 32.600 escudos mensais ilíquidos. Os carros foram passando, o pessoal da Brisa ganhando mais experiência, os sindicatos actuando e vai daí, a maioria passou-se para o Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços da CGTP-IN. A luta pelos direitos desenvolveu-se e as autorizações, alvarás e quejandos foram-se esvaindo.

A Brisa, desde sempre lhe competia, foi obrigada a assumir, os trabalhadores ao seu serviço, contratados pela Psicoemprego. Só agora é chegado o momento da Maria Teresa passar para o quadro da Brisa, que lhe propõe um contrato de trabalho de 4 horas ao Sábado e 4 horas ao Domingo, tudo remunerado com um salário de 18.500 escudos ilíquidos mês.

A Maria Teresa, com um trabalho destes, ainda enriquece... e é por certo tentada a comprar algum «helicóptero», para se deslocar para as barreiras da auto-estrada, onde vai trabalhar, nas horas que a Brisa mandar, Sábado e Domingo, porque como se sabe, não há transporte público, nem da Brisa, nas auto-estradas, para os trabalhadores se deslocarem de e para os locais de trabalho.

A Psicoemprego, rezava que trabalharia para a Brisa, nas portagens da Auto-estrada A1, quatro horas dia, cinco dias por semana, em horário a indicar pela Brisa, auferindo em contrapartida 32.600 escudos mensais ilíquidos. Os carros foram passando, o pessoal da Brisa ganhando mais experiência, os sindicatos actuando e vai daí, a maioria passou-se para o Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços da CGTP-IN. A luta pelos direitos desenvolveu-se e as autorizações, alvarás e quejandos foram-se esvaindo.

A Brisa, desde sempre lhe competia, foi obrigada a assumir, os trabalhadores ao seu serviço, contratados pela Psicoemprego. Só agora é chegado o momento da Maria Teresa passar para o quadro da Brisa, que lhe propõe um contrato de trabalho de 4 horas ao Sábado e 4 horas ao Domingo, tudo remunerado com um salário de 18.500 escudos ilíquidos mês.

A Maria Teresa, com um trabalho destes, ainda enriquece... e é por certo tentada a comprar algum «helicóptero», para se deslocar para as barreiras da auto-estrada, onde vai trabalhar, nas horas que a Brisa mandar, Sábado e Domingo, porque como se sabe, não há transporte público, nem da Brisa, nas auto-estradas, para os trabalhadores se deslocarem de e para os locais de trabalho.

A Psicoemprego, rezava que trabalharia para a Brisa, nas portagens da Auto-estrada A1, quatro horas dia, cinco dias por semana, em horário a indicar pela Brisa, auferindo em contrapartida 32.600 escudos mensais ilíquidos. Os carros foram passando, o pessoal da Brisa ganhando mais experiência, os sindicatos actuando e vai daí, a maioria passou-se para o Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços da CGTP-IN. A luta pelos direitos desenvolveu-se e as autorizações, alvarás e quejandos foram-se esvaindo.

A Brisa, desde sempre lhe competia, foi obrigada a assumir, os trabalhadores ao seu serviço, contratados pela Psicoemprego. Só agora é chegado o momento da Maria Teresa passar para o quadro da Brisa, que lhe propõe um contrato de trabalho de 4 horas ao Sábado e 4 horas ao Domingo, tudo remunerado com um salário de 18.500 escudos ilíquidos mês.

A Maria Teresa, com um trabalho destes, ainda enriquece... e é por certo tentada a comprar algum «helicóptero», para se deslocar para as barreiras da auto-estrada, onde vai trabalhar, nas horas que a Brisa mandar, Sábado e Domingo, porque como se sabe, não há transporte público, nem da Brisa, nas auto-estradas, para os trabalhadores se deslocarem de e para os locais de trabalho.

## Defesa Nacional e Forças Armadas

■ Rui Fernandes

# Atrás do pelotão

**T**eve lugar em Lisboa, no último dia do passado mês de Outubro, uma conferência subordinada ao tema «O associativismo militar na Europa». Tratou-se de mais uma iniciativa de debate promovida pelas associações militares portuguesas<sup>(1)</sup>, que contou com a presença de dirigentes das associações congéneres da Holanda e da Irlanda, dirigentes esses que são também membros do comité executivo da Euromil (Associação Europeia que congrega associações militares).

Importa desde já clarificar que, quando falamos de associativismo, estamos a falar de associações de carácter socioprofissional, isto é, associações com capacidade negocial ao nível de estatutos profissionais, condições de bem-estar, vencimentos e todo um outro vasto conjunto de matérias, excluindo as matérias classificadas e as de carácter operacional.

Os representantes acima referidos expuseram as realidades dos seus respectivos países - a Irlanda conta com associações socioprofissionais há poucos anos, enquanto que na Holanda a sua existência é muito mais antiga. Por economia de tempo e espaço, não vamos detalhar, até porque a questão central não está no detalhe, mas antes no princípio. E este é que nestes dois países é reconhecido o direito de os militares se associarem e constituírem associações socioprofissionais (sem direito a greve); nestes dois países tal quadro de direitos coexiste com a manutenção da eficácia, da operacionalidade e coesão das respectivas forças armadas; nestes dois países os chefes militares não são menos chefes do que em Portugal e os ministros da Defesa não são menos ministros do que entre nós, pese embora a infelicidade conjuntural que temos, mas adiante.

Citamos estes dois países, mas podíamos citar muitos outros por essa Europa fora, a começar na Alemanha. Dessa extensa lista que poderíamos citar não constaria Portugal. Nesta matéria, como noutras, o nosso lugar no «pelotão» é atrás. Entre nós mantém-se a lei da rolha - o artigo 31. Um artigo acima do consagrado constitucionalmente e absolutamente desfocado da realidade nacional e da realidade europeia.

### E o PS embrulha

Atento à realidade, o Grupo Parlamentar do PCP apresentou um projecto de revisão do artigo 31. A discussão do projecto ocorreu em Junho e a sua votação ficou a aguardar a apresentação por parte do Governo de um projecto seu. Conforme foi referido no debate pelos deputados do PS, tal deveria ocorrer até final do mês de Outubro. Mas Outubro já se foi.

As intervenções dos deputados do PS, quando da discussão do projecto do PCP, foram de sentido positivo, não só à necessidade de revisão do referido artigo como à necessidade de essa revisão consagrar o associativismo socioprofissional e delimitar, com o rigor possível, o que são assuntos respeitantes às forças armadas, de modo a evitar que prossigam casos de castigos a militares dirigentes das associações que, por falarem de problemas ligados com as suas carreiras, se vêem com processos disciplinares. Isto é, a tal distinção entre matérias classificadas ou de carácter operacional e o resto.

Foi pois com algum espanto que constatámos a existência de um projecto governamental que mantém o artigo 31 tal qual ele está, abrindo somente a possibilidade de os militares puderem concorrer aos órgãos da administração Central, Regional e Local sem terem de passar à reserva, ou seja, bastando-lhes meter licença sem vencimento. Tudo isto convenientemente mediatizado para transmitir a imagem de que o Governo está a cuidar de alterar o artigo 31, está a cuidar de diminuir o leque de restrições de direitos aos militares. Que grande fantochada... Como se em algum lado e em algum momento a questão central colo-

## Revisão do art.º 31 da Lei de Defesa Nacional - um imperativo democrático

cada pelos dirigentes associativos militares, incluindo também aqui os directores das publicações militares, tivesse sido a questão de poderem ou não concorrer a actos eleitorais sem terem de

passar à reserva. E fique claro que não temos nada contra à consagração deste mecanismo, mas não se queira fazer disto o problema nodal em discussão quando se fala do artigo 31 e das restrições de direitos dos militares.

### O problema dos dois terços

Para a revisão do artigo 31 são necessários dois terços dos deputados. Isto é, são necessários os votos do PSD que, de braço dado com o PP, quer manter a lei da rolha.

Pela parte do Grupo Parlamentar do PCP foi manifestada a sua completa disponibilidade para a criação dos consensos que conduzam à revisão do referido artigo, cuja alteração é um imperativo democrático. Mas é óbvio que essa disponibilidade não pode conduzir a uma revisão fingida do artigo 31 como ficou claro na altura. E bom seria que o PS clarificasse a sua

posição e não se deixasse emalhar na teia dos dois terços. Aliás, tal como parece ser a sua disposição no que respeita ao reconhecimento do sindicato para a PSP que também necessitará da maioria qualificada dos deputados.

A questão dos dois terços não pode conduzir a uma revisão tão mitigada do artigo 31 que essa se traduza em nada. A versão conhecida do projecto governamental é isto mesmo: anunciar a mudança e não mudar nada.

Por tudo isto, a iniciativa que teve lugar no último fim-de-semana de Outubro, promovida pelas associações militares portuguesas, constituiu mais um importante contributo para a melhor percepção do que está em causa, para a afirmação de que é possível manter a operaciona-



Mas o que a existência de tal projecto governamental (e frise-se que é um projecto e que ainda não deu entrada na Assembleia da República, ou seja, pode ser que sofra, e esperamos que sim, alterações positivas) revela é que entre o que é dito pelos deputados do PS e aquilo que o Governo pensa existe uma enorme distância. Se porventura o referido projecto fosse tal qual está para a Assembleia da República, os deputados do PS que intervieram quando da discussão do projecto do PCP só poderiam em coerência votar contra.

lidade, a coesão e a eficácia das Forças Armadas, com mais democracia, e que rever o artigo 31 consagrando o associativismo socioprofissional e delimitando o que são matérias classificadas e/ou operacionais das outras, é a questão central e é um imperativo democrático.

(1) Associação Nacional de Sargentos (ANS), Associação dos Militares na Reserva e na Reforma (ASMIR), Associação dos Oficiais das Forças Armadas (AOFA) e Associação Nacional de Contratados do Exército (ANCE).

# Sombra e luz no palco da França



■ Miguel Urbano Rodrigues

**P**ertenço a uma geração para a qual a França significou muito. Foi pela leitura dos seus escritores, pelo estudo da sua história e das lutas do seu povo durante a Grande Revolução de 1789 e mais tarde da Comuna de Paris que tomou forma em mim a primeira representação do mundo e da aventura humana. A iniciação francesa, dei-me conta disso muitos anos depois, empurrou-me para a opção revolucionária e para o descobrimento do comunismo. O caminhar pela vida não apagou a minha componente francesa, antes a fortaleceu. Voltar a algumas cidades da França é sempre um reencontro com uma parcela do que fui, o retomar do diálogo interrompido com um universo distante e íntimo.

No final de Outubro p.p., o contacto, em Marselha e Paris, com familiares e amigos, permitiu-me uma vez mais repensar o tempo da França e sentir o que ali é permanente e o efémero que se transforma.

Reencontrei, já o disse no «Avante!», um povo que olha para o futuro com temor.

Na aparência superficial das coisas nada mudou. O visitante de passagem tem alguma dificuldade em se aperceber do mal-estar que invade a França. A serena beleza das suas cidades, a variedade e a qualidade da oferta cultural, a arte de usar os tempos livres como espaço de felicidade e ponte para o enriquecimento da personalidade, encantam o forasteiro e levam-no a concluir que, afinal, a França se enraíza numa estabilidade tranquila, raríssima no mundo contemporâneo. É falsa essa imagem de uma França estática num planeta fustigado pela tempestade global neoliberal. Tudo ali se encontra em movimento. O observador é enganado pelo espectáculo da vida, marcado por contradições nem sempre perceptíveis.



A França conseguiu, como poucos países industrializados, inserir modernidade em estruturas urbanas modeladas ao longo dos séculos por prodigiosas sínteses civilizacionais. A inovação não destruiu ali as heranças culturais; aparecem fundidas. As conquistas do progresso não agridem a mensagem de beleza irradiada por cidades que são museus vivos criados por dezenas de gerações com mundividências diferenciadas. A técnica foi colocada ao serviço da vocação de eternidade da cidade antiga. A continuidade possível no cenário envolvente, a permanência das estruturas físicas que diferenciam as civilizações, não significa, porém, ausência de mudança nas populações que ocupam (e defendem) as cidades criadas pelos antepassados.

São precisamente algumas dessas mudanças que estão a inquietar, direi mesmo angustiar, milhões de franceses. Os efeitos negativos da globalização neoliberal e do pensamento único são percebidos por sectores cada vez mais amplos da população em múltiplos quadrantes sociais. O francês habituou-se, ao longo da história fascinante do seu país, a compatibilizar o amor do universal com a defesa do particular, ou seja, do que é especificamente seu. Nada

tem a opor a uma globalização humanista, à perseguição de uma utopia que responde a aspirações antiquíssimas da condição humana. Mas rejeita com repulsa as mudanças em cascata, brutais e desumanizantes, que resultam da globalização capitalista de perfil classista e imperial. Talvez nenhum outro povo europeu tenha adquirido como o francês uma consciência tão viva e dolorosa dos efeitos de um projecto que, fazendo retroceder a humanidade, hierarquiza os países e os homens de acordo com critérios e interesses próprios da irracionalidade de um mercado sacralizado.

Os franceses contestam - com excepção da ínfima minoria de beneficiários do sistema - a divinização do capital que coloca o homem ao serviço do jogo do dinheiro, robotizando-o. Não é ainda uma contestação bem iluminada. Não me parece fácil definir-lhe os contornos porque, a nível do conjunto da sociedade, o impulso da rejeição brota mais de um sentimento defensivo localizado do que da percepção da universalidade da ameaça.



Em nenhum outro país, entretanto, as lutas pela preservação de conquistas fundamentais do povo ameaçadas pela estratégia da globalização - através dos mecanismos de Maastricht, do AMI e de outros - assumiram a intensidade e a dimensão que apresentam em França.

A dispersão dessas lutas, a imprevisibilidade do seu desenvolvimento e desfecho, a sua frágil organicidade e o seu carácter por vezes quase espontâneo levam muitos analistas, mesmo os bem intencionados, a subestimar-lhes o significado e alcance. Para a incompreensão das tensões que atingem hoje a sociedade francesa contribui também o resultado de sondagens que atribuem uma popularidade a rondar os 56% a Chirac e de 54% a Lionel Jospin. O simples facto de o Presidente da República e o Primeiro-Ministro serem personalidades representativas de quadrantes do eleitorado muito diferentes vale por um convite à reflexão. Ambos - e isso os aproxima - utilizam hoje discursos paternalistas; ambos fogem ao debate sério dos problemas.

É um facto que a grande maioria dos franceses se distancia de posições radicais. Seria uma ingenuidade esperar das vítimas do sis-

tema uma combatividade ligada ao desejo de rupturas revolucionárias. Não é esse o estado de espírito em França. Mas a recusa do projecto de futuro que o actual governo, tal como o anterior, insiste em impor (submetendo-se à engrenagem neoliberal) pode gerar na sociedade francesa movimentos sísmicos de desenvolvimentos explosivos. Não é somente a política socioeconómica traçada em Bruxelas que gera insegurança e repúdio. A chamada Mac World Cultura - a anticultura exportada pelos EUA com ambição de universalidade - faz sentir muito negativamente os seus efeitos na sociedade francesa, sobretudo entre a juventude. Encontra, porém, uma oposição muito forte na intelectualidade. Esta não aceita a postura arrogante e beócia da Administração Clinton segundo a qual a cultura deve ser tratada como uma mercadoria como qualquer outra.

A revisão da Constituição exigida pelo conteúdo do Tratado de Amesterdão suscita no momento uma polémica viva. Numa clara demonstração do carácter não democrático da democracia dita representativa, a decisão será tomada à revelia do povo. Não haverá referendo sobre a questão. O Senado e a Assembleia Nacional, em reunião conjunta, procederão, tudo o indica, à retocagem da Constituição sem que o povo seja consultado sobre o Tratado de Amsterdão.

Falando em Marselha com amigos, professores de Filosofia, impressionou-me o que disseram a respeito do desencanto da sociedade francesa; pouco resta nela do antigo sonho europeu. As políticas trituradoras da globalização neoliberal desfizeram em nuvens brancas as esperanças de uma Europa dos povos solidária, caminhando, embora vagarosamente, para uma democracia avançada.

Está a ocorrer precisamente o contrário. As grandes decisões que mudam a vida são tomadas a nível supranacional no âmbito de engrenagens comandadas pelo grande capital transnacional. Esse poder difuso escapa totalmente ao controlo da soberania popular.

No final do milénio a democracia é, em França como em toda a União Europeia, ficcional. Os povos do Continente, agrupados na União, são excluídos na prática de participação minimamente significativa nas tarefas da construção do presente e da preparação do futuro.

Comentando a fase de indefinições e insegurança que a França e a Europa Ocidental vivem, o prof. Balibar, num ensaio largamente debatido, conclui que a única certeza é a da imprevisibilidade do acontecer nacional. Admite, contudo, que a fúria e a irracionalidade do neoliberalismo possam gerar situações de caos social e económico, não sendo de excluir que sobre as ruínas do estado tradicional venham a surgir Estados autoritários de tendência imperial.

O neoliberalismo, isto é, o capitalismo selvagem do final do milénio, está condenado. Não terá longa vida. Amedronta já os seus

criadores e apresenta inclusive os primeiros sintomas de desintegração. Mas não temos ideia a respeito de como e quando acabará. Fidel Castro admitiu no encerramento da Cimeira Ibero-Latino-Americana, no Porto, que a crise da Ásia Oriental pode ter continuidade numa outra, muito mais grave, com epicentro no Brasil, a qual arrastaria toda a América Latina e teria efeitos devastadores nos EUA e na Europa.

Encontramo-nos perante grandes desafios e interrogações sem resposta. Creio que mais uma vez a França pode vir a ser laboratório da Europa. Francis Combes recorda em editorial de *La Revue Commune* que «a liberdade se paga, mas também se ganha». Não sabemos qual será o perfil do mundo nas próximas décadas; mas sabemos para onde não queremos ir. Estamos ainda longe da elaboração de uma alternativa capaz de mobilizar todos quantos - e são a esmagadora maioria - rejeitam a globalização neoliberal. Mas nos tempos de luta que atravessamos podemos e devemos, como sugere a *Commune*, recriar uma cultura de protesto independente dos poderes estabelecidos. Podemos e devemos arregaçar as mangas em todas as frentes de combate.

## A lei de Louisiana

No programa da SIC «Toda a Verdade» foi apresentada uma reportagem arrepiante sobre o actual quotidiano que se vive na cidade de New Orleans, no Estado norte-americano de Louisiana. A situação tem como pano de fundo a alta taxa de criminalidade que atinge a cidade, com trágico protagonismo de jovens negros organizados em *gangs* que assaltam automobilistas para lhes roubarem os carros e, posteriormente, os venderem. A violência desses assaltos tem levado, frequentemente ao assassinio indiscriminado das vítimas, não poupando mulheres nem crianças. E foi, precisamente, o assassinio de uma criança no interior do automóvel conduzido pela mãe que levou os legisladores do Estado da Louisiana a implementar uma lei que considera «legítima defesa» o abate a tiro, por parte dos automobilistas de New Orleans ou do Estado da Louisiana, de qualquer indivíduo que se aproxime da sua viatura com «ar suspeito». A reportagem, realizada por uma equipa de televisão britânica, mostra diversos pontos de vista,

## PONTOS CARDEAIS

desde o dos legisladores ao das eventuais vítimas, todos concordando com a lei. A discordância veio apenas de alguns advogados de defesa, que consideram a nova legislação um convite ao uso indiscriminado e abusivo das armas, enquanto a única voz que se ergueu, pondo o dedo na ferida, foi precisamente o da mãe norte-americana a quem o assassinio do filho bebé serviu de pretexto para a aprovação da nova lei de «autodefesa» dos automobilistas. Afirmou a senhora, horrorizada e sem tergiversações, que a verdadeira causa da alta taxa de criminalidade verificada nas estradas e no Estado da Louisiana era a miséria extrema da sua população negra, onde as crianças nasciam e cresciam carentes de tudo: casa, família, educação, valores morais, amor-próprio e respeito pelos outros. O combate ao crime - defendia a senhora - passa pelo combate à miséria e à brutal desigualdade socioeconómica na Louisiana, e não pelo recurso indiscriminado à violência. Confrontado com este ponto de vista, o legislador

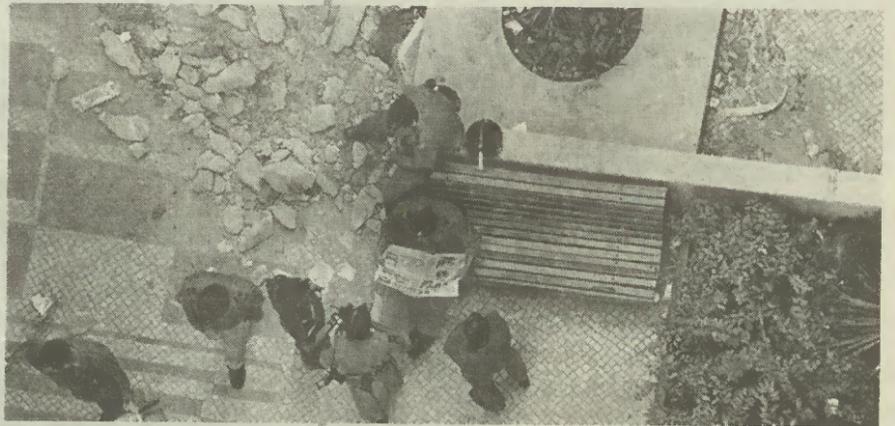
encolhia os ombros e respondia: isso pode funcionar lá na Europa, aqui há que distinguir os cidadãos cumpridores dos criminosos. Como se a criminalidade fosse uma doença atávica... Atávica, sim, é a lei da selva na visão capitalista.

### A tragédia da América Central

O furacão «Mitch» - um dos mais devastadores que, neste século, assolou a América Central - desencadeou uma tragédia cujos números e extensão continuam por calcular. Todos os dias crescem os sinistros balanços do número de mortos, que já vão para além dos 30 mil, enquanto a miséria socioeconómica dos países da zona salta, em carne viva, no meio de infundáveis destroços. Há cidades, vilas e aldeias quase completamente arrasadas, evidenciando não apenas a violência do furacão mas também a fragilidade da maioria das construções, as redes viárias foram varridas como areia na praia e nem capitais, como Tegucigalpa,

nas Honduras, resistiram minimamente à fúria dos elementos. Nas operações de socorro a miséria veio de novo ao de cima, mostrando países sem infra-estruturas capazes de acorrer com um mínimo de eficácia a uma crise destas dimensões, quer se fale da falta de meios aéreos, de hospitais ou de redes de protecção civil, ficando à mercê da esmola internacional.

Nessa esmola surge a ajuda humanitária dos EUA, que se têm limitado a enviar alguns helicópteros para a zona e algumas toneladas de alimentos e roupas, mostrando um empenhamento muito, muito abaixo do que, ao longo de



décadas, têm tido na exploração desenfreada de todos os recursos naturais destes países, onde o capital norte-americano detém a generalidade dos meios e dos instrumentos de produção. Entretanto, há um pormenor curioso, na cobertura informativa desta imensa tragédia. Toda a gente fala, naturalmente, no drama das destruições nas Honduras, na Nicarágua, em El Salvador, etc., e também todos parecem ter esquecido algo que também foi noticiado, embora ocupando espaço reduzido nos noticiários: o furacão «Mitch» também passou por Cuba, com a mesma violência dos seus ventos a mais de 200 quilómetros/hora, mas praticamente não causou vítimas mortais porque, na previsão meteorológica da tragédia que se aproximava, o governo cubano fez deslocar em poucas horas mais de 600 mil pessoas, que retirou da rota do furacão e pôs a salvo, em locais e zonas protegidas. Foi graças a isso, e apenas a isso, que o furacão «Mitch» «poupou» o povo cubano, embora tenha igualmente devastado a ilha. É curioso que tantos órgãos de comunicação social, ainda recentemente tão empenhados em procurar denegrir o regime cubano a propósito da Cimeira Ibero-Americana realizada no Porto, tenham repentinamente «esquecido» Cuba no meio do furacão «Mitch»...

## PONTOS NATURAIS

■ Mário Castrim

### Lisboa, verbo amar

#### Mirinstante

Mirante  
num dia  
em Santa Luzia

instante  
que exalto  
tão alto  
do chão  
da cidade

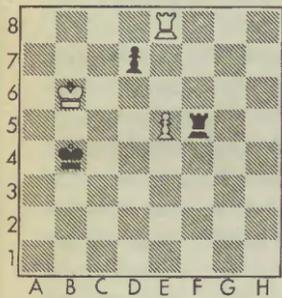
ao sol antigo  
poeta mendigo  
que estende a mão  
à claridade

## XADREZ

DCLXXXII - 12 DE NOVEMBRO DE 1998  
PROPOSIÇÃO N.º 1998X45

Por: Alexis Selesniev  
1940

Pr.: [3]: Pd7 - Tf5 - Rb4  
Br.: [3]: Pe5 - Tf8 - Rb6



Brancas jogam e ganham

\*\*\*

SOLUÇÃO DO N.º 1998X45 [A.S.]

1. Rç7!, Tf7; 2. Rd6, Rç4; 3. Td8, Rd4; 4. e6!, d6; 5. R:é6+ e g. 1. .... Rç5; 2. R:d7, Rd5; 3. e6, Rf6; 4. Ta8, T:é6; 5. Ta5+ e g.

A. de M. M.

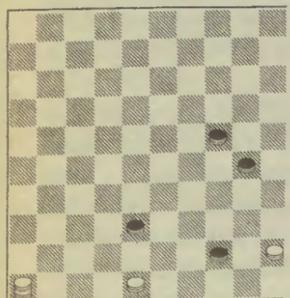
## DAMAS

DCLXXXII - 12 DE NOVEMBRO DE 1998  
PROPOSIÇÃO N.º 1998D45

Por: J. Maubon França, [Damier Catalan]  
1971 [?] [Partida amigável]

Pr.: [4]: 24-30-38-44

Br.: [3]: 45-(46)-48



Brancas jogam e ganham

\*\*\*

SOLUÇÃO DO N.º 1998D45 [J.M.]

1. 45-40!, 40x35; 2. 46-23, (24-29); 3. 23x25, (35-40); 4. 25-39, (40-45); 5. 39-50x25; 6. 4. .... 40x35; 7. 40x35; 8. 40x35; 9. 40x35; 10. 40x35; 11. 40x35; 12. 40x35; 13. 40x35; 14. 40x35; 15. 40x35; 16. 40x35; 17. 40x35; 18. 40x35; 19. 40x35; 20. 40x35; 21. 40x35; 22. 40x35; 23. 40x35; 24. 40x35; 25. 40x35; 26. 40x35; 27. 40x35; 28. 40x35; 29. 40x35; 30. 40x35; 31. 40x35; 32. 40x35; 33. 40x35; 34. 40x35; 35. 40x35; 36. 40x35; 37. 40x35; 38. 40x35; 39. 40x35; 40. 40x35; 41. 40x35; 42. 40x35; 43. 40x35; 44. 40x35; 45. 40x35; 46. 40x35; 47. 40x35; 48. 40x35; 49. 40x35; 50. 40x35; 51. 40x35; 52. 40x35; 53. 40x35; 54. 40x35; 55. 40x35; 56. 40x35; 57. 40x35; 58. 40x35; 59. 40x35; 60. 40x35; 61. 40x35; 62. 40x35; 63. 40x35; 64. 40x35; 65. 40x35; 66. 40x35; 67. 40x35; 68. 40x35; 69. 40x35; 70. 40x35; 71. 40x35; 72. 40x35; 73. 40x35; 74. 40x35; 75. 40x35; 76. 40x35; 77. 40x35; 78. 40x35; 79. 40x35; 80. 40x35; 81. 40x35; 82. 40x35; 83. 40x35; 84. 40x35; 85. 40x35; 86. 40x35; 87. 40x35; 88. 40x35; 89. 40x35; 90. 40x35; 91. 40x35; 92. 40x35; 93. 40x35; 94. 40x35; 95. 40x35; 96. 40x35; 97. 40x35; 98. 40x35; 99. 40x35; 100. 40x35; 101. 40x35; 102. 40x35; 103. 40x35; 104. 40x35; 105. 40x35; 106. 40x35; 107. 40x35; 108. 40x35; 109. 40x35; 110. 40x35; 111. 40x35; 112. 40x35; 113. 40x35; 114. 40x35; 115. 40x35; 116. 40x35; 117. 40x35; 118. 40x35; 119. 40x35; 120. 40x35; 121. 40x35; 122. 40x35; 123. 40x35; 124. 40x35; 125. 40x35; 126. 40x35; 127. 40x35; 128. 40x35; 129. 40x35; 130. 40x35; 131. 40x35; 132. 40x35; 133. 40x35; 134. 40x35; 135. 40x35; 136. 40x35; 137. 40x35; 138. 40x35; 139. 40x35; 140. 40x35; 141. 40x35; 142. 40x35; 143. 40x35; 144. 40x35; 145. 40x35; 146. 40x35; 147. 40x35; 148. 40x35; 149. 40x35; 150. 40x35; 151. 40x35; 152. 40x35; 153. 40x35; 154. 40x35; 155. 40x35; 156. 40x35; 157. 40x35; 158. 40x35; 159. 40x35; 160. 40x35; 161. 40x35; 162. 40x35; 163. 40x35; 164. 40x35; 165. 40x35; 166. 40x35; 167. 40x35; 168. 40x35; 169. 40x35; 170. 40x35; 171. 40x35; 172. 40x35; 173. 40x35; 174. 40x35; 175. 40x35; 176. 40x35; 177. 40x35; 178. 40x35; 179. 40x35; 180. 40x35; 181. 40x35; 182. 40x35; 183. 40x35; 184. 40x35; 185. 40x35; 186. 40x35; 187. 40x35; 188. 40x35; 189. 40x35; 190. 40x35; 191. 40x35; 192. 40x35; 193. 40x35; 194. 40x35; 195. 40x35; 196. 40x35; 197. 40x35; 198. 40x35; 199. 40x35; 200. 40x35; 201. 40x35; 202. 40x35; 203. 40x35; 204. 40x35; 205. 40x35; 206. 40x35; 207. 40x35; 208. 40x35; 209. 40x35; 210. 40x35; 211. 40x35; 212. 40x35; 213. 40x35; 214. 40x35; 215. 40x35; 216. 40x35; 217. 40x35; 218. 40x35; 219. 40x35; 220. 40x35; 221. 40x35; 222. 40x35; 223. 40x35; 224. 40x35; 225. 40x35; 226. 40x35; 227. 40x35; 228. 40x35; 229. 40x35; 230. 40x35; 231. 40x35; 232. 40x35; 233. 40x35; 234. 40x35; 235. 40x35; 236. 40x35; 237. 40x35; 238. 40x35; 239. 40x35; 240. 40x35; 241. 40x35; 242. 40x35; 243. 40x35; 244. 40x35; 245. 40x35; 246. 40x35; 247. 40x35; 248. 40x35; 249. 40x35; 250. 40x35; 251. 40x35; 252. 40x35; 253. 40x35; 254. 40x35; 255. 40x35; 256. 40x35; 257. 40x35; 258. 40x35; 259. 40x35; 260. 40x35; 261. 40x35; 262. 40x35; 263. 40x35; 264. 40x35; 265. 40x35; 266. 40x35; 267. 40x35; 268. 40x35; 269. 40x35; 270. 40x35; 271. 40x35; 272. 40x35; 273. 40x35; 274. 40x35; 275. 40x35; 276. 40x35; 277. 40x35; 278. 40x35; 279. 40x35; 280. 40x35; 281. 40x35; 282. 40x35; 283. 40x35; 284. 40x35; 285. 40x35; 286. 40x35; 287. 40x35; 288. 40x35; 289. 40x35; 290. 40x35; 291. 40x35; 292. 40x35; 293. 40x35; 294. 40x35; 295. 40x35; 296. 40x35; 297. 40x35; 298. 40x35; 299. 40x35; 300. 40x35; 301. 40x35; 302. 40x35; 303. 40x35; 304. 40x35; 305. 40x35; 306. 40x35; 307. 40x35; 308. 40x35; 309. 40x35; 310. 40x35; 311. 40x35; 312. 40x35; 313. 40x35; 314. 40x35; 315. 40x35; 316. 40x35; 317. 40x35; 318. 40x35; 319. 40x35; 320. 40x35; 321. 40x35; 322. 40x35; 323. 40x35; 324. 40x35; 325. 40x35; 326. 40x35; 327. 40x35; 328. 40x35; 329. 40x35; 330. 40x35; 331. 40x35; 332. 40x35; 333. 40x35; 334. 40x35; 335. 40x35; 336. 40x35; 337. 40x35; 338. 40x35; 339. 40x35; 340. 40x35; 341. 40x35; 342. 40x35; 343. 40x35; 344. 40x35; 345. 40x35; 346. 40x35; 347. 40x35; 348. 40x35; 349. 40x35; 350. 40x35; 351. 40x35; 352. 40x35; 353. 40x35; 354. 40x35; 355. 40x35; 356. 40x35; 357. 40x35; 358. 40x35; 359. 40x35; 360. 40x35; 361. 40x35; 362. 40x35; 363. 40x35; 364. 40x35; 365. 40x35; 366. 40x35; 367. 40x35; 368. 40x35; 369. 40x35; 370. 40x35; 371. 40x35; 372. 40x35; 373. 40x35; 374. 40x35; 375. 40x35; 376. 40x35; 377. 40x35; 378. 40x35; 379. 40x35; 380. 40x35; 381. 40x35; 382. 40x35; 383. 40x35; 384. 40x35; 385. 40x35; 386. 40x35; 387. 40x35; 388. 40x35; 389. 40x35; 390. 40x35; 391. 40x35; 392. 40x35; 393. 40x35; 394. 40x35; 395. 40x35; 396. 40x35; 397. 40x35; 398. 40x35; 399. 40x35; 400. 40x35; 401. 40x35; 402. 40x35; 403. 40x35; 404. 40x35; 405. 40x35; 406. 40x35; 407. 40x35; 408. 40x35; 409. 40x35; 410. 40x35; 411. 40x35; 412. 40x35; 413. 40x35; 414. 40x35; 415. 40x35; 416. 40x35; 417. 40x35; 418. 40x35; 419. 40x35; 420. 40x35; 421. 40x35; 422. 40x35; 423. 40x35; 424. 40x35; 425. 40x35; 426. 40x35; 427. 40x35; 428. 40x35; 429. 40x35; 430. 40x35; 431. 40x35; 432. 40x35; 433. 40x35; 434. 40x35; 435. 40x35; 436. 40x35; 437. 40x35; 438. 40x35; 439. 40x35; 440. 40x35; 441. 40x35; 442. 40x35; 443. 40x35; 444. 40x35; 445. 40x35; 446. 40x35; 447. 40x35; 448. 40x35; 449. 40x35; 450. 40x35; 451. 40x35; 452. 40x35; 453. 40x35; 454. 40x35; 455. 40x35; 456. 40x35; 457. 40x35; 458. 40x35; 459. 40x35; 460. 40x35; 461. 40x35; 462. 40x35; 463. 40x35; 464. 40x35; 465. 40x35; 466. 40x35; 467. 40x35; 468. 40x35; 469. 40x35; 470. 40x35; 471. 40x35; 472. 40x35; 473. 40x35; 474. 40x35; 475. 40x35; 476. 40x35; 477. 40x35; 478. 40x35; 479. 40x35; 480. 40x35; 481. 40x35; 482. 40x35; 483. 40x35; 484. 40x35; 485. 40x35; 486. 40x35; 487. 40x35; 488. 40x35; 489. 40x35; 490. 40x35; 491. 40x35; 492. 40x35; 493. 40x35; 494. 40x35; 495. 40x35; 496. 40x35; 497. 40x35; 498. 40x35; 499. 40x35; 500. 40x35; 501. 40x35; 502. 40x35; 503. 40x35; 504. 40x35; 505. 40x35; 506. 40x35; 507. 40x35; 508. 40x35; 509. 40x35; 510. 40x35; 511. 40x35; 512. 40x35; 513. 40x35; 514. 40x35; 515. 40x35; 516. 40x35; 517. 40x35; 518. 40x35; 519. 40x35; 520. 40x35; 521. 40x35; 522. 40x35; 523. 40x35; 524. 40x35; 525. 40x35; 526. 40x35; 527. 40x35; 528. 40x35; 529. 40x35; 530. 40x35; 531. 40x35; 532. 40x35; 533. 40x35; 534. 40x35; 535. 40x35; 536. 40x35; 537. 40x35; 538. 40x35; 539. 40x35; 540. 40x35; 541. 40x35; 542. 40x35; 543. 40x35; 544. 40x35; 545. 40x35; 546. 40x35; 547. 40x35; 548. 40x35; 549. 40x35; 550. 40x35; 551. 40x35; 552. 40x35; 553. 40x35; 554. 40x35; 555. 40x35; 556. 40x35; 557. 40x35; 558. 40x35; 559. 40x35; 560. 40x35; 561. 40x35; 562. 40x35; 563. 40x35; 564. 40x35; 565. 40x35; 566. 40x35; 567. 40x35; 568. 40x35; 569. 40x35; 570. 40x35; 571. 40x35; 572. 40x35; 573. 40x35; 574. 40x35; 575. 40x35; 576. 40x35; 577. 40x35; 578. 40x35; 579. 40x35; 580. 40x35; 581. 40x35; 582. 40x35; 583. 40x35; 584. 40x35; 585. 40x35; 586. 40x35; 587. 40x35; 588. 40x35; 589. 40x35; 590. 40x35; 591. 40x35; 592. 40x35; 593. 40x35; 594. 40x35; 595. 40x35; 596. 40x35; 597. 40x35; 598. 40x35; 599. 40x35; 600. 40x35; 601. 40x35; 602. 40x35; 603. 40x35; 604. 40x35; 605. 40x35; 606. 40x35; 607. 40x35; 608. 40x35; 609. 40x35; 610. 40x35; 611. 40x35; 612. 40x35; 613. 40x35; 614. 40x35; 615. 40x35; 616. 40x35; 617. 40x35; 618. 40x35; 619. 40x35; 620. 40x35; 621. 40x35; 622. 40x35; 623. 40x35; 624. 40x35; 625. 40x35; 626. 40x35; 627. 40x35; 628. 40x35; 629. 40x35; 630. 40x35; 631. 40x35; 632. 40x35; 633. 40x35; 634. 40x35; 635. 40x35; 636. 40x35; 637. 40x35; 638. 40x35; 639. 40x35; 640. 40x35; 641. 40x35; 642. 40x35; 643. 40x35; 644. 40x35; 645. 40x35; 646. 40x35; 647. 40x35; 648. 40x35; 649. 40x35; 650. 40x35; 651. 40x35; 652. 40x35; 653. 40x35; 654. 40x35; 655. 40x35; 656. 40x35; 657. 40x35; 658. 40x35; 659. 40x35; 660. 40x35; 661. 40x35; 662. 40x35; 663. 40x35; 664. 40x35; 665. 40x35; 666. 40x35; 667. 40x35; 668. 40x35; 669. 40x35; 670. 40x35; 671. 40x35; 672. 40x35; 673. 40x35; 674. 40x35; 675. 40x35; 676. 40x35; 677. 40x35; 678. 40x35; 679. 40x35; 680. 40x35; 681. 40x35; 682. 40x35; 683. 40x3

## AGENDA

## Carlos Carvalhas em Borba

O Secretário-geral do PCP visita amanhã, sexta-feira, a partir das 16 horas, a 7.ª Festa da Vinha e do Vinho, em Borba



## Plenários de Militantes

### Em LISBOA

No próximo sábado, dia 14, às 15 horas, realizam-se plenários de freguesia para discussão dos resultados do Referendo e de outros aspectos da situação política nos Centros de Trabalho de Alcântara e Ajuda.

Com o mesmo objectivo reúne-se o plenário dos militantes da freguesia de Santo Condestável: quinta-feira, dia 19, às 21 horas, no Centro de Trabalho Pedro Soares (Rua Francisco Metrass, em Campo de Ourique).

### Em ALMADA

A célula da Lisnave/Gestnave agendou para hoje, quinta-feira, um plenário da célula, para discutir as leis laborais e a situação de empresa, assim como as reivindicações para 1999. A reunião tem início às 17 horas, no Centro de Trabalho Concelhio.

### No SEIXAL

Prosseguem neste fim-de-semana as assembleias preparatórias da VII Assembleia da Organização Concelhia do Seixal, marcada para 22 de Novembro. Eis o calendário divulgado:

- Organização local de **Miratejo**: dia 13 às 21h, na delegação da Junta de Freguesia;
- Organização da freguesia de **Corroios**: dia 14 às 15h, no CT local do PCP;
- Organização da freguesia da **Aldeia de Paio Pires**: dia 14 às 15h, no Paio Pires Futebol Clube;
- Organização da freguesia de **Arrentela**: dia 14 às 15h, no CT local do PCP;
- Organização da freguesia de **Amora**: dia 14 às 15h, no CT local do PCP;
- Organização local de **Pinhal de Frades**: dia 15 às 15h, no Centro de Saúde de Pinhal de Frades;
- Grupo de Junção "A" (Compelmada, Delpfi, Indlema, Elo): dia 14 às 15h30, no CT do Seixal;
- Célula da CM do Seixal: dia 12 às 17h30, no Centro de Trabalho do PCP.

## PAPINIANO CARLOS

### encontro com o homem e a obra

O Sector Intelectual do Porto do PCP promove na próxima sexta-feira, com início às 21h30, no espaço-convívio do Centro de Trabalho da Boavista, um encontro com o poeta Papiniano Carlos, celebrando os seus 80 anos de vida com música, palavras e amizade.



19.º  
aniversário

### VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Dia 13 às 22h  
Festa-convívio na sede da JCP

### VILA NOVA DE GAIA

Dia 14 às 21h  
Festa-convívio no CT do PCP

### SEIXAL

Dia 14 às 21h  
Noite de festa no CT do PCP

## Grande Noite de Fado

com Luís Alberto, Carlos Alberto  
e outros fadistas  
e o guitarrista Jorge Costa

Serviço de bar  
14 de Novembro às 21h  
CT do PCP - Quinta do Conde

## 7 de Novembro Revolução Socialista de Outubro

### JANTAR-MAGUSTO

no Centro de Trabalho da Av. Duque de Loulé  
com a participação de  
**DOMINGOS ABRANTES**  
Sexta-feira, 13 de Novembro - 20h

### JANTAR COMEMORATIVO

promovido pelo Sector Transportes da ORL  
no Centro de Trabalho Vitória  
com a participação de  
**ÁLVARO CUNHAL**  
Sexta-feira, 20 de Novembro - 19h30



### Hoje, dia 12, às 17h30, no Espaço Ágora (Cais do Sodré - Lisboa)

Debate sobre a actual situação em Timor-Leste  
promovido pelo CPPC  
com a participação do Conselho Nacional da Resistência Timorense,  
Associação Académica de Lisboa, Jornalistas

### Sábado, dia 14, às 15h30, no CPPC (R. Rodrigo da Fonseca, 56, 2.º - Lisboa)

Debate sobre a situação no Kosovo  
com a participação do jornalista Carlos Santos Pereira

## Branqueamento de capitais em questão

Realiza-se na quinta-feira, dia 19, às 17 horas, no Centro de Trabalho Vitória, uma sessão de lançamento da brochura com as comunicações e intervenções proferidas no Fórum «Droga: branqueamento de capitais em questão», recentemente promovido pelo PCP. Na ocasião, o camarada Francisco Lopes anunciará, em nome do PCP, orientações, medidas e iniciativas visando combater o branqueamento de capitais oriundos do tráfico de droga e de outras actividades ilícitas.

## Magusto convívio

Intervenção política  
no Centro de Trabalho  
de Rio de Mouro

Sábado, 14,  
às 16 horas

TELEVISÃO

Quinta, 12

RTP 1

08.00 Infantil  
10.00 Malha de Intrigas  
11.00 Praça da Alegria  
11.30 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.45 Consultório  
14.45 Esmeralda  
15.30 O Amigo Público  
18.15 País, País  
19.00 País Regiões  
20.00 Telejornal  
20.45 Contra Informação  
20.55 As Lições do Tonecas  
21.35 Maria Elisa  
23.25 Anúncios de Graça  
24.00 24 Horas  
00.50 Inimigo na Sombra  
(de Geoff Murphy, EUA/1992, com Rutger Hauer, Rebecca De Mornay, Ron Silver, Jonathan Banks, «Thriller» / Telefilme)

RTP 2

15.00 Informação Gestual  
15.40 Vidas Nocturnas  
(de Raoul Walsh, EUA/1940, com George Raft, Ann Sheridan, Alan Hale, Ida Lupino, Humphrey Bogart. Ver Destaque)  
17.30 Euronews  
18.00 Informação Religiosa  
18.30 O Planeta da Vida  
19.30 Um, Dó, Li, Tá  
21.00 Portugalmente  
21.30 Remate  
22.00 Jornal 2  
22.35 Acontece  
22.50 O Intendente Sansho  
(de Henji Mizoguchi, Jap./1954, com Kinuyo Tanaka, Yoshiaki Hanayaki, Kyoko Kagawa, Eitaro Shundo. Ver Destaque)  
00.50 Os 50 Anos do Estado de Israel

SIC

08.00 Buêrére  
12.00 Malucos do Riso  
12.30 Primeiro Jornal  
13.30 O Juiz Decide

Sexta, 13

RTP 1

08.00 Infantil  
10.00 Malha de Intrigas  
11.00 Praça da Alegria  
11.30 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.45 Consultório  
14.45 Esmeralda  
15.40 Chiquititas  
16.45 O Amigo Público  
18.15 País, País  
19.00 País Regiões  
19.15 Os Lobos  
20.00 Telejornal  
21.00 Jet Set  
21.30 Uma Casa em Fancos  
22.45 Serviço de Urgência  
23.40 Radar  
01.20 24 Horas  
02.10 Máquinas  
02.45 Os Estranguladores da Índia  
(de Nicholas Meyer, Gr.Br./1988, com Pierce Brosnan, Saeed Jaffrey, Shashi Kapoor. Aventuras)

RTP 2

15.00 Informação Gestual  
15.30 A Terra  
16.35 Os Invasores  
17.30 Euronews  
18.00 Informação Religiosa  
18.30 O Corpo Humano  
19.35 Um, Dó, Li, Tá  
21.00 Portugalmente  
21.30 Remate  
22.00 Jornal 2  
22.35 Acontece  
22.50 Noites Brancas  
(Underground, filme de Emir Kusturica, Alem.-Fr.-Hungria/1995, com Miki Manojlovic, Lazar Ristovski. Drama)

SIC

08.00 Buêrére  
12.30 Primeiro Jornal  
13.30 O Juiz Decide  
14.30 Fátima Lopes  
16.30 Buêrére  
17.40 Corpo Dourado

Sábado, 14

RTP 1

08.00 Infantil/Juvenil  
12.15 Made in Africa  
13.00 Jornal da Tarde  
13.40 Top +  
14.55 Espelho Meu  
15.30 Saber & Fazer  
16.10 O Rapaz e o Mundo  
16.40 Primeira Vez  
18.10 Estrada Viva  
18.45 Há Horas Felizes  
20.00 Telejornal  
20.55 Futebol: Campomaiorense-F.C. Porto  
23.00 Miguel Ângelo ao Vivo  
00.15 86-60-86  
01.15 24 Horas  
23.00 Morte  
(de Lewis Teague, EUA/1991, com Rutger Hauer, Mini Rogers, Joan Chen, James Remar, Stephen Tobolowsky, «Thriller»)

RTP 2

09.00 Universidade Aberta  
12.00 Shaka Zulu  
13.00 A Nave Vermelha  
13.30 Dinheiro Vivo  
14.00 Parlamento  
15.00 Desporto 2  
18.30 Caminho das Estrelas  
19.25 2001  
20.05 Manga  
20.30 Os Simpsons  
21.00 Fantástico Futuro  
22.00 Jornal 2  
22.35 O Lugar da História  
23.35 Allô, Allô!  
00.35 O Riso ao Poder  
01.05 A Caça às Borboletas  
(de Otav Iosseliani, Fr./1991, com Narda Blanchi, Pierrette Pompon Baillachev, Alexandre Tcherkassof. Ver Destaque)

SIC

08.00 Buêrére  
11.55 O Nosso Mundo  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 Silverado  
(de Lawrence Kasdan, EUA/1985, com Kevin Costner, Kevin Kline, Danny Glover, Rosanna Arquette, John Cleese. Ver Destaque)  
16.40 Xena  
17.50 Missão de Alto Risco  
(de Peter Hunt, EUA/1986, com Charles Bronson, Jill Ireland, Stephen Elliot, Jan Gan Boyd. Acção)

Domingo, 15

RTP 1

08.00 Infantil / Juvenil  
11.45 Companhia dos Animais  
12.20 Mais Saúde  
13.00 Jornal da Tarde  
13.40 Made in Portugal  
15.00 Que Vida Esta!  
16.05 Sub-26  
17.55 Em Nome da Justiça  
18.50 GLx  
19.30 Domingo Desportivo  
20.00 Telejornal  
20.55 Casa Cheia  
21.30 Docas  
22.45 Domingo Desportivo  
00.20 24 Horas  
01.00 Millennium

RTP 2

09.30 Novos Horizontes  
10.30 Missa  
11.30 Viagens  
13.30 Viúvas  
14.20 Sarilhos com Elas  
15.00 Desporto 2  
18.00 Jornal de África  
18.35 A História de Nikita  
19.20 Bom Bordo  
19.50 Os Simpsons  
20.15 Onda Curta  
(A Sereia, The Mermaid, de Alexander Petrov, Rússia/1996; Vizinhos, Neighbours, de Norman McLaren, Can./1952; Shock, de Zlatin Radev, Bulg./1996. Curtas Metragens)  
21.25 Artes e Letras - «David Hockney»  
22.00 Jornal 2  
22.30 Horizontes da Memória  
23.00 Olhos nos Olhos

SIC

08.00 Buêrére  
11.55 BBC - Vida Selvagem  
13.00 Primeiro Jornal  
13.45 Olha Quem Fala!  
(de Amy Heckerling, EUA/1989, com John Travolta, Kirstie Alley, Olympia Dukakis. Comédia)  
15.45 A Ilha Misteriosa  
16.45 Os Imortais  
18.00 Mr. World  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Chuva de Estrelas  
22.00 Ficheiros Clínicos  
23.00 Golpe da Meia-Noite  
(de Michael Ritchie, EUA/1992, com James Woods, Louis Gossett Jr., Bruce Dern. Drama)

Segunda, 16

RTP 1

08.00 Infantil  
10.00 Malha de Intrigas  
11.00 Praça da Alegria  
11.30 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.45 Consultório  
14.45 Esmeralda  
15.40 Chiquititas  
16.45 O Amigo Público  
18.15 País, País  
19.00 País Regiões  
19.15 Os Lobos  
20.00 Telejornal  
20.45 Contra Informação



Odete Santos de volta ao elenco de «Parlamento», ao sábado na RTP2

21.00 Nós, os Ricos  
21.35 Canções da Nossa Vida  
23.00 Vidas Proibidas (Ballet Rose)  
00.15 24 Horas

RTP 2

15.00 Informação Gestual  
15.40 Rumo ao Sul  
16.35 O Nosso Charly  
17.25 Açores  
18.00 Informação Religiosa  
18.30 Universidade Aberta  
19.00 Um, Dó, Li, Tá  
20.30 A Ponte de Brooklyn  
21.00 Portugalmente  
21.35 Remate  
22.00 Jornal 2  
22.35 Acontece  
22.50 Jornal Falado  
23.45 Dançando no Tempo  
00.35 A Noite com Jools Holland

SIC

08.00 Buêrére  
12.00 Malucos do Riso  
12.30 Primeiro Jornal  
13.30 O Juiz Decide  
14.30 Fátima Lopes  
16.30 Buêrére  
17.40 Corpo Dourado  
19.00 Pecado Capital  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Torre de Babel  
22.00 Roda de Milhões  
24.00 Toda a Verdade  
01.00 Último Jornal  
01.35 Noites Longas  
(O Dia dos Idiotas - Som Branco - Titicut Polles - Longas metragens)  
02.05 Vibrações

TVI

08.45 TVI Jornal  
09.10 S.O.S. Urgências  
10.00 Quase Modelo,  
Quase Detective  
10.45 Animação  
13.30 TVI Jornal  
14.20 Fascinação  
15.10 Mulher Perigosa  
16.00 Animação  
18.10 Pensacola  
19.00 Asas nos Pés  
20.00 As Novas Aventuras do Super-Homem  
21.00 Directo XXI  
22.00 Soldados da Justiça  
23.00 Luta Contra o Tempo  
(de Fred Gerber, EUA/1996, com Patty Duke, Richard Crenna, John Gries, Katy Boyer. Drama)  
00.50 Ai Que Vida!

Terça, 17

RTP 1

08.00 Infantil  
10.00 Malha de Intrigas  
11.00 Praça da Alegria  
11.30 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.45 Consultório  
14.45 Esmeralda  
15.40 Chiquititas  
16.45 O Amigo Público  
18.15 País, País  
19.00 País Regiões  
19.15 Os Lobos  
20.00 Telejornal



Odete Santos de volta ao elenco de «Parlamento», ao sábado na RTP2



O regresso de «Allô, Allô!»

21.00 Amigos  
21.35 Herman 98  
23.35 Reportagem: «Macau»  
00.40 24 Horas  
01.40 Rotações

RTP 2

15.00 Informação Gestual  
15.30 Pão, Amor e Totobola  
17.30 Euronews  
18.00 Informação Religiosa  
18.30 Uma Janela sobre a Natureza  
19.30 Um, Dó, Li, Tá  
20.30 Sylvan  
21.00 Portugalmente  
21.30 Remate  
22.00 Jornal 2  
22.35 Acontece  
22.50 Solares Portugueses  
23.20 Ler para Crer  
00.20 Nash Bridges

SIC

08.00 Buêrére  
12.00 Malucos do Riso  
12.30 Primeiro Jornal  
13.30 O Juiz Decide  
14.30 Fátima Lopes  
16.30 Vidas Cruzadas  
17.40 Corpo Dourado  
18.50 Era Uma Vez  
20.00 Jornal da Noite  
20.55 As 100 Fotos do Século  
21.00 Médico de Família  
22.00 Torre de Babel  
23.30 Nascido para Matar  
(de Stanley Kubrick, EUA/1987, com Matthew Modine, Adam Baldwin, Vincent d' Onofrio, Lee Ermy. Ver Destaque)  
01.40 Último Jornal  
02.15 Os Filhos da Guerra  
03.15 Vibrações

TVI

08.45 TVI Jornal  
09.10 S.O.S. Urgências  
10.00 Quase Modelo, Quase Detective  
10.45 Animação  
13.30 TVI Jornal  
14.20 Fascinação  
15.10 Mulher Perigosa  
16.00 Animação  
18.00 Flipper  
19.00 Asas nos Pés  
20.00 As Novas Aventuras do Super-Homem  
21.00 Directo XXI  
22.00 Ally McBeal  
23.00 Amazônia a Ferro e Fogo  
(de John Frankenheimer, EUA/1994, com Raul Julia, Sónia Braga, Edward James Olmos. Ver Destaque)  
01.15 Ai Que Vida!  
01.45 Lanterna Mágica  
02.20 Ponto Final

Quarta, 18

RTP 1

08.00 Infantil  
10.00 Malha de Intrigas  
11.00 Praça da Alegria  
11.30 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.45 Consultório  
14.45 Esmeralda  
15.40 Chiquititas  
16.45 O Amigo Público  
18.15 País, País  
19.00 País Regiões  
19.15 Os Lobos  
20.00 Telejornal  
20.55 Contra Informação



Odete Santos de volta ao elenco de «Parlamento», ao sábado na RTP2

20.55 Futebol: Portugal-Israel  
23.00 Metro  
(de Thomas Carter, EUA/1997, com Eddie Murphy, Michael Rapaport, Michael Wincott, Carmen Ejogo, Denis Arndt. Ver Destaque)  
01.10 24 Horas

RTP 2

15.00 Informação Gestual  
15.40 Derrick  
16.35 Páginas Negras de Patricia Highsmith  
17.30 Euronews  
18.00 Informação Religiosa  
18.30 Os Aventureiros  
19.30 Um, Dó, Li, Tá  
19.30 Hugo  
21.00 Portugalmente  
21.35 Remate  
22.00 Jornal 2  
22.35 Acontece  
22.50 Sinais do Tempo  
23.45 Carlos Cruz  
00.45 Dharma e Greg

SIC

08.00 Buêrére  
12.00 Malucos do Riso  
12.30 Primeiro Jornal  
13.30 O Juiz Decide  
14.30 Fátima Lopes  
16.30 Buêrére  
17.40 Corpo Dourado  
19.00 Pecado Capital  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Um Sarilho Chamado Marina  
21.30 Torre de Babel  
22.30 Casos de Polícia  
23.45 A Verdade Absoluta  
00.45 Último Jornal  
01.10 Conversas Secretas  
02.40 Vibrações

TVI

08.45 TVI Jornal  
09.10 S.O.S. Urgências  
10.00 Quase Modelo, Quase Detective  
10.45 Animação  
13.30 TVI Jornal  
14.20 Fascinação  
15.10 Mulher Perigosa  
16.00 Animação  
18.00 Flipper  
19.00 Asas nos Pés  
20.00 As Novas Aventuras do Super-Homem  
21.00 Directo XXI  
22.00 Ally McBeal  
23.00 Amazônia a Ferro e Fogo  
(de John Frankenheimer, EUA/1994, com Raul Julia, Sónia Braga, Edward James Olmos. Ver Destaque)  
01.15 Ai Que Vida!  
01.45 Lanterna Mágica  
02.20 Ponto Final

Nota:  
A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.



Paula Moura Pinheiro à descoberta de Lisboa em «GLx»



Em «Saber & Fazer», Maria Proença procura recuperar tradições para os nossos hábitos na casa e na culinária

14.30 Fátima Lopes  
16.30 Buêrére  
17.40 Corpo Dourado  
19.00 Pecado Capital  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Torre de Babel  
22.00 Portugal Fashion  
23.15 Grande Reportagem  
00.45 Último Jornal  
01.20 Sentinela  
02.40 Vibrações

TVI

08.45 TVI Jornal  
09.10 S.O.S. Urgências  
10.00 Quase Modelo, Quase Detective  
10.45 Animação  
13.30 TVI Jornal  
14.20 Fascinação  
15.10 Mulher Perigosa  
16.00 Animação  
18.10 Pensacola  
19.00 Asas nos Pés  
20.00 As Novas Aventuras do Super-Homem  
21.00 Directo XXI  
22.00 Ficheiros Secretos  
23.00 O Apocalipse  
(de Hubert de la Brouillerie, EUA/1996, com Sandra Bernhard, Cameron Dye, Frank Zagarino, Matt McCoy. Ficção Científica)  
01.20 Ai Que Vida!  
02.10 Desporto  
02.50 Capas Negras  
(de Armando de Miranda, Port./1947, com Amélia Rodrigues, Alberto Ribeiro, Artur Agostinho, Barroso Lopes. Comédia)

19.00 Pecado Capital  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Bom Baião  
21.30 Ponto de Encontro  
22.30 Torre de Babel  
23.30 Afrodísia  
24.00 Donos da Bola  
03.00 Último Jornal  
04.00 Vibrações

TVI

08.45 TVI Jornal  
09.10 S.O.S. Urgências  
10.00 Quase Modelo, Quase Detective  
10.45 Animação  
13.30 TVI Jornal  
14.20 Fascinação  
15.10 Mulher Perigosa  
16.00 Animação  
18.10 Pensacola  
19.00 Asas nos Pés  
20.00 As Novas Aventuras do Super-Homem  
21.00 Directo XXI  
22.00 Primeira Vaga  
23.00 Polícias e Ladrões  
24.00 O Poeta  
(de Peter Levin, EUA/1995, com Bruce Davison, Clayton Rohner, James Pickens Jr., Dann Florek, Ann Haney. Drama)  
02.00 Ai Que Vida!  
02.30 Ponto Final  
02.55 Dois Dias no Paraíso  
(de Arthur Duarte, Port./1957, com Milú, Virgílio Castelo, António Silva, Carmen Mendes, Costinha. Comédia)

20.00 Jornal da Noite  
21.00 Mundo VIP  
22.00 Big Show Sic  
01.00 Raven  
02.20 Último Jornal  
02.55 Reporter Indiscreto  
(de Howard Franklin, EUA/1993, com Joe Pesci, Barbara Hershey, Brian Travis Smith, Richard Riehele. Ver Destaque)

TVI

08.45 TVI Jornal  
09.10 S.O.S. Urgências  
10.00 Animação  
13.35 Contra-Ataque  
14.40 Feedback  
15.35 Sétimo Céu  
16.35 Travesti  
(de Christopher Monger, Gr.Br./1991, com Julie Waters, Adrian Pasdar, Paul Freeman. Comédia Dramática)  
19.00 Acção em Acapulco  
20.00 Flipper  
21.00 Directo XXI  
22.00 Mulher em Fuga  
(de John Patterson, EUA/1994, com Joanna Kerns, John Shea, Katy Boyer, Lee Garlington. Drama)  
24.00 Uma Questão de Respeito  
(de Ernest R. Dickenson, EUA/1992, com Omar Epps, Jermaine Hopkins, Khall Kain, Tupac Shakur. Drama)  
02.00 Perdeu-se um Marido  
(de Henrique Campos, Port./1957, com António Silva, Laura Alves, Virgílio Castelo, Josefina Silva, Costinha. Comédia)

00.20 Último Jornal  
01.50 Futebol: Benfica-Braga  
03.40 Portugal Radical

TVI

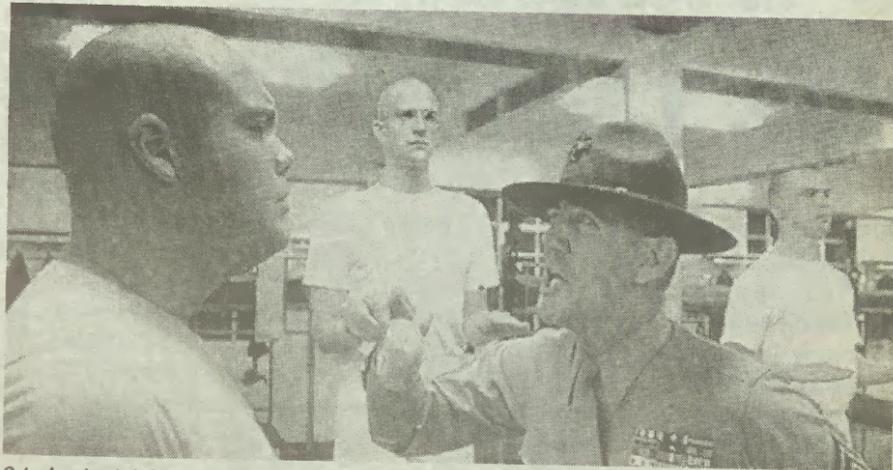
10.00 Animação  
10.30 Novos Ventos  
11.00 Missa  
13.00 Portugal Português  
14.00 Geo: Os Olhos do Mundo  
15.00 Adultos à Força  
16.00 Aventureiros do Fim do Mundo  
(de Brian G. Hutton, EUA/1983, com Tom Selleck, Bess Armstrong, Jack Weston. Aventuras)  
18.30 A Lenda de Guilherme Tell  
19.30 Futebol (Campeonato Italiano)  
21.15 Directo XXI  
22.00 O Rosto da Lei  
23.00 Rapto  
(de Larry Pearce, EUA/1995, com Victoria Principal, Robert Hay, Christopher Lawford, William Greenblatt. Drama)  
01.45 O Cantor e a Bailarina  
(de Armando de Miranda, Port./1960, com Nancy Rinaldi, Domingos Marques, Zeloni, Manuel Santos Carvalho. Melodrama)

## TELEVISÃO

## Por isto e por aquilo...



Um fotograma de «O Intendente Sansho», uma obra-prima de Kenji Misoguchi



O treino brutal dos marines em «Nascido Para Matar», de Stanley Kubrick

**Vidas Nocturnas** (Quinta, 15.40, RTP2)

Mais um exemplar interessante da vaga de fundo do grande cinema norte-americano dos anos 40. Aqui, estamos perante um melodrama rodeado de fortes implicações sociais - a dura vida dos camionistas que transportam as mercadorias para os mercados durante a madrugada e os seus conflitos e confrontos com patrões implacáveis. Um filme bem encenado por **Raoul Walsh** e com excelentes diálogos de **Jerry Wald** e **Richard Macaulay** a cargo de um brilhante naipe de intérpretes, entre os quais, **George Raft**, **Ann Sheridan**, **Ida Lupino** ou **Humphrey Bogart**. Chega?

**O Intendente Sansho**

(Quinta, 22.50, RTP2)

Por ter ousado desafiar a corrupção que imperava, um governador da província de Tairo é expulso das suas funções e transferido para Tsukushi, sendo a sua mulher e dois filhos interceptados no caminho ao seu encontro, vendidos como escravos e, por sua vez, apartados uns dos outros. Uma trajectória a todos os níveis trágica revela-nos a separação dramática de uma família em pleno feudalismo japonês no século XI, filmada com as impressionantes delongas e o habitual brilhantismo formal por um dos maiores cineastas da História do Cinema, **Kenji Misoguchi**, aqui revelado na série de programas «No Meu Cinema» sob a responsabilidade de **João Bénard da Costa**. Se bem que repleta de cenas quase insuportáveis, o lirismo das imagens de *O Intendente Sansho* é de tal ordem que chega a ser transcendente, atingindo uma rara perfeição e permitindo que nos identifiquemos totalmente com aquela mãe em busca dos seus dois filhos.

**Silverado** (Sábado, 14.00, SIC)

Com um elenco irrepreensível e um habilíssimo argumento dos irmãos **Kasdan** (**Mark** e **Lawrence**) este filme, realizado com brilhantismo pelo segundo, chegou às salas de cinema em meados da década de 80, após longos anos de eclipse do *western*. E logo se percebeu constituir como que uma homenagem a um género glorioso do cinema clássico americano, um desenvolvimento e criativo *pastiche* dos ingredientes dramáticos (e cómicos) que encontramos nos seus melhores exemplos. História movimentada que nos fala da construção de amizades entre aventureiros solitários que o acaso faz cruzar, não falta também aqui a conjugação de esforços dos «justiceiros» para enfrentar a corrupção e o autoritarismo de um grande rancheiro mancomunado com o *sheriff*... Enfim, um prazer para os olhos e para a memória.

**A Caça às Borboletas**

(Sábado, 01.05, RTP2)

Com este filme em tom de comédia poética, o célebre cineasta georgiano **Otar Iosseliani**, aqui a filmar na França, proporcione-nos, nas justas palavras do Boletim de Programas da RTP, «um olhar nostálgico e quase encantatório sobre um universo em

decomposição e sobre a morte de valores como a tradição, a espiritualidade ou a arte de viver. Duas velhas e aristocráticas senhoras num imenso castelo, um grupo de discípulos de Krishna, um marajá indiano ou investidores japoneses no meio de uma França rural, pacata e em vias de se transformar radicalmente, só nas mãos e através da câmara de Iosseliani fariam sentido».

**Repórter Indiscreto** (Sábado, 02.20, SIC)

Inspirado pela vida real de um famoso fotógrafo, este filme de **Howard Franklin** conta-nos a história e as peripécias de um repórter fotográfico nas ruas de Nova Iorque, em plenos anos 40, em busca de assuntos escabrosos e motivos no submundo da noite que alimentem os seus trabalhos sensacionalistas para os jornais tabloides. Até que o acaso o faz cruzar com uma mulher, daqui nascendo um caso de amor que vai ter as mais inesperadas consequências. Com brilhantes interpretações de **Joe Pesci** e **Barbara Hershey**, *Repórter Indiscreto* é um convincente retrato da vida real de uma época, repleta de personagens inimagináveis, e com uma marcante atmosfera, documentada aliás em fotos originais de **Weegee**, embora a história de amor seja um pouco forçada e nem sempre tenha força para se impor.

**Nascido Para Matar** (Terça, 23.30, SIC)

Filmado em Inglaterra, terra de «exílio» do cineasta norte-americano **Stanley Kubrick**, seu realizador, este filme tem um argumento baseado no romance *The Short Timers* da autoria de **Gustav Hasford**. No fundamental, o filme divide-se em duas grandes secções: na primeira, assistimos ao treino brutal e à enormidade dos comportamentos que presidem à preparação, nas instalações de *Parris Island*, dos jovens fuzilheiros navais prestes a ser enviados

para o teatro de guerra no Vietname; na segunda, algo inferior à primeira, somos confrontados, mais uma vez, com os dramas e a brutalidade de uma guerra sem nome. Entretanto, a direcção de **Kubrick** e, mais uma vez, a forma como ele nos faz participar do tema recorrente da desumanização, comum a tantas das suas melhores obras para o cinema, tornam imprescindível o visionamento deste filme.

**Metro** (Quarta, 21.35, RTP1)

Segundo se pode depreender pelas referências consultadas, o único pretextado para suportar este sofrível filme de acção - de forma alguma «urgente» na programação cinematográfica do horário nobre do primeiro canal do nosso serviço público de televisão - talvez seja, mesmo independentemente dos seus habituais tiques de representação, a interpretação de **Eddie Murphy**, na pele de um homem de «profissão» bem invulgar: intervir, em casos de assaltos com reféns, como intermediário nas negociações entre assaltantes e o Departamento de Polícia de S. Francisco...

**Amazónia a Ferro e Fogo**

(Quarta, 23.00, TVI)

Realizado para a televisão por cabo norte-americana, este filme é desconhecido entre nós no circuito comercial mas o seu tema não deixa de despertar o maior dos interesses: trata-se da cinematização da vida e da luta da figura lendária e brutalizada de **Chico Mendes**, criminosamente abatido pelos poderosos ao procurar encabeçar a luta pela protecção da Amazónia e dos seus filhos desprotegidos da sorte. A realização é de **John Frankenheimer** e o papel principal está a cargo de **Raul Julia**, que faleceria pouco tempo depois. A descobrir.

## CABO &amp; SATÉLITE

**A vida de um grande escritor brasileiro**

Nesta próxima sexta-feira, começa a ser transmitida no canal brasileiro **GNT** uma série de cinco programas dedicados à vida e obra de um grande nome das letras em língua portuguesa - o escritor brasileiro **Guimarães Rosa**. Intitulada «Os Nomes do Rosa», esta série debruça-se sobre as principais obras do grande escritor e sobre as histórias (muitas delas reais) que estiveram na base destas, bem como sobre as principais personagens do universo ficcional de **Guimarães Rosa**. (GNT, às sextas-feiras, entre as 22 e as 23 horas)



18 horas) na mesma frequência do **Arte**, vai transmitir no próximo Domingo um documentário sobre **Martin Luther King**. Com a presença em estúdio de **Laurent Bouvet** e **Pierre Melandri**, que o comentarão, o filme retrata o percurso do pastor baptista afro-americano, nascido em Atlanta em 1929. Foi ele que dirigiu a **Southern Christian Leadership Conference** e que sempre se pronunciou pela não-violência na acção ao reivindicar a integração dos negros americanos na sociedade - tendo sido abatido pela mesma violência que recusou durante toda a sua vida e luta.

**Duas extraordinárias vozes femininas**

Também no próximo Domingo, o canal franco-alemão **Arte** transmite um concerto inteiramente preenchido com cânticos *gospel*. Neste concerto participarão os coros do

**Metropolitan Opera** de Nova Iorque. Mas o destaque maior vai para as vozes solistas. Elas serão duas sopranos de primeira grandeza: **Jessey Norman** e **Kathleen Battle**. A não perder, sobretudo pelos melómanos. (Arte, Domingo, das 18.00 às 18.45)



Barbara Hershey e Joe Pesci, em «Repórter Indiscreto», de Howard Franklin

**Um lutador pelos direitos cívicos**

Incluído na série «O Sentido da História», o canal francês **La Cinquième**, funcionando (até às

# O triunfo dos fantoches

O título desta crónica é perigoso, reconheço-o, mas confesso que não fui capaz de resistir à tentação de usá-lo. Antes do mais, porque é justo. O perigo decorre da circunstância de, propondo-me falar do referendo do passado domingo, sem dúvida o grande acontecimento televisivo dos dias mais recentes, poder ser precipitadamente entendido que o título alude desprimorosamente a Portas, a Marcelo, a mais alguns que se destacaram como pregadores e instigadores do «Não» com que os eleitores responderam às duas perguntas que lhe foram feitas. Contudo, nada mais errado: o título deve ser entendido, isso sim, em sentido literal.

Trata-se, de facto, de fantoches, embora não, naturalmente, de quaisquer fantoches. Trata-se dos fantoches da rubrica «Contra-Infamação», que desde muito cedo se destacaram como ferozes descredibilizadores do projecto regionalizador que foi proposto ao País, de resto como se têm mostrado descredibilizadores da vida democrática portuguesa tal como ela existe. E, quanto a este segundo ponto, recorde-se a infame pseudocaricatura da deputada Odete Santos (para o efeito utilizando uma marioneta que, ao que consta, nem tinha sido construída em intenção da visada) e o nome utilizado para designar o secretário-geral do PCP, escolhido de modo a corroborar uma das mais pertinazes detracções caluniosas lançadas desde há muito sobre os comunistas portugueses.

Dir-se-á talvez que estou a atribuir excessiva importância a um programa que não passa de uma brincadeira risonha. Creio, porém, que pensá-lo é incorrer numa ligeireza que estas coisas da televisão não consentem. Por um lado, é preciso lembrar que a generalidade do público, e designadamente do público português, é mais vulnerável aos «argumentos» que lhe saem ao caminho travestidos de boas piadas que aos que lhe são propostos com um ar muito sério em rubricas eventualmente fastidiosas. Por outro lado, é forçoso reparar em que «Contra-Infamação» tem uma audiência de 11,7%, que corresponde a ser seguido por perto de 1 milhão e 400 mil telespectadores, entrando em suas casas todos os dias úteis da semana. Que os seus bonecos tenham repetido ao longo de muitos dias fórmulas pejorativas do projecto regionalista só por miraculosa intervenção do santo protector das regiões, que por sinal parece nem existir, é que poderia não ter consequências.

## Os louros devidos

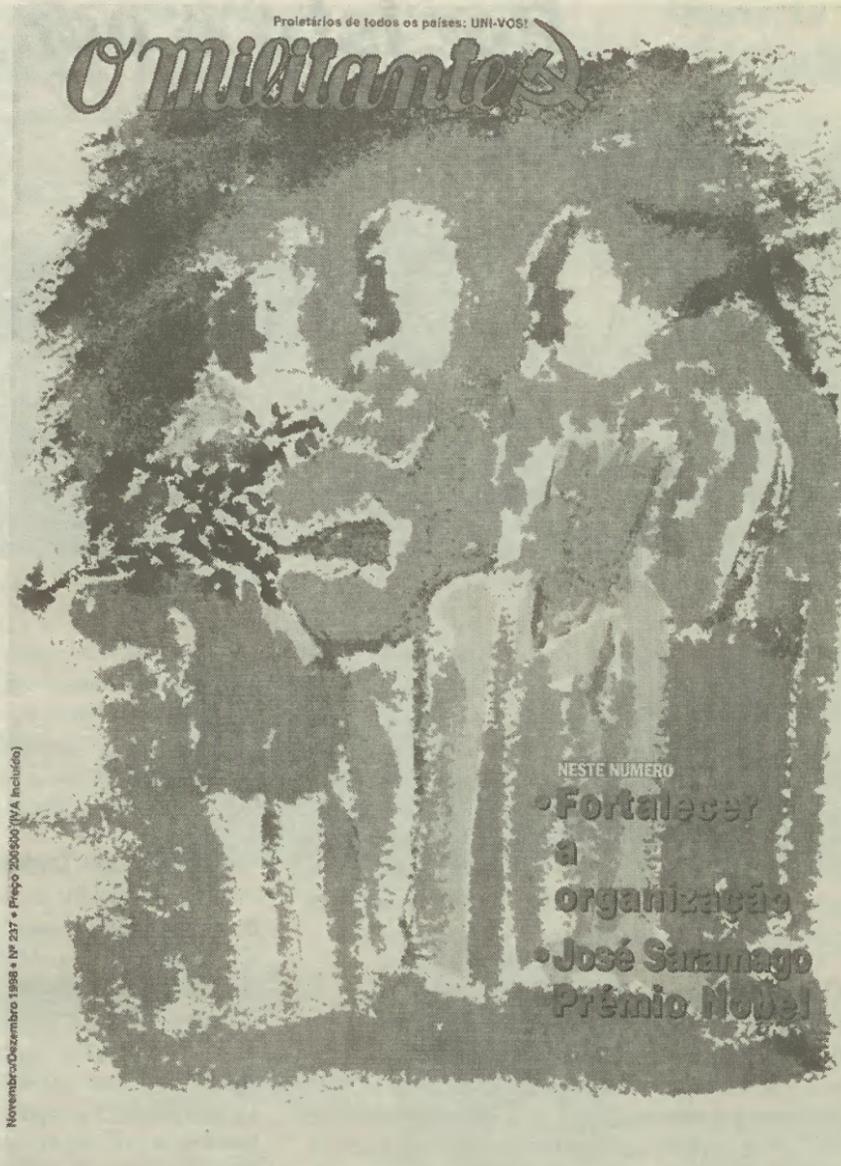
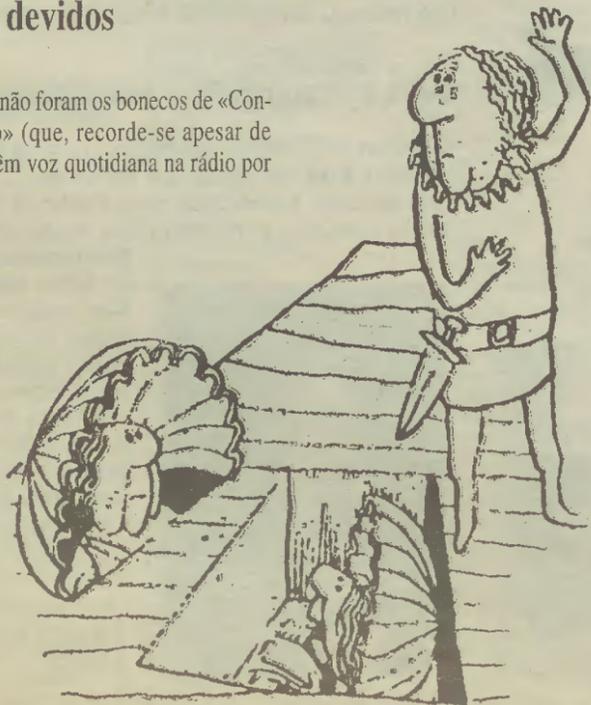
É claro que não foram os bonecos de «Contra-Infamação» (que, recorde-se apesar de tudo, também têm voz quotidiana na rádio por

intermédio da Antena 1) a decidirem o «Não». Bem se sabe que houve uma pré-campanha e uma campanha sem escrúpulos, de tal modo que António Mega Ferreira, contido apoiante do «Não», escreveu que «nunca a direita desceu tão baixo». O apelo a reflexos primários do eleitor, quer sugerindo que a regionalização iria «mexer no seu bolso» de forma pesada quer semeando a inveja miudinha perante os supostos «tachos» que outros iriam ter, assumiu inequívocos contornos antidemocráticos quando afirmou que os eleitos seriam corruptos (e logo vezes 8!) ao contrário, pelos vistos, dos que agora desempenham funções equivalentes por silenciosa nomeação dos governos. Do cortejo multidisciplinar de aldrabices lideradas por essa curiosíssima parilha constituída pelo professor Marcelo e pelo doutor Portas nem é preciso falar. Apesar de tudo isto, porém, seria

leviano esquecer a importante contribuição dada pelos tais fantoches. Por razões várias, de resto: são considerados ainda mais divertidos que Portas e Marcelo, e por isso mais apetecíveis, além de que aparentemente não são «políti-

cos». Isto de não se ser político, embora sendo-o de facto sob uma espécie de camuflagem que engana o comum das gentes, é cada vez mais decisivo para exercer com êxito o ofício rendoso de contrabandista de imposturas. Em suma: só por medonha injustiça se recusaria à «Contra-Infamação» a parte dos louros da vitória a que tem de facto direito.

Uma vez que o referendo já foi, pensar-se-á que tudo isto são águas passadas e é de todo ocioso estar aqui a tentar repassá-las. É quase verdade. A questão, porém, é que continuam, para lá do referendo, o País e os fantoches, os da «Contra-Infamação». Que estes vão continuar a bombardear mais de um milhão de portugueses, noite após noite, com larachas supostamente não políticas disparadas, como é inevitável, segundo a visão que quem está oculto por detrás dos fantoches tem da vida política nacional. Por mim, não tenho dúvidas em admitir que possam ser engraçadinhos para quem aprecie o género. Uma coisa, de qualquer modo, parece certa: os ocultos deuses que dão vida aos bonecos da «Contra-Infamação» não gostam dos «políticos», e gostam ainda menos de uns que de outros. É uma atitude que me suscita suspeitas, confesso-o, e não tenho dúvidas em pedir desculpa por ela. Mas tenho atenuantes. É que cresci e amadureci entre vozes públicas que tinham o mesmo hábito de achincalhar «os políticos». E por acaso também eram vozes de fantoches. Mas de carne e osso.



## Neste número já à venda

### SUMÁRIO

#### EM FOCO

1 O Prémio Nobel para José Saramago

#### ABERTURA

2 Fortalecer a Organização e a sua ligação ao meio onde actua

#### ORGANIZAÇÃO

4 Melhorar-reforçar a organização

#### LUTA

6 Uma batalha que vale a pena travar!  
9 O trabalho do Partido junto dos trabalhadores

#### REFERENDO/REGIONALIZAÇÃO

13 Demagogia e contradições do discurso do Não  
16 Atribuições, competências e regime financeiro

#### FESTA DO AVANTE!

19 Um grande êxito do Partido

#### INICIATIVAS DO PCP

21 Portugal 2000: O futuro em debate aberto

#### JUVENTUDE

23 Melhorar a formação política e ideológica  
25 A grande festa da juventude  
26 A participação dos jovens  
27 O mural é uma arma!

#### MEDIA E SOCIEDADE

29 Comunicação, informação e transformação social

#### SOCIAL

37 O que está em causa e as mentiras da direita  
40 Uma oportunidade de fazer cidade e equilibrar a vida urbana

#### ECONOMIA

43 Um sector público forte

#### INTERNACIONAL

46 "Globalização" e solidariedade internacionalista  
49 Rússia à beira da desintegração

#### CULTURA

52 Meios de comunicação: a nova mutação

#### AFORISMOS

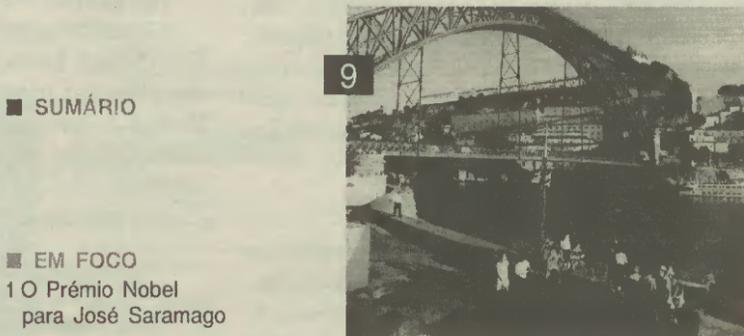
56 Máximas e reflexões

#### OFERTA DE LIVROS

57 Tempo de Subversão  
Páginas vividas da resistência

#### NOTAS E COMENTÁRIOS

59 Um "socialismo" anti-socialista...  
Veiga Simão, ministro do Governo PS. Uma Misericórdia na retaguarda...  
Cartazes contra a democracia. Católicos criticam membros da Igreja. O terrorismo não se combate com o terrorismo de Estado.



## ESCAPARATE

## Um aniversário de um concelho-modelo

Comemora-se nestes dias o 162.º aniversário do Concelho do Seixal com uma série de actividades de índole diversa que prosseguirão na próxima semana. Por exemplo, no domingo 15, pelas 11 horas, será inaugurado o Parque Habitacional da Cooperativa de Habitação da PSP em Pinhal de Frades, na Arrentela; na segunda-feira 16, às 9.30 horas está marcada a abertura do Fórum Seixal Saudável na Quinta da Valenciana, em Fernão Ferro, e às 18 horas será a VI Festa da Gastronomia, n' A Paragem, também em Fernão Ferro.

Mas reveste-se da maior importância a inauguração, hoje à noite, pelas 21.30, no Auditório Municipal do Fórum Cultural do Seixal do XV Encontro de Teatro do Seixal, uma realização artística e cultural que trará àquele concelho, tornando-as acessíveis ao público da Margem Sul do Tejo, algumas das companhias de teatro de maior reputação. O espectáculo de abertura, *Aos Que Nasceram Depois de Nós*, pelos Artistas Unidos, constitui também a comemoração do primeiro centenário de Bertolt Brecht, com encenação de Jorge Silva Melo e a participação, entre outros, de Lia Gama e Jorge Palma.

Nos restantes espectáculos integrados neste Encontro de Teatro do Seixal participarão as companhias Ostara Grupo com *O Futuro Está nos Ovos*, de Eugène Ionesco; Teatro ao Largo com *Barco Negro*; Teatro Novo com *O Diário de Um Louco*; o Projecto Ficções com *O Testemunho da Lua*; ou o grupo Seiva Trupe com o espectáculo *Ay, Carmela*.

Informações, programa detalhado e bilhetes no Auditório Municipal do Fórum Cultural do Seixal.

162.º Aniversário  
do Concelho  
6 de Novembro 1836 - 1998



Câmara Municipal do Seixal

## CANÇÕES

«Supply and Demand»,  
um espectáculo no Rivoli

Integrado no ciclo «Herança Brecht», realiza-se hoje e amanhã, às 24 horas, no Café Concerto do Teatro Rivoli (Porto), um recital de canções de Bertolt Brecht pelo duo constituído por Dagmar Krause e Douglas Finch. Em relação à primeira, famosa pelas improvisações vocálicas, as notas do programa dizem-nos que «nascida em Hamburgo, Alemanha, onde iniciou a sua carreira apenas com 14 anos nos nightclubs de Reeperbahn, tornou-se uma proeminente figura do avant-garde na Europa, aclamada nos

mais diversos festivais e elogiada por Evan Parker, Heiner Goebbels e Robert Wyatt, entre muitos outros músicos com quem trabalhou». Quanto a Douglas Finch, ele «tornou-se conhecido pela improvisação em concerto, normalmente baseada em temas dados pela audiência. (...) Enquanto compositor, os seus trabalhos a solo, música de câmara e música para orquestra foram interpretados e gravados por uma quantidade de formações, incluindo a Vancouver New Music e a CBC Radio».

## MÚSICA

## «Viena, Século Sem Fim»

Começou na passada segunda-feira, em Lisboa, o festival «Música em Novembro», ou dito e outra maneira, o «1.º Festival Internacional de Músicas Contemporâneas de Lisboa - 1998». Para estes próximos dias, estão programados os seguintes concertos e recitais sempre às 21.30 horas no Centro Cultural de Belém (Grande e Pequeno Auditório): hoje à noite, o Quarteto Arditi interpretará obras de Anton Webern e Alban Berg; no sábado 14, Gunde Jach Micko (violino) e Marino Formenti (piano), com o Klangforum Wien sob a direcção de Hans Zender, interpretarão obras de Alban Berg, Arnold Schoenberg e György Ligeti; no domingo 15, Salome Kammer (voz) e Benedikt Leitner (violoncelo), também com a Klangforum Wien sob a direcção de Pascal Rophé, interpretarão obras de António Chagas Rosa, Isabel Soveral, Bernard Lang e Michael Jarrell; na segunda 16, novamente Salome Kammer (voz), Florian Mueller (piano), Eva Furrer (flauta) e Marino Formenti (piano), ainda com a Klangforum Wien sob a direcção de Pascal Rophé, interpretarão obras de Olga Beauwirth, Beat Furrer, João Pedro Oliveira e Arnold Schoenberg; na terça 17, será a vez de actuarem Mireille Capelle (soprano), Miguel Henriques (piano) e Elizabeth Davis (percussão) com a Orquestra Sinfónica Portuguesa dirigida por António Saiote dar-nos-ão obras de Filipe Pires, António Pinho Vargas, João Pedro Oliveira e Luís de Freitas Branco; e, finalmente, neste espaço de sete dias, na quarta 18, a soprano Ana Paula Russo, com o pianista João Paulo Santos interpretarão peças de Arnold Schoenberg, Erich Wolfgang Korngold, Franz Schreker e Alexander von Zemlinsky. O Festival prosseguirá até 30 de Novembro.

## EXPOSIÇÕES

## Arte Postal em Santiago do Cacém

Foi inaugurada no passado dia 31 de Outubro na Sala de Exposições Temporárias do Museu Municipal, e manter-se-á patente ao público até 31 de Dezembro, a 1.ª Exposição Internacional de Arte Postal numa organização da Câmara Municipal de Santiago do Cacém através da sua Divisão Sociocultural. Segundo os promotores da exposição, «a Arte Postal Internacional ou MAIL-ART pressupõe "permanecer em comunicação", o mesmo é dizer, "estabelecer contacto através dos meios de comunicação, que vão do correio ao telex, fax ou computador». Esta primeira exposição está subordinada ao tema «O Automóvel» e assinala o aniversário da chegada em Outubro de 1985 do primeiro automóvel importado para Portugal e proveniente de Paris, encomendado por D. Jorge D'Avillez, jovem aristocrata de Santiago do Cacém. Estarão presentes nesta exposição mais de 80 participantes de oito países.

Último ciclo de «Lisboarte  
Contemporânea 97/98»

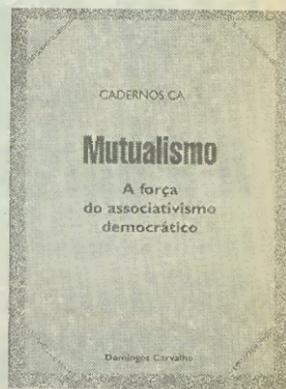
No próximo sábado 14, pelas 15 horas, inaugura-se o último ciclo de exposições simultâneas em algumas das principais galerias de arte de Lisboa, numa organização da Câmara Municipal de Lisboa e da Associação Portuguesa de Galerias de Arte já aqui referida aquando do seu primeiro ciclo. Participam neste último ciclo as Galerias Ara, São Bento, Novo Século, Monumental, Luís Serpa Projectos, Palmira Suso, São Francisco, Arte Periférica, Diferença, 1991-João Graça, 111, Miron-Trema e Ygreco.

## TEATRO

## Teatro no ACARTE

Integrado no programa de Actividade ACARTE que estão a decorrer de Novembro a Dezembro, estreou-se ontem e subirá ainda à cena hoje e amanhã (21.30) e no sábado 13 (16 horas e 21.30) a peça *Está Aí Alguém?* com texto e interpretação de Cucha Carvalho, numa encenação de Natália Luiza. Segundo o texto de apresentação, é este um «espectáculo onde várias personagens se cruzam em diferentes dimensões do espaço e do tempo, através de uma linguagem que vai do realismo ao fantástico. Uma memória que repousa em África, uma utopia que viaja de um planeta a alguns anos-luz, questionam a nossa contemporaneidade, procurando o lugar do homem - aqui e agora». Os cenários e figurinos deste espectáculo são de Maria Gonzaga, o desenho de luzes de Clemente Cuba, a música original de Luís Cília e a banda sonora de Luís Cília e Clemente Cuba.

## LIVROS



## Mutualismo

Recentemente lançado na Casa do Alentejo - que melhor lugar? -, conforme já noticiámos, aí está mais uma edição daquela Casa, o n.º 3 dos CADERNOS CA. Mas trata-se, de facto, de um livro cuja importância é muito maior que o seu volume físico. O seu autor, Domingos Carvalho, realizou-o a partir de vários trabalhos seus já publicados e que versam o tema do Mutualismo. *A Força do Associativismo Democrático*, subtítulo a que recorreu o escritor e poeta alentejano que muito sabe do tema, é de facto o cerne deste texto que nos dá a ideia das profundas e antigas raízes que a entreadada - a hoje muito badalada solidariedade - e a associação de esforços têm entre o povo português. *Uma ideia com sete séculos*, escreve Domingos Carvalho, recordando o porfiado percurso emancipador que a ideia desbravou na prática. Um texto que qualquer homem ou mulher, empenhados na vida associativa, devem ler. Para saberem de onde vêm e para onde vão.



## Rezas e Benzeduras

É com muito agrado que vemos vir a lume este livro de Aníbal Falcato Alves. E também com uma ponta de amargura por o autor não se encontrar já entre nós e não podermos, assim, com ele, celebrar esta edição do Campo das Letras. Aníbal Falcato Alves foi, aliás, o primeiro autor lançado por esta editora. Quem não se lembra do saboroso livro *Os Comeres dos Ganhões - Memória de Outros Sabores?*, editado em 1994? *Rezas e Benzeduras* é mais uma das obras do autor, entre as variadas iniciativas que levou a cabo sobre a cultura alentejana nas suas mais diversas vertentes. O livro foi organizado e prefaciado por António Simões, contou com a colaboração de Odete Espírito Santo e Maria Aliete Galhoz. O grafismo é de Armando Alves e as belas fotos são de Manuel Costa e Silva.



# ATALHE DE FOICE

## A Pedrada

Pedro Santana Lopes zangou-se com o Big Show SIC da semana passada, convocando por isso uma conferência de imprensa para anunciar que, pelo facto de uma rábula do programa do Baião a seu respeito ter «ultrapassado todos os limites», tinha decidido «abandonar a vida política nacional».

Há aqui uma evidência - Pedro Santana Lopes enveredou decididamente pela filosofia do «olho por olho, dente por dente».

Na hipótese do «olho», respondeu à ultrapassagem de «todos os limites» da SIC com a ultrapassagem de todos os seus próprios limites, pelo menos os até aqui conhecidos. Na versão do «dente», ressarciu-se duma rábula mandando-lhe com outra.

É de homem. É de Pedro - e lá está: como avisa a Bíblia, «sobre esta pedra» anda a construir-se qualquer coisa. Para já, ergueu-se um político que consegue fazer mais barulho a desactivar-se que a acelerar os motores. Melhor: que consegue tornar a desistência mais importante que a persistência.

Mas Pedro Santana Lopes é um profissional do risco, pelo que conhece a fundo o risco que os riscos têm. Vai daí, perante o risco de o levarem a sério, tratou também de anunciar o seu provável regresso na mesma conferência de imprensa em que se despediu.

Fez bem, o Pedro. Apesar de o risco de o levarem a sério ser aparentemente remoto, às vezes em Portugal nunca se sabe. Basta ver o que aconteceu com a sua própria candidatura à Figueira da Foz: quando toda a gente presumia que aquilo não passava de mais uma brincadeira, ei-lo na presidência, empoleirado numa vitória arrasadora, e essa é que é essa.

Todavia, mesmo nas mais sombrias noites há chispas lembrando a luz. Se o País se viu assim, de repente, mergulhado na angústia da ausência de Pedro na vida política, na Figueira da Foz a continuação da sua presidência constituiu-se o farol desta tempestade nacional.

Após o resultado do referendo da regionalização, já houve quem escrevesse pelas ruas «Obrigado Portugal». Urge que escrevam igualmente, e com não menor destaque, «Obrigado Figueira da Foz».

E que precisa de fazer a vida política nacional para conseguir o Pedro de volta? Nada de especial, como o próprio Pedro explicou: basta que a Assembleia da República legisle a favor do Pedro, que o Presidente da República ouça o Pedro, que o Provedor de Justiça intervenha a favor do Pedro ou, pelo menos, que a Alta Autoridade para a Comunicação Social se pronuncie a favor do Pedro.

Com tantas altas instâncias metidas ao barulho pelo próprio Pedro, afigura-se-nos inverosímil que a coisa não tenha um desenlace feliz.

É que mesmo que a solicitação do Pedro não leve nenhuma destas altas instâncias a pronunciar-se, todas elas ficaram pronunciadas a partir do momento em que Pedro as solicitou.

Pelo que Pedro, respaldado nesta razoável inferência criptojurídica, pode desde já regressar a qualquer momento afirmando simplesmente: «Ah, bom, então podem contar comigo...»

Resta-nos averiguar o que fez a rábula do Big Show SIC ao Pedro, para desencadear tão grave crise nacional. Parece que ninguém sabe, a começar pelo próprio Pedro e continuando nos jornalistas que lhe registaram as queixas. Aliás, Pedro confessaria mesmo que não tinha visto nem o programa nem os «cerca de 10 minutos» que durou a rábula a seu respeito, o que não o impediu de considerar que desceu a um «nível repugnante» - tanto que se recusava «a reproduzir o que se passou» por «razões de decoro».

Ou seja: no meio disto tudo, Pedro Santana Lopes ofendeu-se com o que não viu nem ouviu e, portanto, ignora.

Lamentavelmente, temos de concordar que a coisa é grave. Por razões de decoro, não dizemos porquê.

Limitamo-nos a expressar o desejo de rápidas melhoras.

■ Henrique Custódio

## Venda das fábricas Siemens Futuro incerto perante silêncio do Governo

Foi com uma reacção de repúdio e contestação que os trabalhadores e suas estruturas sindicais receberam a notícia da provável venda de três fábricas portuguesas da Siemens, entre as quais se incluem as novas unidades de semicondutores e condensadores instaladas em Vila do Conde e Évora.

Tal decisão, anunciada em Munique pelo presidente da empresa e confirmada pela sua administração-delegada no nosso país, segundo notícias vindas a público no passado fim-de-semana, tem na sua origem uma alegada operação de reestruturação que passa por um processo de «dispersão de capital», ou seja, pela venda de algumas unidades de produção.

Ora sucede que duas das fábricas sobre as quais paira agora um ambiente de enorme instabilidade foram inauguradas há menos de seis meses, sendo que uma delas - a de Évora - foi apontada em Setembro passado pelo Primeiro-Ministro como um exemplo de

um novo futuro para o Alentejo.

Recorde-se ainda que o Grupo Siemens, a pretexto da instalação destas unidades fabris, usufruiu de elevados apoios para os respectivos projectos, na ordem dos milhões de contos, quer do Estado português quer da União Europeia.

Reagindo a esta decisão, em nota pública divulgada segunda-feira, a União dos Sindicatos de Évora acusou o Grupo Siemens de obedecer a uma «lógica de cinismo económico, emergente do processo de globalização e de especulação financeira», em que está per-

feitamente à vontade para encerrar as fábricas quando bem entende, «sem se preocupar com o futuro daqueles que nelas trabalham».

Verberado é também o comportamento do Governo a quem acusa de «cúmplice silêncio» ou, quanto

com as medidas a tomar para salvaguardar os postos de trabalho e o emprego destas famílias».

Também o deputado comunista Lino de Carvalho, em requerimento, manifestou a sua preocupação pelo evoluir da situação, inquirin-



muito, a uma «comprometedora declaração» como a que foi feita pelo ministro da Economia, Pina Moura, em que revelou estar «mais preocupado com os «chamados mecanismos de retorno dos dinheiros públicos» do que propriamente

do Governo sobre os incentivos concedidos à multinacional e respectivos compromissos e contrapartidas por aquela assumidos, bem como sobre as medidas que pensa adoptar para fazer a Siemens cumprir as suas obrigações.

## Ensino Superior Começou greve de três dias em Coimbra

A Academia de Coimbra iniciou ontem, quarta-feira, uma greve geral de três dias às aulas, exigindo a suspensão e revogação da Lei de Financiamento do Ensino Superior, em defesa de um ensino de qualidade.

António Silva, presidente da Associação Académica de Coimbra (AAC), em declarações à Lusa, considerou que a greve vai ter forte adesão já que «os estudantes conhecem a realidade e as más condições que têm».

A greve às aulas, que dura até amanhã é realizada mantendo os portões das faculdades abertos, de forma a possibilitar que os estudantes optem por aderirem ou não.

### Lutas em curso

Para hoje, quinta-feira, está prevista uma acção de sensibilização junto da população, na Baixa da cidade, com a distri-

buição de panfletos informativos sobre as razões que levam os estudantes a lutar.

A grande maioria dos estudantes do ensino superior público do Porto, que participaram num referendo efectuado na passada segunda-feira, pronunciou-se contra a Lei de Financiamento e diz que não ha condições para Marçal Grilo manter a pasta do Ensino.

O presidente da Federação Académica do Porto (FAP), Ricardo Almeida, anunciou na anteontem, em conferência de imprensa, que 92,2 por cento dos 8336 votantes se manifestaram contra a Lei de Financia-

mento do Ensino Público, e 78,6 por cento consideraram que não «existem condições para o actual ministro da Educação continuar a frente dos destinos do Ensino Superior».

Ricardo Almeida, citado pela Agência Lusa, manifestou-se satisfeito com o nível de participação registado, e afirmou que «os resultados vão ao encontro do que desejamos».

Para a noite de hoje, quinta-feira, dia da greve geral em todo o País, esta marcada uma reunião entre os dirigentes de todas as federações académicas para definir a estratégia de âmbito nacional até ao final do ano.

## Madeira CDU quer Saramago no parlamento regional

O Grupo Parlamentar da CDU/Madeira quer que a Assembleia Legislativa Regional formalize um convite ao prémio Nobel da Literatura, José Saramago, para que este realize uma conferência no parlamento madeirense.

Segundo o líder parlamentar da CDU/M, Leonel Nunes, citado pela Agência Lusa, considerou que José Saramago é a pessoa ideal para proferir uma conferência sobre o tema da insularidade.

Na conferência de imprensa destinada a dar conta de algumas iniciativas parlamentares, durante a presente sessão legislativa, a CDU/M anunciou também a apresentação de uma interpelação ao Governo Regional sobre política ambiental.

Na mira dos comunistas estará, sobretudo, a questão da instalação de uma incineradora, preconizada pelo Governo

Regional. «O Grupo Parlamentar da CDU está contra a opção da incineradora e sobre esta matéria vai exigir um debate público», frisou Leonel Nunes.

A CDU/M vai também requerer a presença no parlamento, com carácter de urgência, do secretário Regional da Educação, Francisco Santos, para explicar a questão das acumulações do pessoal docente da Região.

### Nobel dá nome a biblioteca de Beja

A biblioteca municipal de Beja passou a chamar-se, desde terça-feira, Biblioteca Municipal José Saramago, no âmbito de uma homenagem ao prémio Nobel da literatura, realizada com a presença do primeiro-ministro, do bispo D. Manuel Falcão, e do ministro da Cultura.

## Açores Trabalhadores das autarquias manifestam-se

Os trabalhadores da Administração Local de Ponta Delgada convocaram, para o próximo dia 25, uma manifestação para exigir a reposição da remuneração complementar compensatória dos custos da insularidade.

Segundo o Sindicato, a proposta do Executivo açoriano de redução de dez por cento no IRS «não compensa os trabalhadores» a quem foi retirada a remuneração complementar em 1993, quando o PSD estava, temporariamente, sem maioria no parlamento açoriano.

Se o chamado «subsídio de insularidade» se tivesse mantido,

os trabalhadores estariam hoje a receber 7500 escudos mensais, enquanto que a proposta de desgravamento fiscal em dez por cento para o IRS, beneficia os trabalhadores em apenas 600 a 700 escudos num salário médio, ficando, injustamente, de fora aqueles que tendo um ordenado muito baixo não atingem a tabela de descontos para o IRS.

